

CEZAR AUGUSTO CARNEIRO BENEVIDES

CAMPONESES EM MARCHA

Estudo das Ligas Camponesas Paraibanas

(1960 - 1964)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, opção História Social, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA

1985

Aos 40 mil camponeses das Ligas
paraibanas e ainda Edson Bene-
vides, José Joffily, Italo Jof-
fily e Waldir Cunha.

AGRADECIMENTOS

Profa. ODAH REGINA GUIMARÃES COSTA - Orientação

Profa. ALCINA MARIA DE LARA CARDOSO - Leitura e discussão dos
originais

Profa. SÍLVIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO - Leitura e discussão
dos originais

Profa. BEATRIZ PELLIZZETTI LOLLA - Leitura e discussão dos
originais

Profa. MÁRCIA ELISA DE CAMPOS GRAFF - Tradução de textos es-
trangeiros

Prof. FERNANDO ANTONIO AZEVEDO - Consultoria

Profa. LYGIA SIGAUD - Consultoria

Cineasta EDUARDO COUTINHO - Consultoria

Secretário EDISON LUIZ MACHADO - Datilografia

Profa. BERNADETE ZAGONEL - Montagem

Artista Plástica NEL BENEVIDES - Montagem

Universitário EMÍLIO BEHR - Montagem

Universitário JULIO CESAR RODRIGUES - Fotografias

SUMÁRIO

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Sumário	iii
Lista de Abreviaturas	v
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	8
I - LIGAS E PODER	18
1. Grupo da Várzea ou Bloco Agroindustrial	18
2. Populismo e Estado	26
3. Ideologia e Dominação	32
4. Reorientação ideológica do Governo da Paraíba .	39
5. Eleições de 1962	53
II - LIGAS E QUESTÃO AGRÁRIA	68
III - LIGAS E HISTÓRIA	91
1. Encontro dos Bispos do Nordeste	95
2. I Congresso dos Trabalhadores da Paraíba	97
3. Associação dos Lavradores e Trabalhadores	
Agrícolas de Sapê	98
4. Ceplar	111
5. Igreja na Paraíba	114

.....

IV - LIGAS E VIOLÊNCIA	118
1. Assassinato de João Pedro Teixeira	122
2. Comissão Parlamentar de Inquérito	138
3. 1º de maio de 1962	143
4. Visita do Presidente da República	152
5. Violência em Itabaiana	160
6. Um ano sem João Pedro	164
7. Tragédia de Mari	170
V - LIGAS E GOLPE	179
CONCLUSÃO	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	220
1. Poema para João Pedro Teixeira	221
2. Mapas	226
Mapa 1 - Divisão fisiográfica da Paraíba	227
Mapa 2 - Localização da Várzea do Rio Paraíba	228
Mapa 3 - Localização do Município de Sapé	229
Mapa 4 - Zona de concentração do gado bovino na Paraíba - 1960	230
Mapa 5 - Zona de concentração da cana de açúcar nas Várzeas do Rio Paraíba - 1960	231
Mapa 6 - Zona de Expansão das Ligas Camponesas paraibanas	232
3. Certidão de Prisão Preventiva dos suspeitos do assassinato de João Pedro Teixeira	233

.....

4. Manifesto da Frente de Mobilização Popular ao povo	
da Paraíba	238
5. Trecho do depoimento de Francisco Julião ao CPDOC -	
- Fundação Getúlio Vargas	243

LISTA DE ABREVIATURAS

- APREP - Associação dos Proprietários Rurais do Estado da Paraíba.
- CEPLAR - Centro de Educação Popular
- CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
- CIA - Central Americana de Inteligência
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- MEB - Movimento de Educação de Base
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PL - Partido Libertador
- PSD - Partido Social Democrático
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- SAR - Serviço de Assistência Rural
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- TFP - Tradição, Família e Propriedade
- UDN - União Democrática Nacional
- UEEP - União Estadual de Estudantes da Paraíba
- ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

INTRODUÇÃO

1962. Dois de abril. João Pedro Teixeira, líder camponês, presidente da Liga Camponesa de Sapé¹, na Paraíba, presbiteriano, analfabeto e pai de onze filhos, morre fuzilado a caminho de Sapé, na estrada do Café do Vento, numa tocaia previamente anunciada pelos latifundiários do Grupo da Várzea.

1983. Doze de agosto. Margarida Maria Alves, líder camponesa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, a poucos quilômetros de Sapé, morre com um tiro no rosto, à porta de sua casa e diante do filho menor, em crime aparentemente planejado e executado pelos latifundiários do Grupo da Várzea².

1985. Nestes vinte e um anos que separam o duplo trucidamento, vários assassinatos foram cometidos, todos com a

¹Na recuperação histórica das Ligas Camponesas paraibanas não se distingue camponeses e trabalhadores rurais, no sentido de que constituíam classes diferentes com interesses diversificados. Quase a totalidade da força de trabalho da região de Sapé era composta de um campesinato com acesso à terra até o final da década de 1950. A Liga Camponesa de Sapé não pode ser entendida sem uma observação das condições locais. Ali o latifúndio paraibano encontrou-se com as atividades agrícolas diversificadas do agreste.

²Os termos *camponês* e *latifundiário* usados no trabalho refletem as imagens que as classes em conflito faziam de si próprias. Trata-se da recuperação da identidade local com vocábulos que denotavam categorias políticas.

garantia prévia da impunidade e tendo por vítimas camponeses, líderes sindicais, advogados dos trabalhadores rurais e pessoas comprometidas com os direitos humanos no Nordeste.

O que pretendia João Pedro Teixeira, em 1962? O que pretendiam Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, líderes camponeses desaparecidos em 7 de setembro de 1964, depois de libertados do 15º Regimento de Infantaria aquartelado na capital paraibana? O que pretendia Margarida Alves, em 1983? O que pretendiam tantos outros homens e mulheres do campo assassinados ou desaparecidos, senão terra para plantar e alguma dignidade para sua existência?

João Pedro Teixeira, no início de sua luta política, alimentava a aspiração elementar de estender a legislação trabalhista ao homem do campo. Ouvindo sua mulher Elizabete, semi-analfabeta, ler os jornais da capital, passou a se empenhar pela concessão da carteira profissional e, conseqüentemente, pelo reconhecimento da lei do salário mínimo, do descanso semanal remunerado, do direito de férias e previdência social.

Configurada a inércia dos sindicatos rurais³, passou a

³ Até o final da década de 1950, o Ministro do Trabalho só reconheceu cinco Sindicatos rurais em todo o Brasil, mas nenhum deles na área de maior tensão social, que é o Nordeste. O Estado populista contemporizava com os latifundiários na medida em que permitia organizações patronais similares, constituídas por usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar. O pacto social erigido como fórmula eficaz para neutralizar a luta de classes dependia do diálogo entre empregados e empregadores do campo ou da cidade, mas se tornou inexequível pela ausência de sindicatos camponeses regulamentados. Na verdade o diálogo estabeleceria os parâmetros do que era economicamente viável, mas diante de sua impossibilidade pelos meios jurídicos, restou o confronto quase sempre sangrento e capaz de comprometer a paz social. A desigualdade de tratamento legal decorria menos da burocrática resistência oficial, do que da prepotência dos empregadores descrentes do diálogo e amparados pelo aparelho repressivo do Estado e pelo seu corpo de vigias paramilitares.

batalhar pela criação das Ligas Camponesas na Paraíba que implicava a organização do campesinato, capaz de exterminar as formas de sujeição ao proprietário rural e garantir o direito à terra: de nela nascer, plantar, viver e morrer. O que Pedro Fazendeiro e Nego Fuba queriam, em 1964, era a reforma agrária, a queda do latifúndio, trabalho, comida, escola e saúde para os homens do campo. Nessa luta, de caráter e práticas nitidamente políticos, engajou-se Margarida Maria Alves, inconformada com o não cumprimento do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, de metas bem definidas.

O trucidamento de Margarida Alves, de João Pedro Teixeira e tantos outros está inserido num contexto político-social, de luta e reivindicação, a que se opuseram os interesses do latifúndio e das multinacionais instaladas no Brasil desde 1950, seguindo-se as perseguições aos camponeses, a expropriação, a expulsão, a prisão, as maquinacões facciosas, a ação violenta e traiçoeira do "Sindicato da Morte"⁴, mantido, na Paraíba, segundo a tradição oral, pelos elementos dos grupos Velozo Borges e Ribeiro Coutinho, com a conivência e apoio concreto das autoridades governamentais.

A pobreza na Paraíba é problema estrutural. Na verdade não deriva da inclemência das secas, como se quer fazer crer à opinião pública nacional. A miséria, o desemprego, a fome, a doença, o analfabetismo e o alto índice de mortalidade infantil são produtos de situações sociais, políticas e econômicas.

Se, em 1964, ainda se faziam recentes e profundas as

⁴ O NORTE. João Pessoa, 10 de abril de 1962.

marcas do coronelismo no Nordeste, o autoritarismo foi fortalecido com o golpe de Estado que permitiu aos latifundiários, o controle político de todos os níveis de decisão e de intervenção, passando pelos governadores e pela SUDENE, contando com ministros e rede de cabos eleitorais e pistoleiros.

O mandonismo político, desconsidera as camadas mais desfavorecidas da população. Nele as preocupações das classes dirigentes centram-se em função dos interesses do mercado, do lucro e do poder hegemônico.

A estrutura agrária, concentradora de terra, poder e renda, torna inviável a categoria histórica dos camponeses, como elemento dinamizador do processo histórico, além de manter sobre eles constante ameaça da violência e morte. Daí a razão do "Sindicato da Morte", instituído, segundo a opinião pública e os Anais da Justiça, pelos grandes latifundiários para pôr fim à vida de João Pedro, de Margarida Alves e tantos outros, como se, eliminando-os do cenário existencial, fosse-lhes possível anular em cada camponês a consciência de sua revolta, agravada pelo depreparo político das elites dirigentes. O que os latifundiários parecem ignorar é que a cada João, a cada Maria, a cada Severino, mortos na luta pela justiça social, seguem-se outros tantos líderes dispostos a tudo enfrentar pela defesa da terra, aspiração de todos.

No Brasil, ainda não foi feita reforma agrária, necessária ao desenvolvimento nacional e capaz de subordinar, ao direito maior de uso comum da terra, o direito menor à propriedade privada. Ao contrário, o sistema latifundiário, originado no período colonial, está se expandindo cada vez mais

no país, ampliando seu poder político e de influência. Decorrente de sua expansão e dos investimentos estrangeiros mobilizados nos espaços brasileiros, está se desenvolvendo no campo o modo de produção capitalista, ao qual se segue a proletarização da massa camponesa.

O autor, de infância vivida na Paraíba, convivendo na distância de seus poucos anos com a luta, a saga e a morte dos camponeses de Sapé e região contra as oligarquias rurais, entende que esta Dissertação de Mestrado trata da História Social de uma categoria política até então excluída do conjunto da sociedade — os camponeses.

Trata-se de analisar a conjuntura nacional cujas tensões chegavam ao auge no Nordeste. Setores de influência predominantes na sociedade, a começar por segmentos da Igreja, engajavam-se na luta pela reforma agrária, ao lado de intelectuais, estudantes e políticos, tornando o confronto com os grandes proprietários de terras verdadeiramente irreconciliável.

Se, de um lado, cresciam as Ligas Camponesas arregimentadas por intelectuais, estudantes e trabalhadores rurais, de outro prosperavam as organizações dos proprietários de terras. Nascia, portanto, um conflito de interesse situado basicamente em torno da integridade do patrimônio: o latifúndio de origem sesmeira.

Em tal contexto, busca-se reconstituir historicamente o papel das Ligas Camponesas e do Campesinato da Paraíba na década de 1960, diante dos conflitos sociais que levantaram o Nordeste e contribuíram para desestabilizar o regime populista. Pretende-se determinar, diante do conflito, qual a pos-

tura do Governo da Paraíba e dos seus representantes, eleitos pelo voto popular, para o enfrentamento da questão agrária e verificar se tal postura amorteceu ou estimulou os confrontos ocorridos na Zona da Mata paraibana. Nessa linha de reflexão, questiona-se a proposta de reforma agrária elaborada pela vanguarda da classe dirigente não sectária.

Colocam-se, também, como perspectiva de estudo, as formas de organização interna da Liga Camponesa de Sapé.

O trabalho fundamenta-se no relato, feito pela imprensa, das violências cometidas contra o camponês na Paraíba, no período de 1960 a 1964, no estudo da literatura pertinente, no exame dos dados fornecidos por diferentes instituições, nas entrevistas e depoimentos de políticos e camponeses envolvidos na luta.

A pesquisa do material impresso foi abrangente, mas não esgota todos os aspectos da questão agrária paraibana. Destacam-se apenas os pontos mais relevantes da luta do campesinato naquele Estado do Nordeste.

O período em estudo justifica-se pelo acirramento dos conflitos. Entretanto, a baliza cronológica que dá origem a esta introdução explica-se pela reprodução das desigualdades sociais. A morte de Margarida Alves configura a permanência dessa estrutura de violência e impunidade que atinge os nossos dias.

Utiliza-se como eixo de análise o materialismo histórico, que permite reconstituir e reproduzir a trama das lutas camponesas provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas no campo paraibano.

Três estudos tangenciaram o tema⁵. Na contribuição às pesquisas já realizadas, tem-se como meta uma reinterpretação e busca de novas fontes.

A natureza da presente dissertação e seus objetivos não lhe conferem intenções meramente acadêmicas e nem é proposta investigação definitiva e acabada. Não se tem qualquer pretensão de esgotar o assunto, nem de colocar em pauta todas as variáveis da questão em estudo. Esses motivos justificam, por si, a ausência de amostras probabilísticas, de análises teóricas aprofundadas e de representatividade estatística das informações.

⁵AUED, Bernadete W. *A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas - 1955-64*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Centro de Humanidade da Universidade Federal da Paraíba. Campus de Campina Grande. dez./1981. 201p.

PAIVA, Vanilda. *Pedagogia e luta social no campo paraibano. Educação & Sociedade*. São Paulo, Cortez Editora, 1984.

COUTINHO, Eduardo. *Um cabra marcado para morrer*. Festival Internacional do Cinema. Rio de Janeiro, 24 nov./84.

METODOLOGIA

O estudo das Ligas Camponesas paraibanas é marco na História Regional Nordestina, colocando como opção metodológica a problemática estrutural da questão agrária.

Fundamenta-se o presente estudo na corrente de interpretação materialista da história, na medida em que o modo de produção implantado pela agroindústria açucareira na Várzea do Paraíba comportou duas componentes fundamentais de análise: as forças produtivas entendidas como força de trabalho do campesinato adicionada aos meios de produção e às relações de produção. Estas, em última instância, determinam o processo produtivo, a começar pelo monopólio da propriedade fundiária, estabelecendo a classe que dispõe dos meios de produção e determinando a apropriação de parte dos resultados do trabalho do campesinato.

Neste contexto, o grau de desenvolvimento capitalista da agricultura paraibana não se compatibilizou com as relações de produção no campo. Em outras palavras, as forças produtivas evoluíam, enquanto as relações de produção correspondentes se mantinham estáticas, aprofundando a contradição de classe entre camponeses e latifundiários. Estes, detentores do monopólio da terra, tinham estabelecido previamente o estatuto jurídico e a organização política que lhes asseguravam a manutenção de seus privilégios.

O fenômeno político das Ligas Camponesas foi procurado nas profundas divisões da sociedade paraibana definida por relações de produção específicas.

Procurou-se na literatura dos movimentos e das lutas sociais agrárias os fundamentos teóricos para definição da problemática e determinação do papel político do campesinato dentro do contexto da economia capitalista.

Delineou-se aí o centro da questão teórica do trabalho, estruturada na concepção de classe do campesinato, transformando-se o processo histórico de sua emergência em objeto preponderante do estudo.

A especificidade do movimento camponês paraibano não implicou em seu isolamento dentro da história da moderna propriedade fundiária no Brasil, mas decorreu da própria complexidade da questão agrária brasileira.

Não se deve confundir os interesses do campesinato enquanto classe com os móveis concretos que explicam as ações individuais das lideranças rurais e urbanas do movimento.

Essa reconstrução só se tornou possível pela localização de fontes fidedignas e a possibilidade de encontro com participantes sobreviventes abrindo-se diálogos esclarecedores.

Os especialistas em história social arriscam chocar-se com duas dificuldades opostas: dispersar-se muito, procurando estudar todo o passado, numa perspectiva de história global, ou restringir-se muito procurando limitar seu esforço aquilo que é quantificável. É assim indispensável realizar um esforço de reflexão sobre as fontes objetivando precisar o que é praticável.¹

¹DAUMARD, Adeline et alii. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba, Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1984. 259p. p. 25.

Dentro dos limites do trabalho e do que foi praticável utilizou-se como pressupostos teóricos os conceitos de Estado, aparelhos ideológicos de Estado, de Althusser, os conceitos de hegemonia, dominação, política, bloco ideológico e papel dos intelectuais, de Gramsci, além dos conceitos clássicos do marxismo encontrados em Lenine e no próprio Marx².

Para compreender o movimento camponês e suas consequências evitou-se perspectiva demasiado simplista, estabelecendo-se pontos de delimitação da problemática.

- o crescimento regular do processo de organização do campesinato marcou a ruptura com os proprietários rurais;
- a conseqüente expulsão do morador e expropriação do foreiro mudou as formas de utilização do solo na Várzea do Paraíba;
- o sistema de usinas não só ampliou as dimensões das unidades produtivas, mas concretizou mudança radical nas relações entre o campesinato e o seu trabalho, provocando completa transformação interna na estrutura produtiva do latifúndio;
- a atividade produtiva do latifúndio desenvolveu-se em mercados mais amplos, destruindo o universo camponês, aprisionado no âmbito do sítio e do roçado.

Todas estas mudanças econômicas e sociais provocariam transformações que levariam ao rompimento da exclusão política do campesinato e a conseqüente deflagração da luta de classes.

Uma vez estabelecida a conexão entre as relações econômicas e as formas políticas vigentes ficou claro o entendimento e a fundamentação do despertar, historicamente determinado, do campesinato paraibano.

²Nestes termos, acompanhou-se a análise Campesinato e Estado resumida na tese *Colonos e Poder*. Ver COLNAGHI, Maria C. *Colonos e Poder*. A luta pela terra no sudoeste do Paraná. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1984. 234p. (Tese de Mestrado)

Arquivos e Fontes

A coleta e a crítica das fontes é o primeiro passo para se entender o processo histórico. Dentro desse critério a metodologia de investigação caracterizou-se pela interpretação da realidade histórica, dentro das coordenadas do tempo e do espaço.

A procura da objetividade absoluta é uma utopia que não contribui para o progresso da ciência histórica. Esta, no entanto, para não cair na abstração requer parâmetros rígidos na seleção e organização dos fenômenos sociais.

Sem isso a historicidade se diluiria e não seria possível escrever ou pensar a história.

Na medida em que o agente da história identifica-se com as demais ciências sociais, o ecumenismo entre as pesquisas torna-se necessário e valioso. Na verdade, a especificidade da história é que ela estuda o comportamento coletivo no tempo.

O tema escolhido é atual, mas tem contra si vinte anos de autoritarismo e silêncio, dificultando a localização da documentação primária e o receio de alguns informantes.

O trabalho beneficiou-se dos métodos com que a História Social estuda suas questões, usando, inclusive, técnicas da pesquisa sociológica como elementos de sustentação teórica de análise.

Evitou-se a aplicação de técnicas ainda em processo de experimentação, já que não levam em conta a complexidade do processo histórico. O computador pode ser de importância pa-

ra o historiador, mas a interpretação continua sendo essencial na construção da ciência histórica.

A composição do arquivo, organizado para a presente pesquisa, centrou-se em três partes: imprensa periódica, documentos oficiais e depoimentos de história oral.

Justifica-se estudar essas fontes de pesquisa no contexto da luta de classes polarizada entre camponeses e proprietários de terra e analisou-se o fenômeno social dentro da configuração capitalista, que caracteriza as forças produtivas do Estado da Paraíba.

Imprensa periódica

A imprensa periódica local foi a base desta Dissertação de Mestrado porque registrou e documentou o processo de organização do campesinato paraibano e a reação dos latifundiários.

Fez-se criteriosa seleção do material coletado e as críticas necessárias a um trabalho científico, confrontando-se o discurso da classe dirigente com as forças de vanguarda aliadas ao campesinato.

Ao explorar os periódicos, como fontes históricas primárias, adotou-se as técnicas do método histórico: verificação da origem e autenticidade das fontes (crítica externa), além da veracidade e da avaliação das informações (crítica interna).

Efetuuou-se confrontação das fontes relativas a cada assunto, para superar as divergências e as contradições. Cap-
tou-se as tendências políticas de cada período e o seu com-
portamento com as classes em luta.

Analizou-se o conteúdo dos jornais numa ótica históri-
co-social, que possibilitou avaliar as ideologias políticas
do momento e as contradições das classes em luta.

Caracterizou-se nos três periódicos da capital parai-
bana (A União, O Norte e o Correio da Paraíba) tendência go-
vernista.

A União, órgão oficial do Palácio da Redenção manteve,
até meados de 1962, contraditoriamente, linha editorial avan-
çada em relação ao movimento camponês.

Explica-se isso pela posição de vanguarda de um grupo
de jornalistas atuantes e da própria direção, que seria afas-
tada pelo rompimento em bloco entre o governo do Estado e as
forças progressistas da Paraíba. Somente três jornais defen-
deram a causa camponesa: Liga, Novos Rumos e O Semanário, to-
dos de esquerda. A imprensa local publicava matérias pagas
em defesa da legitimidade de organização do campesinato, como
foi o caso da página Joffilista do Correio da Paraíba. A im-
prensa de centro, na época, era representada pelo Correio da
Paraíba, cujo diretor Teotônio Neto estava ligado política-
mente ao PSD.

O Norte traduzia o pensamento da direita conservadora
porque fazia parte dos Diários Associados dirigidos por Assis
Chateaubriand. Ao nível nacional predominava a imprensa con-
servadora, a começar pelo Diário de Pernambuco, Jornal do Co-
mércio (Recife) e o Estado de São Paulo.

Fora da Paraíba trabalhou-se principalmente com o jornal LIGA, editado no Rio de Janeiro pelo Conselho Nacional das Ligas Camponesas, com a finalidade de registrar ideologicamente o debate interno que focalizava a necessidade da criação de uma estrutura centralizada e democrática no movimento camponês capaz de viabilizar uma política uniforme, coordenar as ações de base e consolidar a vanguarda revolucionária, além de superar os pontos de confronto entre as diferentes tendências na organização do campesinato.

O jornal pregava a aprovação tática de teses programáticas que reunificassem as posições das Ligas Camponesas³.

Consultou-se a coleção do jornal LIGA microfilmada e publicada posteriormente pelo Centro Internacional de Documentacion — CIDOC — nos cadernos nº 27, 1969, no México.

A coleção abrange o período de outubro de 1962 a abril de 1964. Consta de sumário, introdução, documentos reproduzidos e índice onomástico, no total de 555 páginas xerpcadas e encadernadas pelo autor.

As publicações de outras localidades são mais dispersas, não sendo objetos de levantamento exaustivo, salvo o jornal LIGA, porém, obedeceram critérios de seleção especial. Em outras palavras, foram procuradas na medida em que a importância do acontecimento exigia divulgação nacional e internacional, como foi o caso do assassinato de João Pedro Teixeira.

Ordenou-se criteriosa e cronologicamente o material coletado, envolvendo o movimento camponês paraibano entre 1960

³AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 145p. p. 102.

e 1964.

Como suporte de análise elaborou-se o arquivo em duas partes: arrolamento e seqüência cronológica dos fatos.

A construção do arquivo contou com quinhentos envelopes cujo conteúdo refere-se ao que foi publicado pela imprensa no período.

Isso facilitou o manuseio das fontes, possibilitando localização rápida e eficiente do periódico, tanto pelas datas, como pelos temas.

As fontes da imprensa periódica foram pesquisadas na coleção do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, na coleção do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, na coleção da Biblioteca Nacional, na coleção da Biblioteca da Câmara de Deputados, na coleção particular do ex-deputado federal José Joffily e na coleção particular do ex-deputado estadual Francisco de Assis Lemos.

Fontes oficiais

Os discursos dos governantes publicados na imprensa foram submetidos à crítica interna, visando conhecer os objetivos subjacentes manifestos nas mensagens.

Os discursos, os relatórios e projetos foram encontrados nos arquivos da Assembléia Legislativa da Paraíba e na Sinopse da Câmara de Deputados em Brasília.

Entre as fontes oficiais:

- O *Diário do Congresso*, publicação que apresenta na

íntegra os discursos, apartes, relatórios e mensagens das sessões do Congresso Nacional. Divide-se em duas partes: Seção I, Câmara dos Deputados e Seção II, Senado Federal.

- *Anais, Diários e Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba*. A maior parte desse material foi divulgado na imprensa local. Assim, os debates parlamentares foram preferencialmente acompanhados pela imprensa.

- *Livros de Atas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

Fontes de História Oral

A técnica de história oral é hoje largamente aceita na pesquisa acadêmica na medida em que aproxima outras ciências sociais da História⁴.

A especificidade das relações entre o indivíduo e a sociedade, a ideologia e a política, e a própria discussão da objetividade são problemas recorrentes que ampliam o debate da história social⁵.

A história oral serviu de suporte às fontes oficiais e à imprensa periódica.

⁴CAMARGO, Aspásia A. Os usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com Elites Políticas. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, 1984. p. 5-28.

⁵BORUSZENKO, Oksana. *Seminário de História Oral do Curso de Mestrado em História Social da UFPR*. Curitiba, 1983.

A seleção dos informantes foi feita pelo critério de engajamento das pessoas envolvidas no movimento camponês paraibano.

Foram ouvidos os parlamentares mais atuantes, elementos do Grupo da Várzea, lideranças camponesas e pessoas não ligadas ao movimento, mas com visão crítica da realidade.

Além disso foi de fundamental importância o material pesquisado pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, que constituiu um arquivo especial com as transcrições dos depoimentos encadernadas, compondo coleção valiosa para o tema em estudo.

São cerca de 40 horas de entrevistas realizadas pela equipe técnica do CPDOC exaustivamente consultadas nas suas transcrições, no total de 2.000 páginas.

Capítulo I

LIGAS E PODER

*Sí na nossa Parahyba
Não houvesse a sujeição,
Qu'obriga a quem não tem terra
Trabalhar para um "Patrão"
Podia então se chamar
O Thesouro da Nação.*

José Camello de Mello Rezende.¹

1. GRUPO DA VÁRZEA OU BLOCO AGROINDUSTRIAL²

O fenômeno político denominado, na Paraíba, Grupo da Várzea resultou do modo de produção³ implantado pela agroindústria canavieira, ocupando os melhores estoques de terras férteis do Nordeste brasileiro conhecidas desde os holandeses,

¹ REZENDE, José C. M. *A Sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte*. Guarabira, Livraria Lima, 1925. p. 13.

² O "pacto político" firmado com a "Revolução de 30" coligaria ao nível nacional os interesses agroindustriais e manteria intacto o monopólio da terra e parte do poder político das oligarquias tradicionais. Estava formado o bloco agroindustrial na Paraíba denominado Grupo da Várzea que consolidaria em dois pilares: no autoritarismo do Estado, que lhe garantiu a dominação, e na exclusão política e social do campesinato.

³ Entende-se, neste trabalho, modo de produção como a forma pela qual uma sociedade produz os meios de subsistência e se define pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

que lutaram com afinco pelo domínio do território.

A estreita Várzea do Rio Paraíba⁴ (ver mapa 2) atravessa a antiga Zona da Mata e divide com as regiões fisiográficas adjacentes a agricultura de exportação, o maior rebanho bovino do Estado e a mais alta densidade populacional do campo paraibano.⁵ Trata-se de terras fecundas destinadas basicamente às culturas do açúcar, do abacaxi e à pecuária extensiva.

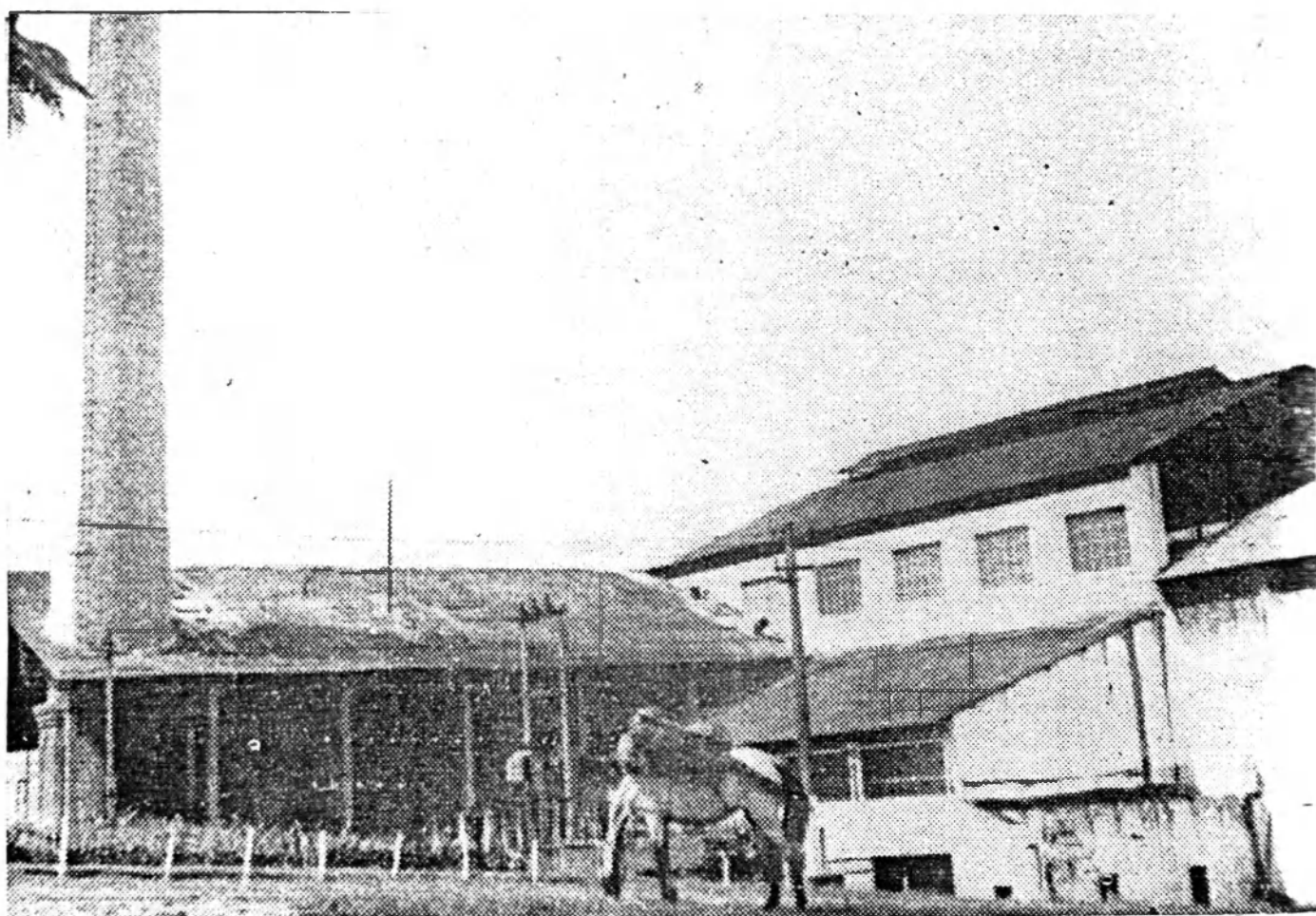
O município de Sapé (ver mapa 3) — limite espacial deste estudo — localiza-se na várzea e tem como fronteiras os municípios de Mamanguape, Araçaji, Pilar, São Miguel do Taipu, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Caldas Brandão e Mari. Situa-se na micro-região Agro-Pastoril do Baixo Paraíba (ver mapa 4), sendo, em 1960, o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Estado (ver mapa 5). Como estabelecimento industrial destaca-se a Companhia Agroindustrial Santa Helena do Grupo Ribeiro Coutinho.

Até o começo do século, a região pertencia a dezenas de proprietários de engenhos⁶, a começar por Gentil Lins de

⁴ O contraste mais flagrante na geografia do Nordeste é o rio Paraíba. Com sua várzea em torno de eixo de aproximadamente 40 km apresenta índices de fertilidade dos mais elevados do país, contrapondo-se a micro-regiões semi-áridas com pluviosidade inferior a 400mm anuais. É significativo lembrar que em quase trinta anos de domínio no Nordeste, os holandeses restringiram seu interesse econômico a essa faixa de terras privilegiadas onde chove tanto quanto no eixo Rio-São Paulo.

⁵ No Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960 o município de Sapé possuía 48.596 habitantes dos quais 78,2% concentravam-se na área rural.

⁶ A palavra "engenho" significava o conjunto fábrica-plantação. Principalmente a fábrica localizada no interior do latifúndio onde se produzia o açúcar. Atualmente, o termo é usado tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, para designar qualquer grande propriedade que pertença a um proprietário independente ou faça parte do patrimônio territorial de uma usina que plante cana-de-açúcar. PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na "plantation" tradicional. *Contraponto*. ano II, nº 2, novembro de 1977. p. 104.



Companhia Agroindustrial Santa Helena do Grupo Ribeiro
Coutinho. Sapê-PB.

Albuquerque, mas com a ampliação das bases produtivas do capitalismo brasileiro o setor agrícola aliou-se ao setor industrial da lavoura canavieira, tornando homogêneo o processo de acumulação de capital e da concentração da propriedade.

Transformaram-se então os engenhos movidos a água em usinas, dilatando-se o ritmo da concentração da terra. O moderno processo de fabricação do açúcar baseado em moendas de superior capacidade e vácuos de tríplice efeito impunha, como exigência natural, a expansão da propriedade, única forma de torná-lo economicamente viável, dentro das regras do capitalismo brasileiro, atrasado, dependente e exportador. Compunha-se o quadro de relações de produção na base de enormes extensões de terras complementadas pelo transporte da cana por estradas de ferro.

A forma encontrada pela classe dominante⁷ para eficiência da concentração da propriedade foi baseada no sistema de hereditariedade e casamentos inter-familiares. Considere-se que essas famílias, que implantaram as usinas na várzea, já tinham capital, porque o avanço nas relações de produção exigia altos investimentos. Essa realidade econômica impunha, para manutenção e defesa de seus interesses, alianças políticas⁸, especialmente para garantir o regime de trabalho com resíduos coloniais, caracterizando, sobretudo, relações não capitalistas de trabalho no interior do sistema canavieiro.

⁷ Na teoria marxista classe dominante é aquela que garante a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista.

⁸ O domínio político dos "barões do açúcar" ultrapassava os limites geográficos da Várzea propriamente dita, estendendo-se pelas regiões do Brejo e Agreste.

Tudo isso lastreado em excedente de mão de obra primária e na heterogeneidade das relações de produção. Na verdade, os traços culturais ficavam à mercê da força muscular do trabalhador do eito, do cambiteiro e do carreiro na medida em que o aumento da produção baseava-se na incorporação extensiva das terras e na utilização da força física do camponês.

No início da década de 1960 as relações de produção do sistema canavieiro paraibano sofreram vertiginosa modificação, tendo por fundamento a expropriação completa e definitiva do produtor direto e sua expulsão da terra. Alteravam-se as relações de produção no mesmo instante em que se agravava a exploração dos camponeses marginalizados perante as leis do trabalho. À completa ausência da legislação trabalhista no campo paraibano aliou-se a competição da produção de cana de açúcar de São Paulo, cujos índices de produtividade eram muito superiores aos do Nordeste⁹. Tal lógica dirigiu a reprodução do capital na região, e os mecanismos que propiciaram a conservação e posteriormente a dissolução das relações não capitalistas dentro do sistema de trabalho vigente. Implantaram-se, no campo paraibano, novas relações de produção, incluindo-se o início da mecanização da lavoura com base no trator e nos implementos agrícolas, mas manteve-se o aumento horizontal do espaço para pecuária extensiva. Em qualquer dos casos ocorreria a expulsão do morador e a expropriação do foreiro¹⁰ com a substituição do trabalho permanente pelo tempo-

⁹ Entrevista concedida ao autor pelo ex-deputado José Joffily. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1984.

¹⁰ Os termos morador e foreiro constituíam relações de trabalho predominantes no campo paraibano após a abolição da escravidão.

rário¹¹.

Foi nessa região, abrangendo fatia da antiga Zona da Mata paraibana (ver mapa 5), onde se deu o maior número de conflitos entre os proprietários rurais e as Ligas Camponesas¹². Os latifundiários levariam adiante seu projeto capitalista agroexportador e preservariam privilégios através da impunidade até os dias atuais¹³. A agroindústria fortalecia-se no latifúndio, mas tornava-se crescente a necessidade de apoio político do sistema vigente. Eis a razão porque os titulares da indústria agropecuária jamais tomaram qualquer atitude de oposição. Ao contrário, fortaleceram-se como grupo de pressão junto ao governo para obter a complacência das autoridades fiscais e policiais. Nas ditaduras, esses grupos alcançavam seus objetivos com facilidade, mas, em presença de liberdades democráticas, a pressão exercia-se através de representantes do povo, elegendo prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais e até governadores.

A família Ribeiro Coutinho, que controlava economicamente a várzea do Paraíba, mantinha, desde 1945, sua representação parlamentar intocável. Um Deputado Federal, naquele momento, Flaviano Ribeiro Coutinho, substituiu a seu tio João Úrsulo Ribeiro Coutinho, este eleito em três legislaturas con-

¹¹No sul do país o termo bôia-fria é usado para designar o trabalhador rural volante. Com o início do processo de expropriação do camponês, as fazendas e os engenhos começaram a ficar esvaziados e as cidades inchadas pela miséria. Ver D'INCAO. Maria C. *O Bôia Fria. Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Vozes, 1983. p. 67.

¹²Entende-se movimento camponês, nos limites deste trabalho, como a mobilização do campesinato paraibano na região de Sapê. Em 1960 os assalariados não ultrapassavam 5% da população local.

¹³Continua impune o assassinato de Margarida Alves em 12 de agosto de 1983 pelos agentes do Grupo da Várzea, conforme pronunciamento da Justiça Federal.

secutivas. Na esfera estadual, mantinha 4 deputados em representação de 40 parlamentares. Todos quatro seguidamente reeleitos: Luis Ignácio Ribeiro Coutinho, Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, Joacil de Brito Pereira e Batista Brandão¹⁴.

Perpetuava-se o sistema e a força política do latifúndio através da manipulação e do controle social do campesinato. O esquema de dominação política do Grupo da Várzea era simples: com a aproximação das eleições as feiras dos camponeses eram realizadas obrigatoriamente nas usinas da família. Evitava-se assim o contato do campesinato com a vida urbana e excluía-se a possibilidade, ainda que remota, do camponês vislumbrar outra candidatura alternativa. No dia das eleições, os camponeses eram revistados pelos vigias eleitorais dos latifundiários e administradores das usinas. O ato de votar era rigorosamente precedido pelo almoço na propriedade, a fim de eliminar o pretexto das refeições na cidade e a possibilidade de troca de chapas. O transporte era feito em caminhões dos coronéis¹⁵. Cada veículo comportava 40 eleitores e 4 fiscais na proporção de 10 eleitores para um fiscal. Assim, os camponeses eram levados até a entrada das seções eleitorais e só podiam ser liberados depois do voto de cabresto.

Foi exatamente por serem representados na própria administração do Estado que foram adquirindo nos meios de imprensa a denominação de Grupo da Várzea.

O poder econômico baseado no monopólio da terra neces-

¹⁴ LIGA. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1963.

¹⁵ BLONDEL, Jean. *As condições de vida Política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957. 170p. p. 96.



Coronéis e candidatos em Comício. 1962. Sapê-PB. Da esquerda para direita: João Agripino Filho, Renato Ribeiro Coutinho, Aluísio Afonso Campos e Luis Ignácio Ribeiro Coutinho.

sitava do dispositivo político para recorrer a expedientes à margem da lei. No caso específico da Paraíba, o fenômeno assumiu proporção maior do que em outras áreas canavieiras porque a concentração da propriedade atingiu tal nível que acabou restrita ao domínio absoluto de duas famílias: Ribeiro Coutinho e Velozo Borges. Ambas entrelaçadas por casamentos consangüíneos.

2. POPULISMO E ESTADO

Os pressupostos ideológicos que confirmam o papel do Estado¹⁶ como amortecedor das lutas de classes revelaram-se com maior destaque no projeto nacional desenvolvimentista que tentou encadear a burguesia¹⁷ industrial aos assalariados urbanos, usando como pano de fundo o programa de industrialização nacional.

O país estava no auge do populismo, período histórico compreendido entre a queda do Estado Novo e o Golpe Militar de 1964. Este fenômeno político foi engendrado pelos efeitos da Segunda Grande Guerra atingindo o continente latino ame-

¹⁶ Na teoria marxista o Estado é o aparelho de Estado, que se define como força de execução e de intervenção repressiva ao serviço das classes dominantes no processo da luta de classes.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*.

Lisboa, Editorial Presença e Martins Fontes-Brasil, 1974. p.32. O pensamento de ALTHUSSER insere-se na controvérsia que marcou as ciências humanas nos últimos anos. Apesar de eventuais objeções, suas teses contribuíram para clarear a teoria marxista da História limitada por um conjunto de dogmas.

¹⁷ Entende-se burguesia, neste trabalho, como o conjunto dos grandes proprietários rurais e urbanos. No Nordeste, a estrutura de dominação do latifúndio não se restringe ao campo e os interesses das classes dominantes rurais e urbanas são convergentes.

ricano. Representava, portanto, uma nova equação que, se reduzida a expressão mais simples, refletiria o deslocamento do eixo da economia agrária para a urbana, através do projeto nacional desenvolvimentista suscitado pela Revolução de 1930.

Levada ao plano social, essa transformação econômica provocaria a emergência das classes populares urbanas, cujas necessidades vinham sendo ignoradas ou reprimidas pela força política das velhas oligarquias.

Naturalmente, tudo isso correspondeu ao aparecimento de uma nova camada dirigente que, através da "conciliação conservadora", apropriou-se de parcela do poder político do Estado. Encontrava-se uma fórmula mágica de manipulação dos anseios coletivos pelo Estado que, cedendo de um lado, controlava as manifestações sociais pelo outro.

O populismo sustentou-se até o instante em que deu conta do recado controlando as massas urbanas e excluindo política e socialmente o campesinato, caracterizando, dessa forma, seu caráter de classe e seu vínculo com o bloco agroindustrial. Quando não mais conseguiu manobrar as massas urbano-camponesas inicia-se inexoravelmente a destruição de suas bases de sustentação e dominação.

A *paz agrária* no campo paraibano, garantida pelo jogo entre o Grupo da Várzea e o Estado populista, fundamentava-se na exploração máxima do campesinato, na medida em que a oligarquia tradicional mantinha o monopólio do estoque de terras através do coronelismo, que representava a dominação de uma classe sobre outra.

Na Paraíba, como em todo Nordeste, o sistema de domi-

nação baseado na violência privada¹⁸ dos senhores de terra excluía a intermediação direta do Estado e de suas instituições jurídicas.

Neste contexto, como afirma Fernando Antonio Azevedo:

Na verdade, essa dominação tradicional persistia e reproduzia-se porque o produtor direto ainda não havia sido despojado das suas condições naturais de trabalho, mantendo ainda uma vinculação direta com a terra e os instrumentos de produção, num espaço agrário ocupado pelo latifúndio, o que os reduzia a um estado de dependência e submissão diante da figura do patrão-latifundiário, o único capaz de lhes conceder o acesso à terra, nas áreas de maior fertilidade e valorização fundiária.¹⁹

Em outras palavras, a organização do trabalho não era inteiramente lastreada no modo de produção capitalista, na medida em que o foreiro não precisava vender sua força de trabalho ao latifundiário para garantir a sua sobrevivência e o morador estava obrigado a prestar dois, três ou mais dias de serviço por semana ao dono da terra, com remuneração através de diária aviltante.

Dentro do quadro em estudo, é possível detectar com nitidez a relação entre o dono da terra e o Estado, este representado na zona de latifúndio pela força policial²⁰ sob o co-

¹⁸ A distinção entre público e privado faz parte do direito burguês e é válida no domínio subordinado ao Estatuto Jurídico do capitalismo. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. p. 45.

¹⁹ AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 37.

²⁰ Na teoria marxista o aparelho de Estado compreende não só o aparelho especializado da administração, mas a polícia, os tribunais, as prisões e o exército. ALTHUSSER, Louis. p. 32.

mando do delegado. A autoridade, civil ou militar, embora juridicamente apresentada para garantir a ordem pública, estava a serviço de um dos grupos oligárquicos no poder. As agremiações partidárias polarizadas na UDN e no PSD eram antagônicas, mas quando se tratava da expulsão do camponês da terra, desapareciam totalmente suas divergências. A ação drástica do proprietário, por si só respaldada pela autoridade policial, recebia sempre a aprovação tácita da corrente política adversária.

Configurava-se o completo desamparo legal do camponês, até mesmo nos casos de violência contra a pessoa ou contra a vida. A tradição oral registra, na Paraíba, inúmeros casos de homicídio sem que fosse ao menos instaurado o obrigatório inquérito policial. Era a sagrada aliança entre o Estado e o dono da terra.

Entende-se, agora, porque o reacionarismo intrínseco das elites rurais, herdeiras das tradições de mandonismo²¹, impediam as conquistas no campo através da contumaz atitude de nunca ceder nada.

Prolongava-se o braço do regime colonial de além-mar que engendrou no Brasil as sesmarias, a mão de obra escrava e o latifúndio, a exemplo do que ocorreu em toda América Latina. De sorte que as relações de trabalho dependiam da vontade do todo poderoso "Coronel", tanto mais prepotente quanto maior era o domínio de seu território, garantido pela estrutura par-

²¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978. 277p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976. 230p.

OCTÁVIO, José. *A revolução estatizada - um estudo sobre a formação do centralismo em 30*. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1984. 436p.

tidária baseada na oligarquia.

Além das combinações para resolver as ambições partidárias, utilizavam-se as conquistas de adesões mediante financiamentos e créditos bancários. A luta pela reforma agrária vinha sendo defendida não pelas facções políticas, como era de se esperar, embora fizesse parte de seus programas, mas por outros segmentos da sociedade, como Imprensa, Igreja, Universidade e Sindicatos, repercutindo nos três níveis legislativos através de grupos oposicionistas.

A batalha pelo regime racional da terra, na Paraíba, teve vigoroso impulso no início da década de sessenta através das Ligas Camponesas, imediatamente esmagadas pelo Golpe Militar. As relações não especificamente capitalistas no campo paraibano como a morada e o aforamento, bem como as formas de sujeição simbolizadas no cambão e no barracão²², começam a sofrer profundas modificações e principiam a serem questionadas pelo campesinato em acelerada organização através das Ligas Camponesas. Tais relações de trabalho além de não serem regulamentadas pelo Estado estavam ausentes da legislação trabalhista em vigor. Ficavam os camponeses sem direito de associação, nem mesmo acesso à previdência social.

A dominação das oligarquias rurais da Paraíba, baseada na exclusão social e política do campesinato, não era questão de política partidária. Era de política social. Tanto fazia ao camponês filiar-se ao partido do governo ou ao de oposição, conforme a vontade do dono da terra.

Não havia diferença programática entre os partidos para

²²Os termos *cambão* e *barracão* significavam formas de sujeição ao senhor de engenho.

garantir a *paz agrária* e a exclusão política do campesinato. Todos consagravam quase a mesma linguagem sustentada na armadura da justiça social, na defesa do direito de associação e no direito de acesso à terra. Não eram portanto diferenças formais e sim de conflito latente e permanente entre o proprietário da terra e os que nela trabalhavam.

No período abordado por este estudo, o destino do camponês era de uma velhice mendicante sem qualquer gênero de assistência médica ou social.

O Grupo da Várzea mantinha a dominação oligárquica na medida em que legitimava o poder político do Estado através do curral eleitoral e do voto de cabresto. A reprodução dessa estrutura de dominação não existiria sem a aliança com o governo do Estado no mesmo instante em que a política reformista do governo João Goulart intermediava a relação entre as massas urbanas e o poder central. Criava-se uma cadeia nacional de alianças inter-oligárquicas com eventuais possibilidades de rompimentos nos elos que articulavam as relações de poder no plano global.

Na medida em que as Ligas Camponesas rompiam com a esquemática rede de dominação seriam repudiadas e destruídas pelo bloco agroindustrial com o Golpe de 1964.

Funcionava, assim, a democracia cristã dos canaviais paraibanos.

3. IDEOLOGIA E DOMINAÇÃO

Na Paraíba, desde a redemocratização, o poder político estava polarizado em torno dos dois grandes partidos da época: UDN e PSD. Entretanto, nas eleições de 1955, firmou-se um acordo entre as facções antagônicas. Era o momento da UDN, em cujo quadro estava a nata do coronelismo paraibano, assumir o governo, cuja vitória nas urnas estava assegurada por vários fatores previsíveis, entre eles, acordo e negociação de cargos. Tudo dentro da ótica da "conciliação conservadora", evitando-se, inclusive, processo de hemorragia financeira com despesas eleitorais. Além disso o PSD local encontrava-se dividido e desgastado pela liderança cartorial de antigo Chefe Conservador: o senador Rui Carneiro.

Moldados para enfrentar o jogo político dentro das regras do clientelismo clássico, os partidos mostravam dificuldades de adaptação a nova realidade na qual o debate ideológico assumia contorno dominante. A polaridade partidária acompanhava o quadro nacional. O divisor de águas na Paraíba era naturalmente a Zona da Mata coberta de canaviais.

Dentro do jogo de cúpula, ficou estabelecido pelas lideranças que o usineiro Flávio Ribeiro Coutinho^{2 3}, da UDN, seria candidato a Governador, enquanto Pedro Gondim, do PSD, seria candidato a vice. Assim ficou entendido, assim aconteceu...

^{2 3} Homem de confiança das agremiações conservadoras, conciliou velhos adversários e foi escolhido candidato único ao Governo do Estado da Paraíba, sucedendo José Américo de Almeida, com o apoio da UDN, do PSD e PL.

No entanto, Flávio Ribeiro Coutinho, homem de idade avançada, logo no segundo ano de exercício, manifestou crises de cardiopatia, que culminaram com uma trombose, que o tornou inapto para o trabalho. Caracterizada a enfermidade irreversível, a Assembléia do Estado empossou Pedro Gondim a 4 de janeiro de 1958.

Naquele início de ano, as forças oligárquicas da Paraíba estavam novamente divididas, mais do que isso, extremadas.

Em seu discurso de posse²⁴ o novo governador não fez alusão ao partido político a que pertencia e do qual fora um dos fundadores, ocupando sempre postos de confiança dos pessedistas. Nessa qualidade, aliás, foi indicado para vice governança por outro pessedista seu amigo desde os tempos acadêmicos: José Joffily²⁵.

A exigência do deputado nacionalista preteriu o candidato natural do partido, Severino Lucena, eventual substituto do Chefe do PSD paraibano, Senador Rui Carneiro.

Outros subterfúgios estão contidos nas entrelinhas do pronunciamento, jogo de clichês e chavões, manipulados para mascarar sua posição diante da crise social que então se avizinhava dos campos paraibanos.

Daí a exagerada retórica, quando abordou o problema do "êxodo rural" e a marginalização do *"obreiro dos nossos campos"*²⁶.

²⁴CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 5 de janeiro de 1958.

²⁵Entrevista concedida ao autor pelo ex-deputado José Joffily em Curitiba no dia 18/12/84.

²⁶CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 5 de janeiro de 1958.

Então não me faça indiferente ou distante às necessidades e aos reclamos da nossa capital, rumarei, solícito e decisivo, no hinterland, para ouvir a terra e consultar os homens interioranos, nos seus pedidos e nos seus direitos...

Certo, e não quero chamar a essa ordem de considerações o problema do êxodo rural, porém forçoso é convir que o obreiro dos nossos campos vive à margem do mínimo de assistência e tratamento, que haveriam de lhe valer como um convite da terra à sua fixação...

Mas, nesta luta de civilizados e justos, não repercutirá o brado dos sujeitos, nem se erguerão, impunes, as mãos que não sejam limpas.

Traduza, afinal, a minha palavra, o anseio e o apelo constantes do meu estado de espírito, qual humilde e confiante prece a Deus, para que me assista e ilumine em todas as conjunturas da vida.²⁷

Usaria em seu pronunciamento da misericórdia divina para "*iluminá-lo em todas as conjunturas da vida*". No entanto, depois do golpe, teve seus direitos políticos cassados, à despeito da subserviência diante do General Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército por ocasião de 31 de março de 1964.

Prestes a encerrar o período, Pedro Gondim se descompatibilizou do cargo para se candidatar a Governador nas eleições de 1960. Como substituto constitucional de Flávio Ribeiro, renegou o seu passado pessedista e aliou-se à UDN, derrotando o candidato da coligação PSD-PTB, Janduhy Carneiro.

No início da década de 1960 estavam colocados no contexto político da Paraíba, os pressupostos básicos que levariam, quatro anos depois, à capitulação incondicional do governo do Estado ao Golpe Militar de 1964.

²⁷ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 5 de janeiro de 1958.

Janduhy Carneiro, apesar de refratário a qualquer idéia de renovação ou de reforma, aproximou-se na campanha de 1960 das forças progressistas com objetivos puramente eleitoreiros.

Consta, nos círculos políticos, que o deputado Janduhy Carneiro, candidato do PSD às eleições governamentais de 3 de outubro próximo, vem insistentemente procurando aproximação com o Movimento Nacionalista Brasileiro da Paraíba, com o objetivo de entrosar os nacionalistas em seu esquema de forças políticas.

Sabe-se que o candidato pessedista já visitou o Jornalista Joaquim Ferreira Filho e outros dirigentes menebistas.

O governador Pedro Gondim, que é irredutivelmente candidato ao Governo do Estado, tem se mostrado desinteressado e distante de qualquer entrosamento com o Movimento Nacionalista Brasileiro.²⁸

Mas, o candidato do Grupo da Várzea, dotado de carisma e facilidade de expressão, bateria facilmente o introvertido e retrógrado representante da coligação PSD-PTB. Embora de posição política duvidosa, Pedro Gondim despertava solidariedade de parcela do eleitorado, composto basicamente pela classe média conservadora dos centros urbanos.

A manutenção da aliança PSD-PTB ao nível nacional solidificava o caminho tomado pela coligação na Paraíba.

O Vice-Presidente João Goulart recebeu na tarde de ontem a visita do deputado Janduhy Carneiro, candidato pessedista ao Governo da Paraíba nas próximas eleições.

Acompanhavam o candidato pessedista o deputado federal Jacob Frantz (PTB), e o sr. Hermano de Sá, líder laborista e candidato a vice-governador na chapa do sr. Janduhy Carneiro.

Na ocasião, o sr. João Goulart rea-

²⁸ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 25 de fevereiro de 1960.

*firmou a sua solidariedade e simpatia às candidaturas dos srs. Janduhy Carneiro e Hermano de Sã, dizendo estar muito satisfeito com a manutenção da aliança PSD-PTB na Paraíba.*²⁹

Nesse contexto, a polaridade entre UDN e PSD era de sigla e não ideológica, e, portanto, não convinha ao PC da Paraíba aliar-se ao Grupo da Várzea, que constituía a vanguarda da reação udenista. Em quadro moldado na política de clientela, o PSD representava a retaguarda dos latifundiários lutando contra a organização do campesinato paraibano. Isso não excluía a participação de pessedistas e udenistas como defensores da causa camponesa³⁰. No entanto, a UDN caracterizou-se na Paraíba e na história política brasileira como contrária aos movimentos populares, principalmente as greves. Isso explica e justifica que o maior contingente de deputados financiados pelo IBAD era de udenistas que combatiam o populismo e o movimento trabalhista em todo país.

Por outro lado, as afinidades do PC com o PSD da Paraíba, embora escassas, ocorriam dentro de uma lógica que ultrapassava as fronteiras do Estado.

Explica-se, assim, o manifesto dos comunistas da Paraíba contra a candidatura de Pedro Gondim e a postulação em defesa de Janduhy Carneiro.

²⁹CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 18 de março de 1960.

³⁰A contradição é aparente porque na prática até elementos da UDN chegaram a participar das Ligas Camponesas como foi o caso do deputado Joacil de Brito Pereira.

Em relação ao nosso Estado, conclamamos o eleitorado paraibano a cerrar fileiras em torno das candidaturas de Janduhy Carneiro e Jacob Frantz.

É importante destacar que as forças retrógradas do Estado se encontram justamente do outro lado, apoiando Jânio, Gondim e Zabão. E entre estes, desde os donos da Várzea, Lundgren de Rio Tinto, até os advogados da SANBRA em Campina Grande e outros setores de latifundiários que fundamentam a base reacionária da UDN em nosso Estado.³¹

A campanha do candidato do PSD ao governo da Paraíba foi realizada em grande parte através de página de propaganda no jornal Correio da Paraíba com o título *Vanguarda Pessedista*. No periódico, Janduhy Carneiro foi além de suas reais pretensões chegando a pregar a desapropriação de terras dos Lundgren³².

Causou a melhor impressão nos meios populares e progressistas do Estado a maneira incisiva e clara com que o deputado Janduhy Carneiro abordou os problemas do povo no comício de sexta-feira, em Cruz das Armas. Desde logo cumpre ressaltar, pelo entusiasmo que motivaram, os pronunciamentos relativos à reforma agrária e à participação de um operário no futuro Governo do Estado, de acordo com os sindicatos da classe trabalhadora.

Anunciou seu propósito de desapropriar áreas improdutivas como outras extensas zonas de terras férteis do latifúndio de Rio Tinto, cobertas de eucaliptos.

O deputado Janduhy Carneiro fez outra viva e enérgica declaração ao afirmar que, enquanto seu adversário estava apoiado nas forças mais reacionárias do Estado, ele não devia homenagem aos grupos econômicos.³³

³¹ b NORTE. João Pessoa, 1 de maio de 1960.

³² Grupo agroindustrial, proprietário das Casas Pernambucanas e da Fábrica de tecidos de Rio Tinto, na Paraíba, localizado na zona de expansão das Ligas Camponesas — Ver mapa 4.

³³ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 26 de julho de 1960.

O Movimento Nacionalista na Paraíba não poderia silenciar contra o imperialismo e o latifúndio. Eis a razão na nota oficial contra a candidatura de Pedro Gondim:

Nesta hora, na Paraíba, somente a tribuna do candidato do PSD-PTB e das forças progressistas ao Governo do Estado se oferece, ampla e decididamente, não para a referência vaga e medrosa a Lott e Jango, mas para o desmascaramento total da demagogia e da traição ruinosa do candidato das forças entreguistas e da reação.

Também as contradições locais nada têm de desprezíveis. O candidato da UDN capitulou inteiramente às forças desse partido que, na Paraíba, é comandado, financiado e estimulado pelas mais características forças do latifúndio e do atraso.

O nascente movimento camponês, tão promissor no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, acha-se em contradição frontal e aberta com as forças latifundiárias que comandam e dão o tom das campanhas da UDN.

*O movimento operário que acaba de receber um novo alento com a ponderável conquista do sindicalismo em Rio Tinto, sobrepondo-se ao terror e à opressão de longos anos; o movimento operário que está em luta contra a prepotência dos homens da Várzea, cuja perseguição implacável se abateu sobre aqueles que ousaram alistar-se no Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação e na Construção Civil, também o movimento operário tem razões essenciais para opôr-se à vitória do patronato mais intolerante, que será a vitória das forças udeno-janistas na Paraíba, do mesmo modo que no Brasil.*³⁴

Os camponeses de Sapê compareceram em massa ao comício de apoio ao Marechal Lott e João Goulart, repudiando, desde o início da sua organização, as forças latifundiárias representadas por Jânio Quadros e Pedro Gondim.

³⁴ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 1 de setembro de 1960.

Embora os dirigentes nacionalistas da Paraíba tenham informado com toda a segurança que o Marechal Lott estaria em João Pessoa domingo passado, para a concentração do Parque Solon de Lucena, o ex-ministro da Guerra, por determinação médica, não veio a esta capital como se esperava, bem como o sr. João Goulart e a deputada Ivete Vargas.

A comitiva era integrada apenas pelo sr. Leonel Brizzola, governador do Rio Grande do Sul, que veio representar o Marechal Lott, e o embaixador Batista Luzardo, além do deputado José Joffily.

A nota de destaque do comício nacionalista de domingo foi o grande número de espadas que populares conduziam, e o entusiasmo das Ligas Camponesas de Sapê...³⁵

Historicamente, estava traçado o destino do governador da Paraíba que barganhou seu passado pessedista para depois reprimir as Ligas Camponesas e compactuar com os golpistas de 1964.

4. REORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO GOVERNO DA PARAÍBA

No início da década de 1960, vigorava no país o populismo que estimulava os setores democráticos e as forças progressistas. No quadro nacional, a posse de João Goulart abriria espaço para movimentos de massa.

Foi nessa etapa da vida nacional que se deu a campanha eleitoral de 1960, na Paraíba, com Pedro Gondim, mobilizando a classe média e buscando respaldo financeiro nos gru-

³⁵ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 27 de setembro de 1960.

pos econômicos mais reacionários do Estado³⁶.

O futuro político da Paraíba estava estigmatizado por esse jogo de alianças lesivas aos interesses populares. Mal havia iniciado o segundo governo de Pedro Gondim, quando as primeiras associações camponesas despontaram com o máximo de vigor e organização. O movimento camponês, ao ocupar espaço na arena política, fez ressurgir as contradições das classes antagônicas no processo produtivo ao mesmo tempo que assumiria natureza orgânica e dimensão nacional.

O caráter desse forte movimento de conscientização do campesinato estruturou-se no combate por reivindicações cuja bandeira era a reforma agrária. O camponês tomou consciência de sua posição histórica, de sua classe social e, acima de tudo, de sua força coletiva. Comprometido com a "conciliação conservadora" dos segmentos dominantes, estreitavam-se os laços entre o governo da Paraíba e o bloco agroindustrial. Na verdade, Pedro Gondim ignorava que a ambigüidade é, por natureza, fugaz e contemporizava com a Associação dos Proprietários Rurais, estado-maior dos grandes proprietários de terras.

Liderava o Grupo da Várzea, o Comendador Renato Ribeiro Coutinho, cujo nome estava perpetuado como patrono no Stand de Tiros do 15º Regimento de Infantaria sediado em João Pessoa³⁷. Naquele quartel do Exército Brasileiro também lhe tinha sido reservada uma sala especial para os períodos de re-

³⁶ Grupos agroindustriais Ribeiro Coutinho, Lundgren, Gadelha e Velozo Borges. OCTÁVIO, José. *Tensão social e revolução na Paraíba: uma abordagem dos antecedentes paraibanos da Revolução de 1964*. João Pessoa, xerox, 1976. 89p. p. 9.

³⁷ OCTÁVIO, José. p. 47.

crutamento. Conhecida a aversão dos camponeses ao serviço militar, o magnata do açúcar supria a omissão do Governo do Estado utilizando-se das Forças Armadas³⁸ para pressionar o camponesinato. Isso decorria do prestígio dos proprietários rurais nos quartéis e do espírito golpista das forças armadas brasileiras de formação positivista direitista que desejavam romper o pacto populista.

A pretexto de manobras militares, implantou-se outra forma de terror entre os associados das Ligas Camponesas, executando-se uma operação no sentido de desarmar a população rural. Como a atitude constituiu uma farsa, não foram apreendidas entre os camponeses nem armas, nem munições privativas do Exército, conforme alardeavam os latifundiários e os políticos da UDN. Foram, sim, arrecadados centenas de instrumentos de trabalho.

Logo depois da ação arbitrária do aparelho repressivo do Estado³⁹, líderes camponeses à frente de enorme contingente procuraram o Governador em Palácio, alegando que já não podiam exercer sua atividade normal, sem os equipamentos de trabalho da lavoura. Pedro Gondim teria feito solene juramento de que dentro de poucas horas seriam restituídos os instru-

³⁸ O 15º Regimento de Infantaria era Comandado pelo Cel. Ednardo D'Ávilla Mello que seria mais tarde, em 1976, exonerado do Comando do II Exército pelo Presidente Ernesto Geisel depois das mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, no DOI/CODI de São Paulo, unidade paramilitar sob sua jurisdição.

³⁹ O Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto o Aparelho ideológico de Estado, pela ideologia. Não há, no entanto, aparelho puramente repressivo e puramente ideológico. Ambos se misturam para assegurar sua própria coesão e reprodução. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. p. 46-7.

mentos agrícolas. Nessa circunstância, o governante levou ao extremo sua ambigüidade. Não podendo opor-se àquelas diligências arbitrárias, mandou adquirir, no comércio da capital, centenas de enxadas, foices e machados e subrepticiamente fê-las chegar às mãos dos camponeses de Sapê⁴⁰. O episódio retratou não só a astúcia, mas a dubiedade do governador que pretendeu, do início ao fim dos mandatos, a custo de todos os expedientes, manter posição simpática entre as correntes antagônicas e entre as classes em conflito. Esse procedimento refletia a política de João Goulart que, admitindo reforma agrária, expandia seu patrimônio fundiário nas fronteiras do Rio Grande do Sul e, aceitando teses nacionalistas, mantinha Roberto Campos na embaixada brasileira em Washington.

Mergulhava o país em contradição, exigindo dia a dia definição entre as correntes que progressivamente se radicalizavam. De um lado, as Ligas Camponesas e, de outro, latifundiários organizando marchas a Brasília, inconformados com o chamado confisco cambial e apoiados por intelectuais do IBAD, cujos recursos em grande escala eram financiados por multinacionais.

De certa forma, a vitória eleitoral de Pedro Gondim, em 1960, demonstrou que as massas urbanas desejavam alternância no poder, ainda que fosse nas siglas. Elegeu-se mudando de partido e lastreado por composição política que incluía desde a UDN até o PSB de tendência centrista. Venceu apoiado pelas oligarquias rurais que tradicionalmente controlavam o poder

⁴⁰ Consta do depoimento de um popular que os instrumentos de trabalho reclamados pelos camponeses foram adquiridos na Loja de Ferragens SOUZA CAMPOS & CIA., em João Pessoa.

econômico do Estado.

Foi dentro de condições políticas favoráveis ao jogo democrático que a UDN controlaria o poder do Estado para depois implantar regime de força e violência. Na conjugação de tais fatores tomariam corpo as Ligas Camponesas, já sendo conhecido o exemplo de Pernambuco. A luta pela reforma agrária levaria à transformação da sociedade paraibana e modificaria os canaviais da Várzea. Do lavrador submisso despontaria o camponês combativo, testemunhando o surgimento de uma consciência de classe gerada pela atividade política organizada⁴¹.

*"A ação local ou regional, que é a norma, torna-se a ação mais ampla somente por força externa — natural, econômica, política, ou ideológica — e somente quando um grande número de comunidades ou aldeias são incitadas simultaneamente, e vem na mesma direção"*⁴².

É exatamente no instante de classe em luta que o camponesinato adquiriria sua constituição de classe em si, para si e em confronto.

Porque na medida em que subsiste entre os camponeses... uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um Parlamento quer por meio de uma Convenção. Não podem representar-se, antes têm que

⁴¹ IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 212.

⁴² HOBBSBAWN, Eric J. *Os camponeses e a política: Ensaio de opinião*. Rio de Janeiro (8):42-56. 1978. p. 47.

*ser representados. O seu representante tem de aparecer ao mesmo tempo como seu senhor, como uma autoridade sobre eles, como um poder ilimitado de governo que os proteja das restantes classes e lhes envie do alto a chuva e o sol.*⁴³

Nesse processo participariam políticos, intelectuais, jornalistas e outras lideranças⁴⁴. Com um trabalho de doutrinação sistemático os camponeses passaram a ter outra visão da realidade política e se situaram com realismo na hierarquia do processo produtivo. Igualmente compreenderam que constituíam a sobra do corpo político do Estado. Sobra equivalente a verdadeira massa de manobra a serviço da classe dominante, sem a menor sensibilidade para sentir os seus problemas, nem perspectiva para compreender a dinâmica das transformações daquele momento histórico.

Multiplicavam-se as Ligas Camponesas, dilatavam-se as lideranças e redefiniam-se politicamente as relações de classe no campo paraibano. O senhor de engenho e o usineiro não eram mais os senhores *todo-poderosos*. Passam a sofrer contestação e tornam-se mortais como todos os homens do campo. Os proprietários sentiam-se ameaçados pelo perigo da reivindicação da classe camponesa. Estavam vulneráveis pela possibilidade de cederem privilégios seculares. Os tempos tinham

⁴³ MARX e ENGELS. *Obras Escolhidas*. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Lisboa/Moscow, Edições Avante/Edições Progresso, 1982. p. 503.

⁴⁴ José Joffily, Paulo Pontes, Osmar de Aquino, Maria do Carmo Aquino, Francisco de Assis Lemos, Ofélia Amorim, Jório Machado, Antonio Augusto Arrouxelas, Octacílio Queiroz, João Manoel de Carvalho, Agassis Almeida, Langstein Almeida, Antonio Dantas, Adalberto Barreto, José Isidro, Malaquias Batista, Calazans Fernandes, Samuel Duarte, Linduarte Noronha, Gonzaga Rodrigues, Severino Ramos, Firmo Justino, Hélio Zenaide, Jacinto Dantas, José Gomes da Silva, Agildo Benevides, Antonio Teixeira, Ivan Figueiredo, Leonardo Leal, Elias Quirino, Antonio Terto, Manoel de Deus e outros.

mudado. Leis enfeixadas no Código Civil do início do século demonstravam a desatualização da legislação agrária brasileira⁴⁵. Os latifundiários estavam surpresos diante do movimento de classe do campesinato e sua reação levaria ao conflito. Configurava-se a tendência pendular do governador Pedro Gondim na medida em que não se fixava em espaço definido entre as forças em luta.

O acirramento da questão política do campesinato paraibano ganharia logo as manchetes da imprensa nacional e internacional. Tamanha agitação repercutiria em modificações no esquema de força do aparelho repressivo do Estado. O IV Exército, ao qual a região se encontrava subordinada, tomou a dianteira adotando medidas de prevenção veladas ou ostensivas. Instalou-se um clima de terror, com militares credenciados pela Guarnição Federal da Paraíba⁴⁶ invadindo os campos no sentido de criarem pânico entre os camponeses. Essas inspeções para tomada de referenciais cimentava a formação de um bloco repressor constituído pelo governo do Estado, pelas milícias dos latifundiários e pelo aparelho repressivo do Estado. Mais uma vez na história do Brasil, o problema social e político do campo era, além de postergado, entendido como questão de polícia. A burguesia agroindustrial sentia-se ameaçada no seu

⁴⁵BRASIL. Leis, Decretos... Código Civil, *Lei nº 3071 de 1º de janeiro de 1916*. De todas as Repúblicas da América Latina, o Brasil era a única que não tinha codificação civil, utilizando como fonte do direito, as Ordenações Filipinas, aprovadas por Felipe II de Portugal na Lei de 11 de janeiro de 1603 e cujo livro IV foi o principal assento da legislação brasileira.

⁴⁶A Guarnição Federal da Paraíba é chefiada pelo Comandante do 19.º Grupamento de Engenharia sediado em João Pessoa e subordinado ao IV Exército.

direito de propriedade, na segurança interna e não estava preparada para avaliar objetivamente as aspirações legítimas do movimento associativo dos camponeses.

Em Pernambuco, a presença de Miguel Arraes no governo não era vista com bons olhos nem pelos latifundiários nem pelo aparelho repressivo do Estado.

Depois de 1962, as providências de Pedro Gondim, diante dos choques permanentes entre os grupos, não passaram de visível jogo de cintura para o apoio declarado aos terra-tenentes.

Deve-se acrescentar que o governante paraibano enfrentou as contradições do momento político com maioria parlamentar instável na Assembléia Legislativa e uma conjuntura extremamente complexa.

Enquanto isso, o latifúndio, opondo-se sistematicamente ao movimento camponês, seja pela dificuldade de entendê-lo, seja pela intolerância em não aceitá-lo, penetrava no caminho do isolamento político diante do avanço das forças progressistas.

O governo federal de matiz populista demonstrava simpatia pelo crescimento das Ligas Camponesas da Paraíba que poderiam oportunamente serem utilizadas como exército eleitoral de reserva.

Apresentava-se uma situação relativamente favorável ao campesinato. Nesse quadro, as reivindicações dos camponeses paraibanos chegavam ao Palácio da Redenção por intermédio de seus representantes políticos ou mesmo por suas lideranças urbanas.

No elenco das reivindicações dos camponeses surgiam as

carteiras sindicais e a pressão no sentido de fazer o proprietário cumprir a legislação trabalhista.

Organizavam-se os mutirões que iam de fazenda em fazenda anunciando a boa nova, desafiando o patronato pondo fim ao cambão. Estava aberto o desafio e o enfrentamento direto entre as forças opostas dar-se-ia a qualquer momento.

A quebra do isolamento do interior, provocada pela demanda desenvolvimentista, aliava-se à liberdade política de que se defrutou naquele período, tornando possível a comunicação interclasses, a participação ativa de elementos das classes médias no movimento camponês e a formação de quadros camponeses.

Assim, a perda do medo do camponês resultava de um processo de aprendizagem na qual estavam presentes muitos elementos desde a exortação da liderança — afirmando a possibilidade de livrar-se do medo — até a experiência concreta da desobediência, da revolta, da união⁴⁷.

O campesinato contava com a representação de alguns deputados do Partido Socialista Brasileiro na Assembléia Legislativa do Estado e jornalistas de expressão absorvidos pelo significado da luta.

O esquema adotado por Pedro Gondim, para enfrentar o problema agrário na Paraíba, diferenciou-se radicalmente da estratégia política elaborada e levada a termo por Miguel Arraes, em Pernambuco, que considerou o vai e vem da conjuntura nacional e seus reflexos no plano do Estado. Esse abismo entre as posturas dos governadores aprofundou-se com a apro-

⁴⁷ PAIVA, Vanilda. *Pedagogia e luta social no campo paraibano*. p. 20.

ximação do Golpe de 1964.

Desde o período anterior, Pedro Gondim viu frustrarem-se todas as conjecturas para se tornar independente das oligarquias tradicionais, mobilizadas em torno da agroindústria açucareira e da pecuária extensiva. Eleito pela classe média, tomou todas as medidas para contornar a participação das camadas populares no seu governo.

Naquele quadro difícil da vida nacional e regional, a Polícia Militar do Estado constituiu um sistema coercitivo pronto a esmagar a liberdade de organização do campesinato paraibano. O *novo* aparelho governamental revelou-se obsoleto e incapaz de responder às solicitações políticas, tanto ao nível das massas camponesas quanto do eleitorado urbano. Constituiu a administração de Pedro Gondim uma máquina emperrada, presa e instrumentalizada pelo Grupo da Várzea, em certo sentido reflexo da trama do Estado nacional populista que se desgastava a passos largos, assumindo compromissos utópicos com diversos setores sociais em conflito.

Naquele momento, a adesão às reformas de base tinha significado político especial pela dimensão tomada pela luta de classes na Órbita da Paraíba, desembocando num estuário de violência que tornaria a zona fisiográfica da Várzea um mar de sangue.

A impostura idealista de Pedro Gondim de transformar-se em eixo de equilíbrio da declarada luta de classes revelou-se um gigantesco fracasso porque não conseguiu reduzir, nem impedir a eclosão da violência, nem impor ao Grupo da Várzea a sua autoridade, fazendo cumprir a legislação trabalhista, in-

cluindo-se as derradeiras resoluções decretadas pelo governo federal⁴⁸.

A linha mestra do governo para enfrentar a questão agrária seria inteiramente superficial, de vez que não tocou na infra-estrutura do problema.

Pedro Gondim vai modificar o Aparelho Ideológico governamental⁴⁹ a partir de 1962, começando pelos órgãos da imprensa falada e escrita⁵⁰. Correu a notícia no *Ponto de Cem Réis*⁵¹ que a cobertura jornalística de "A União", na morte de João Pedro Teixeira, fugira à orientação doutrinária do governo. O Diretor do Jornal⁵² foi imediatamente afastado. Em seu lugar assumiria Antonio Brayner, antigo militante da UDN e aliado ao Grupo da Várzea. Nessa primeira etapa, o expurgo atingiria a cúpula e afastaria o diretor da Rádio Tabajara, Adalberto Barreto, que ocuparia logo depois a Presidência da Associação Paraibana de Imprensa e da Frente de Mobilização Popular.

⁴⁸ Entre eles estava a promulgação do Estatuto da Terra pelo Presidente João Goulart em 1963.

⁴⁹ Entende-se neste trabalho Aparelho Ideológico Governamental como Aparelho Ideológico de Estado da Informação, compreendendo a imprensa, o rádio e a televisão.

⁵⁰ Circulavam na Paraíba três jornais, "A União", "O Norte" e o "Correio da Paraíba", além de duas emissoras de rádio, Arapuan e Tabajara.

⁵¹ Antigo local de parada de bonde, no centro de João Pessoa, tradicional ponto de reunião popular.

⁵² A diretoria de A UNIÃO era composta de Hélio Zenaide - Diretor, Eurípedes Gadelha - Redator Chefe, Expedito Cavalcanti - Secretário, Manoel Costeira - Gerente e Gonzaga Rodrigues - Superintendente.

As diretrizes ideológicas impostas pelo Grupo da Várzea demitiriam, no mesmo período, dois autênticos valores culturais da emissora oficial do Estado⁵³: o maestro Nôzinho, que reorganizou a Orquestra da Rádio Tabajara e criou retretas populares para difundir a cultura musical junto às classes marginais, porque escreveu a música *Canção Camponesa*, com letra de Natanael Alves, e o diretor artístico, o teatrólogo Paulo Pontes, porque seu pensamento e sua ação política não se ajustavam ao programa de dominação estabelecido pelo bloco agroindustrial. Ambos seriam aproveitados em outros Estados. O maestro foi contratado no Recife pela Divisão de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal para chefiar o Setor de Pesquisa e Documentação de Folclore Musical, enquanto Paulo Pontes se integrou na equipe da Rádio Tupi, no Rio de Janeiro, como produtor, para tornar-se, logo depois, um dos maiores nomes do teatro brasileiro⁵⁴.

Com a substituição de Hélio Zenaide por Antonio Brainer, estava decretada a prática condenável da arbitrariedade ideológica tanto na "caça às bruxas" quanto na neurose da "subversão vermelha".

O pensamento reacionário do novo titular do Departamento de Publicidade do Governo da Paraíba implantou o regime de intolerância política, a suspensão da liberdade de pensamento e o exercício da cidadania, demitindo jornalistas por atitudes

⁵³ Sobre o papel dos intelectuais orgânicos ver GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor por Edson Benevides em João Pessoa no dia 20 de novembro de 1983.

não profissionais, circunscritas ao direito civil e à democracia, marchando para um extremismo de direita que encontraria respaldo jurídico no regime de exceção implantado pelo Golpe de 1964.

Menos de dois anos depois, as alterações no aparelho ideológico do governo desceriam às bases com substituição radical de vários jornalistas. Iniciou-se a ruptura em bloco com as forças progressistas representadas pelas esquerdas, pelos estudantes, pelos camponeses e pelos operários. A demissão em massa seria capitaneada pelo novo titular Antonio Brayner que cumpria as determinações do Governador.

Muito antes da Revolução, quando assumi a direção do Departamento de Publicidade (agosto de 1962), fiz uma limpeza em regra no jornal A UNIÃO, expulsando todos os elementos simpatizantes da filosofia e credos vermelhos. Mais de dez jornalistas que, atualmente, estão em apuros, na mão do Exército, eu expurguei do Departamento que dirijo. No dia 3 de março do corrente ano (1964), muito antes de se falar em reação democrática e Revolução, procedi nova limpeza ideológica, dispensando, sumariamente mais cinco elementos comprometidos: deles, quatro estudantes, que haviam tomado parte na baderna vermelha da Faculdade de Direito, contra os Governadores Pedro Gondim e Carlos Lacerda. O quinto, Jório de Lira Machado, jornalista profissional, também punido, está em Fernando Noronha. Em todas essas oportunidades e para todas essas atitudes drásticas contei sempre com o mais decidido e corajoso apoio e a mais formal garantia, inspiração e autoridade do Governador Pedro Gondim que aprovou e manteve todos os meus atos.⁵⁵

⁵⁵ BRAYNER, Antonio. O conto do bilhete. in: GONDIM, Pedro. Honra e Verdade. João Pessoa, A União Editora, 1964. 321p. p. 173.

Mesmo assim, haveria reação da categoria profissional ameaçada pelo aparelho ideológico do governo estadual. A Associação Paraibana de Imprensa protestou com veemência.

A API, tendo em vista a demissão arbitrária de seis de seus membros — os jornalistas Jório de Lyra Machado, Carlos Augusto de Carvalho, Expedito Cavalcanti, José Sabino, José Juvêncio Filho e Walter Luiz do Jornal A UNIÃO — leva ao conhecimento do público o protesto indignado da classe, que se considera atingida em sua honra profissional, pela insólita penalidade imposta àqueles confrades pela hierarquia do Palácio da Redenção...⁵⁶

O Gondinismo mostrava nova composição política com a aproximação do deputado estadual Joacil de Brito Pereira através da nomeação do seu cunhado⁵⁷ para titular da Secretaria da Administração.

No interior do processo estava oculta a eminência parada do sistema — o deputado federal da UDN, João Agripino Filho — candidato dos coronéis para governar com o Golpe de 1964.

⁵⁶ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 10 de maio de 1964.

⁵⁷ Pedro Gondim nomeou Sindulfo Santiago, cunhado do deputado Joacil de Brito Pereira da UDN e filho de Eitel Santiago, Presidente da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba. A inimizade entre o Chefe do Governo e o deputado do Grupo da Várzea vinha desde a posse do Governador. A nomeação foi a forma encontrada pelo Palácio da Redenção para cooptar o parlamentar lacerdista.

5. ELEIÇÕES DE 1962

A intercessão do governo de Pedro Gondim na questão agrária, ao lado do Grupo da Várzea, ao invés de controlar o movimento social no campo paraibano e deslocar o conflito de classes para soluções conciliadoras, levou ao acirramento das posições. Na aliança entre o governo e o bloco agroindustrial ficou estabelecida, como cláusula dogmática, a exclusão do campesinato paraibano do processo político.

Em contrapartida, a organização das Ligas Camponesas levaria à capitulação incondicional do governo Pedro Gondim ao Golpe de 1964.

Afastando-se das lideranças camponesas paraibanas, que se encontravam acopladas ao esquema do regime populista e, portanto, sincronizadas com o Ministério do Trabalho no sentido de conseguir as liberações das cartas sindicais para os grupos que lhes serviam de suporte político, perdia o governo do Estado o único espaço capaz de reintegrá-lo numa moldura de mínima coerência ideológica.

A situação era tão grave que nenhum dos acordos ensaiados com a mediação do governo estadual, entre os sindicatos patronais e as ligas camponesas, foi cumprido pelos latifundiários, demonstrando o divórcio entre o mediador e as forças em conflito.

Chegava-se às eleições de 1962 com violências em ambas as partes. Camponeses tomavam as estradas, paravam os veículos e incendiavam canaviais.

No outro lado da cena, estavam os usineiros e fornece-

dores resistindo ao cumprimento da legislação trabalhista, mobilizando recursos bélicos e arregimentando jagunços para defender suas propriedades. Diante da postura do governo estadual, as lideranças das ligas vão se afastando da estratégia de Pedro Gondim, cujo objetivo era neutralizar a ação do campesinato. Esmagadas entre posições ideológicas avançadas e as linhas moderadas de um reformismo negociado com o governo federal, as Ligas Camponesas paraibanas oscilariam entre um e outro extremo, vivenciando o clássico dilema entre a reforma e a revolução, tão em voga na época. Dentro desse quadro cunhariam um projeto próprio que tangenciaria o reformismo de João Goulart, mas repudiaria o conservadorismo de Pedro Gondim e o radicalismo do deputado estadual do PSB (PE) Francisco Julião.

A perspectiva julianista da revolução brasileira era refratária à posição de amplas correntes da esquerda e contrapunha-se à orientação preponderante nas Ligas Camponesas paraibanas. Na melhor hipótese, antecipava o Golpe de 1964, na medida em que justificava o fortalecimento aberto das correntes fascistas aglutinadas em torno do bloco agroindustrial.

As lideranças mais conseqüentes do movimento agrário paraibano romperam com a orientação doutrinária de Francisco Julião, procurando margem própria de manobra e articulação política no plano federal, aproximando-se do Presidente João Goulart e contornando a radicalização pelas reformas de base.

A UDN e o PSD representavam, na Paraíba, as oligarquias em termos de poder econômico e político. As eventuais divergências, por mais acirradas, não impediam que estivessem unidos na manutenção da estrutura agrária. Tanto no plano fede-

ral quanto regional e local, ambos os partidos representavam os interesses do bloco agroindustrial liderando qualquer iniciativa contra a reforma agrária. Entretanto, na Paraíba, a UDN contava com a vanguarda dos latifundiários simbolizados por Joacil de Brito Pereira, João Agripino Filho e AgnaldoVELOZO Borges.

Dentro desse quadro de tonalidades variadas, as eleições de 1962 encontrariam as esquerdas divididas e seus quadros debatendo-se com profundas divergências internas. Cresciam as correntes de pensamento marxista com a formação de grupos que se bifurcavam entre a chamada "linha de Pequim" e a "linha de Moscou". Essas divergências refletiriam-se nas Ligas Camponesas da Paraíba criando arestas entre as orientações de Francisco Julião através de Elizabete Teixeira e Antonio Dantas (Presidente da Liga de Santa Rita) e a liderança de Francisco de Assis Lemos (Presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba).

Conspirava-se, na época, nos quartéis, para a deposição de João Goulart, cuja posse como vice-presidente tinha provocado reação no meio militar.

A campanha política de 1962 transcorreria em atmosfera de insegurança do poder constituído, agravada pelo movimento brizolista lastreado no slogan "Cunhado não é parente".

Chefes militares como Justino Alves Bastos, Castelo Branco e Juracy Magalhães freqüentavam a embaixada americana, enquanto civis como Aliomar Baleeiro, Carlos Lacerda, Oscar

Correia, Afonso Arinos e outros frequentadores do IBAD⁵⁸, com volumosas verbas de propagandas pregavam abertamente o "golpe", dando assim prosseguimento à campanha contra a posse dos eleitos a partir de Juscelino Kubitschek⁵⁹.

Exatamente pela aglutinação dessas forças reacionárias em torno de Lincoln Gordon e da UDN, a polaridade político-ideológica adquiriu feição irreconciliável, polaridade que exigia historicamente decisão e firmeza das duas partes antagônicas. Mas essas qualidades de comando eram extremamente débeis em relação ao Presidente João Goulart e extremamente vigorosas em relação aos seus adversários. Eis a explicação para o insucesso eleitoral das forças de vanguarda em 1962, com exceção de três Estados: Pernambuco, Sergipe e Goiás. Naturalmente, os três Governadores eleitos seriam degolados pelo golpe dois anos após terem sido sufragados pelo povo brasileiro.

Na Paraíba, o movimento político exigia a participação de uma figura de maior responsabilidade e que estivesse interessada no processo de emancipação do camponês e na reforma agrária. Naquela época, quem reunia essas condições era o Deputado Federal José Joffily, que estava rompido com o PSD

⁵⁸ O deputado Rubem Paiva do PTB carioca foi cassado em 1964 por sua participação na CPI que apurou as atividades do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituição também destinada à corromper, com recursos nacionais e estrangeiros, as eleições de 1962. Preso em sua casa pelos órgãos de repressão das Forças Armadas em 20 de janeiro de 1971, jamais a família teve notícias dele. Ver, PAIVA, Rubem Marcelo. *Feliz Ano Velho*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

⁵⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 307.

em cujo diretório nacional, em Brasília, fizera uma exposição sobre a reforma agrária, consubstanciada no projeto que teria apoio oficial de Jânio Quadros. O Presidente da República fizera uma declaração divulgada em todos os órgãos da imprensa: *"Proclamo aquilo que toda Nação reconhece, reforma agrária já não é tema para retórica e sim objeto de ação imediata. Nesse sentido, o projeto do deputado José Joffily atende aos superiores interesses da Nação"*⁶⁰.

Poucos dias depois, o Presidente renunciava. Tais circunstâncias adicionadas ao ingresso de José Joffily no Partido Socialista Brasileiro conferiram ao deputado paraibano autoridade diante do movimento pela reforma agrária, autoridade já comprovada por sua popularidade como vice-líder da Frente Parlamentar Nacionalista⁶¹.

⁶⁰ Entrevista concedida ao autor, pelo ex-deputado José Joffily. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1984.

⁶¹ A Frente Parlamentar Nacionalista reunia parlamentares progressistas e nacionalistas que apoiavam as reformas de base. Eram seus integrantes: Aarão Steinbruck (PTB); Abguar Bastos (PTB); Adahil Barreto (UDN); Almino Affonso (PST); Attilio Vivacqua (PR); Aurélio Viana (PSB); Bagueira Leal (UDN); Barbosa Lima Sobrinho (PSB); Bento Gonçalves (PR); Bocaiúva Cunha (PTB); Breno da Silveira (PSB); Campos Vergal (PSP); Celso Brant (PR); Cid Carvalho (PSD); Clidenor Freitas (PTB); Corrêa da Costa (UDN); Coutinho Cavalcanti (PTB); Dagoberto Salles (PSD); Dix Huit Rosado (UDN); Djalma Maranhão (PSP); Domingos Velasco (PSB); Estêves Rodrigues (PR); Euzébio Rocha Filho (PDC); Fernando Ferrari (PTB); Fernando Sant'Anna (PTB); Ferro Costa (UDN); Gabriel Passos (UDN); Hélio Ramos (PR); Jacob Frantz (PTB); Jarbas Maranhão (PSD); João Lima Guimarães (PTB); José Joffily (PSB); José Sarney (UDN); José Silveira (PTB); José Talarico (PTB); Josué de Castro (PTB); Lycio Hauer (PTB); Neiva Moreira (PSP); Nelson Carneiro (PSD); Nelson Omegna (PTB); Nogueira da Gama (PTB); Osmar Cunha (PSD); Oswaldo Lima (PTB); Ramon de Oliveira Neto (PTB); Rogê Ferreira (PSB); Saldanha Derzi (UDN); Salvador Lo-sacco (PTB); Seixas Dória (UDN); Sérgio Magalhães (PTB); Sílvio Braga (PSP); Temperani Pereira (PTB); Último de Carvalho (PSD); Unírio Machado (PTB); Valério Magalhães (PSD); Waldir Pires (PSD); Waldyr Simões (PTB) e Wilson Fadul (PTB).

O conjunto desses fatores terminou gerando o fenômeno político na Paraíba que tomou nome de joffilismo para significar posição de vanguarda em relação às esquerdas não sectárias.

O certo é que a facção pró-Julião das Ligas paraibanas fracassaria nas eleições de 1962. Elizabete Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, que pretendia um mandato de deputada na Assembléia Legislativa, foi derrotada pelo próprio camponato que elegeu Francisco Assis Lemos, representante do reformismo janguista e identificado com a orientação doutrinária do PCB e da ULTAB.

A crise interna levaria à criação da Federação das Ligas Camponesas paraibanas e à hegemonia do PCB no campo⁶².

Entretanto, os resultados das eleições comprovavam que o latifúndio não seria facilmente batido pelas urnas. *"A política eleitoral democrática não funciona para os camponeses enquanto classe... Em termos da política nacional dos Estados burgueses democráticos, os camponeses tendem a ser recheio de eleição"*⁶³.

Realizaram-se, em 1962, as derradeiras eleições diretas para governador em onze Estados brasileiros, para prefeitos e vereadores em centenas de Municípios e para renovação das Assembléias Legislativas, Câmara de Deputados e dois terços do Senado.

Em clima nacional de elevada politização das massas, a Paraíba vivia o confronto direto e a luta declarada entre o

⁶²AUED, Bernadete W. *A vitória dos vencidos*.

⁶³HOBSBAWM, Eric J. *Os camponeses e a política*. p. 55.

campesinato e o bloco de poder.

Antevendo a realidade futura (o golpe de 1964), a página de propaganda da vanguarda paraibana, liderada por José Joffily, acusava o jornal do Governo de estar a serviço de Carlos Lacerda e dos golpistas que desejavam enterrar a democracia.

Embora não se pronuncie declaradamente contra Jango, a linguagem usada pela A UNIÃO, nos seus últimos editoriais, é a mesma que Lacerda e Cid vêm usando nos seus comícios e entrevistas, pregando a subversão a pretexto de defender a democracia.

A UNIÃO está a serviço de Lacerda e de todos os coveiros da democracia. A sua linguagem não consegue enganar o povo. Vejam-se os editoriais dos últimos dias e confronte-se com as arengas lacerdistas. É o mesmo estilo, uma contrafação ordinária da prosa lacerdistas.⁶⁴

Em outro extremo, encontrava-se a orientação doutrinária de Francisco Julião, o principal intérprete da "Revolução Brasileira" e da "Reforma Agrária" na "lei ou na marra". Na campanha, o líder do campesinato pernambucano tudo fez para controlar politicamente as Ligas paraibanas. Na sua prática, Francisco Julião abriu flancos para os latifundiários recorrerem ao aparelho repressivo do Estado e ao aparelho ideológico, usando como justificativa coibir possíveis atentados à soberania nacional.

O líder fidelista não conseguiu enxergar a complexidade da política burguesa baseada em artifícios e jogos de bastidores. Pregando a "reforma agrária radical" na "lei ou na

⁶⁴CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 9 de setembro de 1962.

marra" cometia erro tático, demonstrando que depois da visita a Cuba ficara comprometido com o regime de Fidel Castro e sonhava transformar a Serra da Borborema em outra Sierra Maestra. No Comício de Sapê⁶⁵, um dos mais tensos de toda campanha, Francisco Julião iniciou o seu discurso abrindo os braços e lançando habitual grito de guerra: — "Viva Cuba". Foi o suficiente para os latifundiários mandarem pintar, naquela mesma noite, os muros da cidade com as frases do líder camponês pernambucano e depois atribuírem a ele a comunização da Liga Camponesa de Sapê.

Na tentativa de apreender o significado histórico e político assumido pelas eleições de 1962, deve-se registrar, com o máximo de realismo possível, a prática das lideranças urbanas do campesinato paraibano.

Desajustado dentro do PSD pelas posições perante o problema agrário e outras teses da *Frente Parlamentar Nacionalista*, da qual era um dos dirigentes, o deputado José Joffily incorporou-se ao Partido Socialista Brasileiro, atitude que, segundo a opinião dos especialistas em análise política, decepcionou os chefes udenistas que lhe garantiriam reeleição tranqüila para a Câmara Federal. Raciocinando-se em termos de realismo político-eleitoral, era de esperar que, saindo de uma agremiação governamental, o caminho lógico seria o grande partido de oposição, que dois anos após estaria no poder com o Golpe de 1964. As razões que levaram o líder nacionalista a descartar-se do PSD nada tinham de carreirismo. Diante de uma encruzilhada, optou por posição coerente, porém irreal.

⁶⁵ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 22 de setembro de 1962.

Essa atitude atrairia elementos radicais, a começar pelos dirigentes das Ligas Camponesas de Sapé e membros do PCB.

Atravessava o país fase de radicalização expressa por slogans como "chega de intermediários, para Presidente Lincoln Gordon". Essas palavras ecoariam na Paraíba com ressonância de extrema intolerância na campanha política de 1962. Em consequência, antigos setores municipais que tradicionalmente apoiavam o nome de José Joffily afastaram-se cautelosamente do líder nacionalista, com uma única exceção: Jacinto Dantas, tradicional chefe político pedessista do município de Monteiro.

Em contra-partida, fervilhavam, em toda candidatura, jovens comunistas, companheiros de todos os instantes e capazes dos maiores sacrifícios⁶⁶.

Foi o que se viu no comício de Pilar⁶⁷. Até então nunca se realizara naquela cidade qualquer manifestação de oposição contestadora ao chefe único, o latifundiário Agnaldo Vellozo Borges.⁶⁸

Na hora de partir da capital para Pilar, depois de ampla divulgação nas vésperas, só apareceram os jovens dispostos

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor pelo ex-deputado José Joffily. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1984.

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor pelo atual deputado do PMDB paraibano Jório de Lyra Machado. João Pessoa, 4 de outubro de 1984.

⁶⁸ Os candidatos das Ligas Camponesas às eleições de 7 de outubro de 1962 pelo Partido Socialista Brasileiro na Paraíba eram: Senador José Joffily; Deputado Federal Osmar de Aquino. Entre os 43 candidatos a Deputado Estadual: Agassis Almeida, Langstein Almeida, Manoel de Deus, Josué Silvestre, Assis Lemos, Elizabete Teixeira e Pedro Fazendeiro.

a enfrentar as anunciadas represálias⁶⁹. Completavam a lotação de 3 automóveis. Embora fosse dia da tradicional feira microrregional, encontraram a cidade completamente deserta e nem mesmo dispunham de ponto de encontro, de vez que todas as casas pertenciam ou eram controladas por um só proprietário. Em Pilar a oposição nunca conseguiu alugar um prédio para sua sede.

Estacionaram a "camionete Alvorada" no centro da rua principal, quando vislumbraram, numa das esquinas, outro veículo no qual se destacava a silhueta do Latifundiário Rubens Régis empunhando uma metralhadora Thompson. Naquele cenário, a um só tempo exótico e acabrunhante, ninguém se intimidou e abriu-se o comício falando para os peixes, como diria São Francisco:

*"Boa gente do Pilar, não tenham medo. Estamos aqui para dizer a verdade. Estamos aqui para denunciar os absurdos, os abusos e a violência. Vejam se vamos falar verdades ou mentiras"*⁷⁰.

Repetindo outras palavras de conchamação, abriram-se algumas janelas curiosas, outras seguiram o exemplo. Em outras casas as portas se abriram. Saíram cautelosamente os primeiros ouvintes. Entre oito e meia e nove horas da manhã acercavam-se os camponeses que nos arredores espreitavam os acontecimentos. Explicava-se a cautela. No dia anterior tinham

⁶⁹ Compareceram ao Comício de Pilar: José Joffily, Dudu Peixoto, Agildo Benevides, Langstein Almeida, Agassis Almeida, Jacinto Dantas, Zé Moscou, Zé Ataíde, Osmar de Aquino, Assis Lemos, Jório de Lyra Machado e Antonio Augusto Arrouxelas.

⁷⁰ Entrevista concedida ao autor por Agildo Benevides. João Pessoa, 2 de outubro de 1984.

sido distribuídos cinco mil boletins anunciando o comício, enquanto o latifundiário, chefe da reação, proclamava em auto-falante que se o comício fosse realizado sairia pelas ruas de saia, brinco e baton...

Antes das dez horas, a maior parte da população estava na rua e, pela primeira vez, começaria a feira em horário que tradicionalmente já devia estar encerrada. Falaram seis oradores, ouvidos em precavido silêncio pela multidão. O importante era que estava rompido o tabu de Pilar. Daí em diante, a campanha tomaria colorido cada vez mais escarlate. Mesmo assim, as forças progressistas conquistaram significativa solidariedade, notadamente em Alagoa Grande e toda a Várzea do Paraíba, centro de expansão das Ligas Camponesas. Os mesmos instrumentos de mobilização do campesinato utilizados em Pernambuco foram manuseados na Paraíba: o Código Civil, a literatura de cordel e a Bíblia⁷¹.

Candidato a "morrer fardado" nas urnas de uma campanha utópica, José Joffily se aproximaria da massa camponesa através dos elementos constitutivos da sua cultura: o violeiro e o cantador das feiras nordestinas. Assim, apareceria na campanha um folhetim fazendo apologia do candidato nacionalista.

⁷¹ JULIÃO, Francisco. O que são as Ligas Camponesas? *Cadernos do Povo*. v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. O livro contém a experiência pessoal de Francisco Julião nas Ligas Camponesas de Pernambuco e tenta conceber uma política agrária para o Brasil baseada nas estreitas fronteiras de experiência local e na visão equivocada da revolução brasileira.

Paraibanos amigos,
 Aí vem as eleições,
 Devemos votar num homem:
 Que combata os tubarões,
 E defenda os operários,
 Contra os latifundiários,
 Assassinos e vilões.

José Joffily Bezerra
 Figura nacional
 É candidato a dois postos
 Coisa muito natural!
 Conforme a opinião pública
 Senador pela República
 E Deputado Federal.

Escutei quando ele disse,
 Em linguagem necessária:
 Que a sua política é livre
 De corrente partidária
 Fez ver aos donos de empresas
 Que sem as Ligas Camponesas
 Não se faz Reforma Agrária.

Portanto quem fala assim
 Pode aguentar o torpêdo,
 Dizem que o voto é secreto
 Mas o meu não tem segredo
 Que eu não voto por dinheiro
 Nem moro com fazendeiro
 Pra andar votando com medo.

Camponeses paraibanos
 Nós já conhecemos bem
 Em quem devemos votar
 E acompanhar também,
 Quem manda matar o povo
 Não pode sair de novo
 Pedindo voto a ninguém.⁷²

Apesar do clima de radicalização, as eleições transcorreriam na Paraíba com "ordem e tranqüilidade", conforme declarou o Comandante da Guarnição Federal da Paraíba.

Em entrevista ontem concedida a este jornal e à Rádio Tabajara, o general José Sínval Lindemberg, Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa e chefe das forças que, durante o pleito de

⁷² ALVES SOBRINHO, José. Joffily, a esperança do camponês. João Pessoa, 1962.

7 de outubro, estiveram à disposição da Justiça Eleitoral, afirmou de maneira categórica o clima de tranquilidade que se registrou em todo o Estado, no transcorrer das eleições, o que não era das previsões daquele Comando, segundo deduziu devido ao enorme volume de solicitações de garantias para quase todos os municípios paraibanos, em número de 149.

Respondendo a uma outra indagação do repórter, o general Lindemberg não se furtou de elogiar a atuação do Chefe do Executivo, que soube, desde os primeiros momentos, quais as diretrizes a seguir para que o pleito se desenrolasse em absoluta ordem, assegurando-se aos paraibanos o pleno exercício dos seus direitos cívicos.

Em todos os momentos — ressalta nosso entrevistado — em que se fez necessária a colaboração dos Poderes Estaduais às Forças Armadas, essa colaboração se fez efetiva e de modo a que os representantes do Exército encontrassem um clima de compreensão e de ajuda à sua missão, que foi cumprida à risca.⁷³

"Ordem e tranquilidade" mantidas pelo aparelho repressivo do Estado, pelo Governo da Paraíba e pelas milícias privadas dos latifundiários do Grupo da Várzea. Na verdade, uma situação insustentável e que estava a exigir solução justa e ao nível do bem estar social.

⁷³ A UNIÃO. João Pessoa, 10 de outubro de 1962.



Liga Camponesa de Sapé comemora a vitória de seu candidato a deputato estadual Francisco de Assis Lemos. outubro de 1962.

Foto 1



Liga Camponesa de Sapê comemora a vitória de seu candidato a deputado estadual Francisco de Assis Lemos, outubro de 1962.

Foto 2

Capítulo II

LIGAS E QUESTÃO AGRÁRIA

*Porque os homens do Brejo
Tangidos pela ambição
Plantaram cannas nas terras
Que se plantava algodão,
Cafê nas terras que davam
Milho, arroz, fumo e feijão.*

José Camello de Mello Rezende.¹

A questão agrária na Paraíba, até o surgimento das Ligas Camponesas, jamais fora objeto de análise, predominando, na historiografia, traços esboçados pelos cronistas, historiadores e geógrafos do século passado².

As relações de produção eram entendidas pelos intelectuais da época como feudais ou semi-feudais. Até mesmo os pesquisadores e políticos mais argutos que por ali passaram não perderam tempo em repetir as teses exóticas da servidão da gleba. Isso, no entanto, não constituía exceção. Predominava, no Brasil, a tendência de afastar a discussão política da questão agrária para plano quase metafísico. A tese

¹ REZENDE, José C. M. *A sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte*. Guarabira, Livraria Lima, 1925. p. 13.

² JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio, 1892.

feudal era a que tinha mais adeptos na esquerda sendo uma corrente teórica de expressiva influência na economia política brasileira³. Apresentava como pressuposto básico a existência de dois modos de produção — o capitalista concentrado na indústria urbana e em zonas rurais do Centro-Sul do país — e o feudalismo predominante no campo⁴.

Foi Caio Prado Júnior quem principiou o debate, combatendo a tese mecanicista do feudalismo e defendendo o caráter capitalista da agricultura brasileira⁵. Nela, as formas de trabalho conhecidas como barracão e cambão não eram "restos" de relações feudais, mas, sim, formas capitalistas de trabalho, advindas do escravismo, onde o camponês vende a sua força de trabalho em troca de uma remuneração ou salário, seja remuneração monetária ou *in natura*⁶.

Talvez residisse nessa polaridade teórica e ideológica a incapacidade da esquerda de formular um projeto de reforma agrária no período populista.

Entre os principais sintomas que caracterizavam o capitalismo brasileiro no início da década de 1960, estavam a baixa produtividade agrícola e a penetração no mercado inter-

³ Sobressaíam-se na defesa dessa tese: GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255p.; e SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1962.

⁴ FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná — região de Porecatu — 1940-52*. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984. p. 21.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1978. 267p.

⁶ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo, Polis/Vozes, 1984. 288p. p. 245.

no da empresa multinacional, que entendeu ser bom negócio investir em serviços urbanos no Brasil.

Para modificar esse quadro, pregavam alguns teóricos e políticos progressistas a reforma agrária como medida capaz de alterar a estrutura econômica do país.

A questão delineava-se com extrema complexidade porque, naquele momento, apenas quatro por cento da população possuía terras agrícolas, enquanto mais da metade da superfície total das propriedades rurais era composta por fazendas de mais de mil hectares.

Como ampliar as bases produtivas do capitalismo brasileiro, se na sua estrutura agrária predominavam enormes extensões de terras improdutivas e latifúndios com produção voltada exclusivamente para o mercado exportador? Nesta questão residia a crise profunda da distribuição da renda, em torno da qual passariam a mobilizar-se os mais diferentes segmentos da sociedade.

A bandeira da reforma agrária transformou-se em imperativo da consciência nacionalista por razões que ganhariam contornos dominantes a partir da expansão industrial fomentada no governo de Juscelino Kubitschek. Na política dos "cinquenta anos em cinco", ampliaram-se os espaços da economia, mediante subsídios governamentais e investimentos públicos nos setores de energia e transporte, com a produção de fertilizantes para lavoura e asfalto para as estradas de penetração, sem falar na fabricação de veículos através da discutível indústria automobilística, destinada a resolver o grave problema do transporte das safras agrícolas.

Essa perspectiva de desenvolvimento industrial favore-

ceu os latifundiários, valorizando suas propriedades e tecnicamente racionalizando a agricultura e a pecuária. Nada beneficiou o campesinato que continuou vivendo da agricultura de subsistência e ameaçado de expulsão da terra. O desenvolvimento se expressaria no discurso oficial de João Goulart no sentido de que seria impossível desenvolver a indústria sem mercado interno consubstanciado na elevação da renda coletiva.

No esforço para acelerar o processo de industrialização, o Plano Trienal apontava deficiências crônicas na estrutura fundiária, que serviam de entrave ao desenvolvimento nacional:

*A estrutura agrária com os defeitos apontados induz à criação de formas de exploração da propriedade que agravam a regressividade da distribuição da renda agrícola e constituem poderoso obstáculo à introdução de novas técnicas, comprometendo perigosamente o desenvolvimento a longo prazo da lavoura nacional.*⁷

Com a súbita organização do campesinato nacional, a partir dos anos cinquenta, e do campesinato paraibano, no início da década de sessenta, o Estado não tinha mais como ausentar-se de sua responsabilidade política, e a reforma agrária assumiu a importância da salvação pública.

O abismo entre a burguesia industrial agrária e o campesinato resultava da ação política do Estado, cuja aliança com a classe dominante garantia a reprodução das relações de produção e excluía social e politicamente a massa camponesa.

⁷ BRASIL. Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965*. Brasília-DF, 1962. p. 42.

Os latifundiários do Grupo da Várzea consentiam que os camponeses vivessem em suas terras como moradores e foreiros desde a abolição da mão de obra escrava. O Estado não intervinha nesse processo privado a não ser para legitimar a hegemonia do dono da terra.

No decorrer dos anos sessenta, constatavam-se mudanças profundas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário paraibano culminando com a expropriação definitiva do camponês e sua conseqüente expulsão da terra. Esse processo adquiriu feição própria na resistência esboçada pelo campesinato através da criação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais. A função do Estado continuava residindo na garantia da reprodução do capital e na proteção dos mecanismos de apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários rurais.

Com a valorização do açúcar e da pecuária no mercado internacional, expandem-se as áreas de cultivo e de pasto, acelerando aquele processo de expropriação. Sobressaía-se a questão: como admitir, na lógica do capital, lavouras de subsistência na rica Várzea do Paraíba, quando no mesmo local se poderia aumentar a produção do açúcar e a área de pasto para o rebanho bovino, ampliando a captação da renda fundiária? A presença do camponês no interior do latifúndio impediria o aumento daquela renda tornando-se, portanto, insuportável para o proprietário da terra.

Na medida em que o objetivo estratégico das Ligas Camponesas centralizou-se na reforma agrária, a organização do campesinato quebrou a lógica da propriedade privada, limpou a área para a luta de classes e conquistou a posição de movi-

mento político. Este é o ponto de vista das interpretações mais consistentes do movimento agrário, a começar por Aspásia Camargo que afasta a hipótese da luta pela terra como econômica para enquadrá-la no conceito político⁸.

O processo de expulsão do camponês paraibano foi predominantemente político e não economicamente motivado⁹. Para percepção do processo de expropriação do camponês deve-se atentar para as formas de extração da mais valia que vigoraram a partir da extinção da escravidão, caracterizando um sistema específico de relações que articulava o proprietário à força de trabalho. Morada, foro e renda predominavam entre outras formas de apropriação do sobretrabalho na região de Sapé no tempo das Ligas Camponesas.

*Setenta por cento eram moradores, quinze por cento rendeiros e foreiros, dez por cento trabalhadores urbanos sendo que cinco por cento possuíam roçadas arrendadas e cinco por cento sem roçados e outras categorias totalizavam cinco por cento.*¹⁰

O morador ligava-se ao engenho de maneira toda especial, residindo na propriedade e tendo direito aos elementos da morada como o sítio ou roçado para a lavoura de subsistência. Tinha obrigação de trabalhar, sempre que convocado pelo proprietário. A norma era três dias por semana, também chamados

⁸ CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. These pour le doctorat du 3ème cycle. University de Paris. 1973. p. 203.

⁹ PAIVA, Vanilda. *Pedagogia e luta social no campo paraibano*. p. 30.

¹⁰ CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório sobre a área de Sapé. Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais. 1963. Mimeografado. Citado por Bernadete Aued. p. 34.

"dias de condição", sendo remunerado com diária aviltante.

... o *status* de morador é quase incompatível com o do cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um Distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma "Propriedade", razão pela qual a vinculação pessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada.¹¹

O foreiro era um pequeno rendeiro que arrendava um lote na grande propriedade, pagando em dinheiro (foro anual) ou em espécie pela utilização da terra. Era, no entanto, obrigado ao cambão, isto é, trabalhar de graça dois ou três dias por semana para o dono da terra.

O rendeiro contratava com o proprietário a cultura de uma porção de terra por determinado período e por preço fixo pago em dinheiro ou espécie. Ficava, assim, na dependência do resultado da produção¹².

O vale do barracão, forma de sujeição ao senhor de engenho, caracterizava-se como meio de remuneração não monetário¹³. Outras formas de sujeição variavam conforme a região,

¹¹ FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. p. 141.

¹² O leitor interessado encontrará subsídios nos seguintes autores: Manuel Correia de Andrade, Aspásia de Alcântara Camargo, Mário Afonso Carneiro, Moacir Palmeira, Lígia Sigaud e Fernando Antônio Azevedo.

¹³ O vale do barracão era a moeda forte no interior do latifúndio.

a cotação do produto cultivado e as necessidades do mercado. Na zona de expansão das Ligas Camponesas vigoravam "contratos" de meiação¹⁴ e parceria. O dono da terra entregava ao camponês uma faixa do latifúndio, durante um período, normalmente, três anos, mediante condições previamente determinadas. O camponês obrigava-se a cultivar a terra e a dividir a colheita com o proprietário. Não poderia jamais iniciá-la, sem avisar ao dono da terra. Todas as despesas, exceto o beneficiamento, corriam por conta do lavrador. Todos esses termos, envolvendo relações não-capitalistas de trabalho e sujeição ao proprietário da terra, tinham uso corrente na Várzea do Paraíba e na própria literatura de cordel, desde o início do século¹⁵.

Dentro da lógica do capitalismo, a violência do processo de expulsão do morador e do foreiro, com a conivência do aparelho repressivo do Estado, é explicada e justificada pela resistência dos camponeses. Entre 1960 e 1961 as Ligas Camponesas da Paraíba ganharam impulso político quando os líderes camponeses decidiram lançar manifesto em que anunciavam a 1ª Conferência Estadual dos Camponeses do Estado. O movimento ecoou na avenida Guedes Pereira no centro de João Pessoa. Na tribuna da Assembléia Legislativa da Paraíba, o deputado Agassis de Almeida do PSB apresentou projeto de lei reconhecendo a utilidade pública das Ligas Camponesas e propondo

¹⁴ Termo utilizado na zona de pecuária extensiva que implicava na parceria dos animais.

¹⁵ A Paraíba contava com quatro tipografias que trabalhavam com folhetos de Cordel. Entre elas estavam a editora de Chagas Batista, na capital, e a de Pedro Batista em Guarabira. Nesta cidade havia também a Livraria e tipografia Lima que editou o raro cordel *A Sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte* citado neste trabalho.

subvencioná-las com um milhão de cruzeiros anuais.

O impacto da movimentação camponesa abalou a estrutura do bloco agroindustrial. A reação violenta do Grupo da Várzea não se fez tardar. O mesmo deputado do Partido Socialista Brasileiro precisou utilizar a tribuna, dois dias após a apresentação de seu projeto, para denunciar a prisão e o espancamento do líder camponês Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé.

No plano Federal enquanto a cúpula do PSD se reunia para enviar telegramas às bancadas estaduais do Nordeste comunicando-lhes que tinha sido constituída uma Comissão de Inquérito para estudar a formação e o funcionamento das Ligas Camponesas, o Presidente Jânio Quadros recebia o deputado José Joffily, do PSD, relator da Comissão Especial de Reforma Agrária, da Câmara, para manifestar seu integral apoio ao projeto do parlamentar paraibano¹⁶. Nesse panorama, o deputado nacionalista e oposicionista seria incumbido pelo Presidente da República para estudar a questão agrária¹⁷ e apreciar os projetos de lei sobre a matéria existentes no Legislativo. A questão crucial centralizava-se na forma de indenização dos latifúndios a serem desapropriados e na maneira de fixar o critério da "justa" indenização.

¹⁶ JOFFILY, José. Comissão Especial de Reforma Agrária. *Parecer do Relator ...* BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto nº 4.389-A - 1954. Institui a Reforma Agrária tendo parecer da Comissão Especial de Reforma Agrária, com substitutivo extensivo também aos projetos nºs 552-55 e 1804-56. Brasília-DF., Departamento de Imprensa Nacional, 1961. 112p.

¹⁷ O DIÁRIO. Belo Horizonte, 23 de maio de 1960.

*É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestinal, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim exigir o bem público, ficando todavia assegurado o direito à indenização ulterior.*¹⁸

Em 26 de julho de 1961, foi iniciada a discussão e a votação do substitutivo do deputado José Joffily ao projeto de reforma agrária. Nele o tempo determinado para desapropriação seria de dez anos. Encerrado esse prazo, ficaria garantido a quem utilizou a terra o direito de adquirí-la, a preferência em caso de venda e o direito à indenização de todas as benfeitorias realizadas no imóvel. Sustentava o projeto a fixação de 6% da taxa a ser paga ao proprietário, percentagem evidentemente calculada sobre o valor da terra. Deixava igualmente patente que esse valor deveria ser o mesmo sobre o qual era calculado o Imposto Territorial¹⁹. Deve-se notar que a taxa fixada pela comissão representava considerável indenização para o proprietário rural. A proposta gerou forte reação da classe proprietária "uma vez que é sabido que os valores atribuídos às propriedades fundiárias para efeito de cálculo de imposto são sempre alterados para menos; as ter-

¹⁸ Art. 141, § 16, da Constituição de 1946. Nota do Autor: Consistia no parágrafo o estratagema doutrinário que sustava todas as iniciativas de reforma agrária no Brasil.

¹⁹ SCHLING, Paulo. Do "caminho brasileiro de Reforma Agrária". *A Questão Agrária - textos dos anos sessenta*. São Paulo, Estudos Brasil nº 1. 1980. p. 121.

ras sempre valem mais do que aquilo que se lhes é atribuído"²⁰.

Nos primeiros dias de agosto de 1961, José Joffily declarou na imprensa que o seu projeto de Lei tinha como objetivo reduzir a força do latifúndio e da monocultura. Esse projeto reformista adquiriu, dentro dos estreitos limites do liberalismo brasileiro e do quadro político nacional, contornos revolucionários na medida em que dois terços dos deputados brasileiros eram declaradamente contrários a qualquer alteração na estrutura agrária, enquanto um terço estava dividido em duas correntes:

- 1ª - Reforma Agrária "na lei ou na marra".
- 2ª - Reforma Agrária para evitar a Revolução Agrária.

O prazo de dez anos e a taxa de 6% seriam para amortecer o radicalismo dos conservadores, mas terminaram exacerbando o sectarismo do grupo empenhado em "queimar etapas".

No PSD o substitutivo Joffily provoca um impasse: enquanto setores mais à esquerda o aprovam, a ala mais atenta às manifestações das bases rurais o rejeita. A comissão nomeada por Amaral Peixoto para estudar o projeto — Gustavo Capanema, Ulisses Guimarães e Oliveira Brito, segundo o próprio Amaral, os melhores constitucionistas do PSD — conclui por sua inconstitucionalidade. A bancada do partido na Câmara ratifica o parecer da comissão, o que praticamente inviabiliza o projeto em termos de aprovação.²¹

²⁰ HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas — o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Tese de Mestrado em Ciência Política - IUPERJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. 484p. p. 316.

²¹ HIPPOLITO, Lúcia. p. 316.

Principia o seu rompimento com o partido que não lhe concede uma legenda para disputar uma cadeira no senado, o que provoca o seu ingresso no Partido Socialista Brasileiro. Foi o tempo suficiente para se iniciarem as críticas ao projeto, a começar pela Confederação Rural Brasileira que acusou Joffily de se negar a participar de discussões com os representantes da classe conservadora.

O debate político sobre a reforma agrária não estancaria aí, dominando o plenário da Câmara nas primeiras sessões do ano seguinte. Agravaria a discussão a posição *sui generis* do Presidente João Goulart, indeciso diante do dispositivo-chave: "*justo valor é o declarado pelo proprietário para fins tributários*". O PSD rejeitaria veementemente o substitutivo do parlamentar paraibano, e proporia uma solução artificial: reforma agrária através de emenda Constitucional e desapropriação do latifúndio improdutivo.

Vinte anos depois, sente-se o significado político das propostas que permitiriam a racionalidade na utilização da terra, a possibilidade de maiores investimentos em benfeitorias, a prática de culturas permanentes e a técnica de conservação do solo.

O desenvolvimento do capitalismo no campo estava marcado por extremas contradições que se refletiam no processo político em todos os níveis de poder.

Jânio Quadros recebeu consagração popular nas urnas, mas, paradoxalmente, tinha sido apoiado, tal como Pedro Gondim na Paraíba, pelas forças golpistas mais reacionárias que chegariam ao poder em 1964. A fugacidade de sua administração demonstrou-se na política externa quando a Nação percebeu que

o primeiro mandatário não possuía a tranqüilidade de espírito necessária ao Chefe de Estado. No mesmo instante em que se subjugou ao Fundo Monetário Internacional, negociou linhas de crédito com países da Cortina de Ferro, tal como condecorou Che Guevara quando enviava para os Estados Unidos um diplomata comprometido com os interesses daquele país. A partir do momento em que proclamou arcaica a estrutura agrária brasileira, as classes conservadoras passaram a pressioná-lo no sentido de que recuasse de tamanha ousadia. Depois disso, seu confronto com Carlos Lacerda tornou-se inevitável. O presidente pretendeu reagir, mas só sentiu que o poder lhe fugia das mãos quando não conseguiu impedir as provocações radiofônicas do governador da Guanabara. Não encontrou meios de alterar o esquema militar de tendência golpista que desejava romper o pacto populista. Acreditou que a renúncia seria a resposta mais eficaz, antevendo que os reacionários cederiam, trazendo-o de volta nos braços das elites que compunham o bloco agroindustrial. Por que recuariam? Logicamente para não permitir a posse de João Goulart que se encontrava na China Comunista e constituía perigo para a segurança nacional. Não previu o presidente resignatário a reação do povo brasileiro que se encontrava desiludido com o custo de vida e ficaria decepcionado com a "pressão inexplicável" das forças ocultas... A solução para convencer os militares seria uma jogada conciliatória. Depois disso, as contradições do processo político levariam a outras distorções na medida em que se adotava o regime parlamentarista apenas para o chefe do Executivo Federal, mantendo o sistema revogado para os executivos estaduais.

Entende-se, agora, que talvez a Reforma Agrária tenha sido a causa verdadeira daquele ato que deixara a nação perplexa. Foi, certamente, a determinação precipitada de Jânio Quadros em realizá-la que o levou à perda do suporte parlamentar, do aparato militar e do apoio do capitalismo internacional.

Por outro lado, João Goulart deu prosseguimento à política externa de Jânio Quadros e seus antecessores baseada no princípio da solidariedade continental. Em função dessa linha de política exterior, pleiteava a concessão de créditos e financiamentos, junto aos Bancos Internacionais, para obras públicas, como a conclusão de Furnas e Três Marias, iniciadas por Juscelino Kubitschek que representavam a alma da indústria nacional sediada no eixo Rio-São Paulo. Sem esses créditos e financiamentos sua administração cairia na inércia, de vez que os recursos internos mal cobriam as despesas com o aparelho estatal.

Estava no auge a polaridade Cuba versus Estados Unidos, na medida em que fracassara a invasão da Baía dos Porcos diante da ameaça da invasão do Caribe. Compreende-se o quadro de contradições: Forças populares que apoiavam as reformas de base manifestavam solidariedade ao governo de Fidel Castro enquanto setores de oposição aliados a Washington exigiam definição do governo diante da notória ambigüidade.

Espetado nas pontas desse dilema, João Goulart bracejava em busca de uma posição conciliatória. Daí os malabarismos de seus pronunciamentos. Como condenar Julião, Mari-guela e os líderes do CGT que reafirmavam solidariedade ao seu governo através de representantes na Câmara dos Deputados

e nas Assembléias Estaduais? Na verdade suas mensagens ao Congresso Nacional dependiam até certo ponto do respaldo dos elementos fidelistas.

Outro aspecto da contradição resultava das pressões de latifundiários, especialmente do Sul e do Nordeste do país, que repudiavam qualquer tentativa de reforma agrária, mas com os quais assumira compromissos desde a eleição de 1960 quando foi eleito Vice Presidente da República.

Em síntese, o presidente João Goulart estava premido por todos esses fatores antagônicos e, para completar, pelo projeto de remessa de lucros, já aprovado pelo Congresso e dependendo apenas de regulamentação²².

Na medida em que se aprofundava o movimento dos camponeses sem terra, os latifundiários, em seus programas de repressão, recorriam aos mais variados instrumentos de luta. Entre estes destacou-se o IBAD como vanguarda da reação, mobilizando recursos financeiros internos e externos. Estes, sob pretexto de que a comunização do Brasil iria comprometer o sistema continental de segurança. Daí a ênfase com que se apontava a origem da Guerra do Vietnam na organização do camponato. De igual modo, Cuba servia de exemplo para demonstrar a defasagem dos modelos anteriores da estratégia leninista, isto é, a implantação do regime comunista já não estava condicionada aos movimentos urbanos devidamente politizados. Tanto assim que Havana e outras pequenas cidades industriais desempenharam papel secundário diante da insurreição

²² Entrevista concedida ao autor por Celso Brand, autor do projeto de remessa de lucros. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1984.

de camponeses a partir de Sierra Maestra. O insucesso de líderes voltados para o campesinato, como Che Guevara e outros, não invalidava a tese da insurreição partindo do interior para os centros urbanos. Por isso mesmo seria de estranhar qualquer comportamento de indiferença ou alheamento dos órgãos responsáveis pela segurança do hemisfério. Essa interpretação está corroborada pelas declarações do embaixador Lincoln Gordon, publicada a propósito do movimento de 1964 no Brasil.

O grande problema que intermediava o debate sobre a reforma agrária era a incrível e surpreendente organização do campesinato. Organização que demandava, no entender dos latifundiários, um elenco de urgentes medidas para conter o seu perigoso alastramento pelo país.

Qualquer manifestação do campesinato pelos elementares direitos humanos do trabalhador do campo, por mais pacífica que se operasse, seria reprimida com mão de ferro, mas essa violência poderia gerar efeito negativo ou inócuo sem a mobilização de recursos destinados aos fatores envolvidos, como a imprensa, o rádio, transportes, partidos políticos e até mesmo o suborno de militares ingênuos e líderes camponeses.

O financiamento dessas operações foi a alma da repressão às Ligas Camponesas, aos movimentos populares, nacionalistas e de esquerdas.

A corrupção dos militares e até de padres era disfarçada em auxílios para obras pias ou de beneficência a cargo das senhoras dos comandantes, ou de párocos locais, supervisionados pela alta hierarquia católica, naquele momento comprometida com a CIA através do sacerdote norte americano co-

nhecido como Padre Peyton²³. Tudo envolvendo fortunas e co-optando pela gratidão...²⁴

Era lógico que a reforma agrária no Brasil iria ferir poderosos interesses internos e externos. As velhas estruturas rurais garantiam a exportação dos produtos primários, além de exercerem influência na política do país. Em relação ao espaço interno, destruiria o latifúndio pela base. Dentro desse quadro se compreendia a aliança da burguesia agroindustrial do país com a burguesia internacional, procurando, através de políticos financiados pelo IBAD, mistificar o povo com o "*perigo do comunismo internacional*"²⁵.

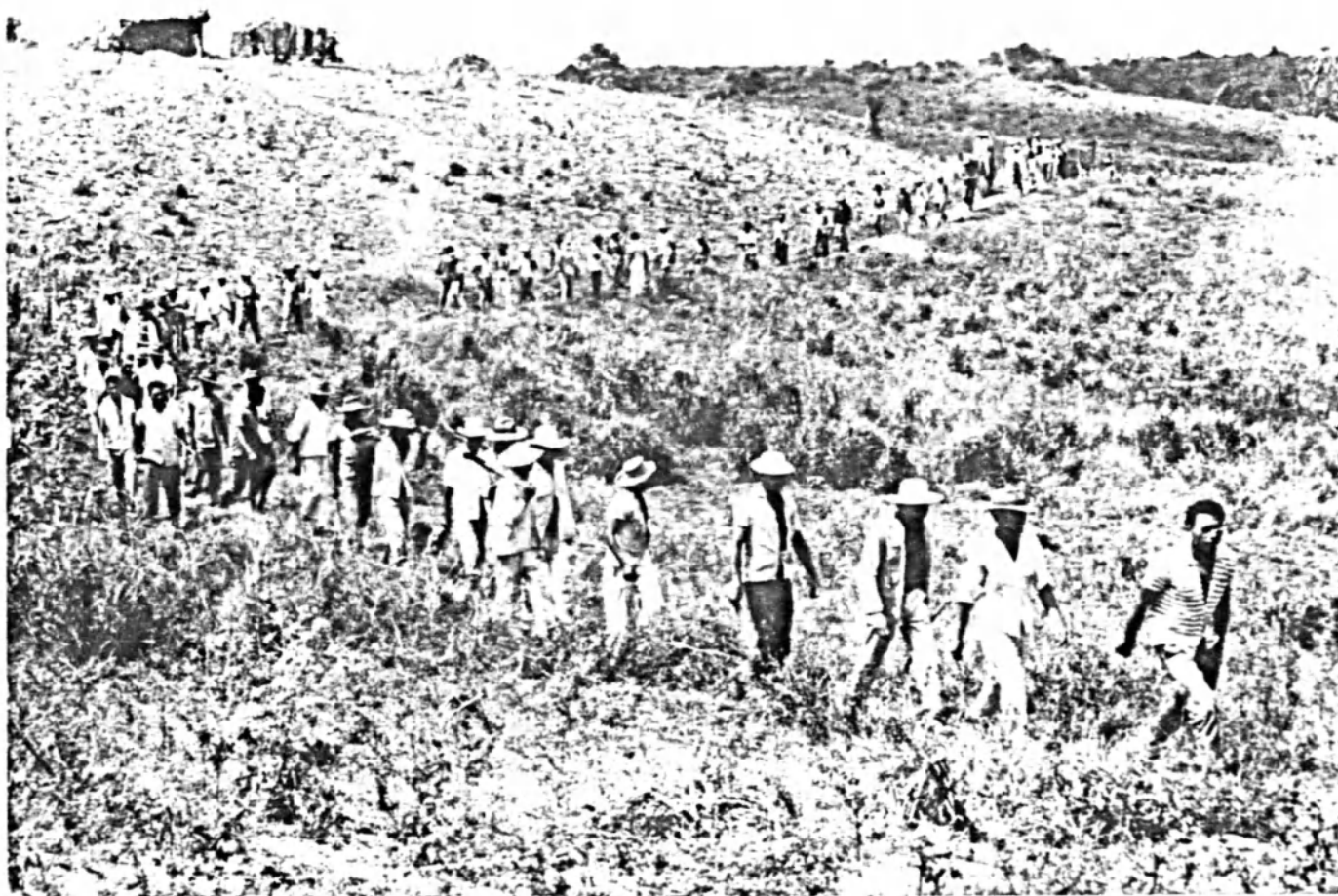
²³ Padre Peyton veio organizar no Brasil em 1964 as "marchas com Deus pela família", pregando contra o governo e as instituições brasileiras, naquele tempo legitimadas pelo voto popular.

²⁴ Dessas etapas da reação anti-reforma não existem atas lavradas, mas isso não impede o legítimo direito do historiador social de interpretar documentos e outros textos de manifesto critério informativo.

²⁵ DUTRA, Eloy. *IBAD. Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963. p. 8.



Camponeses em marcha contra o cambão e o foro extorsivo.
Foto 1



Camponeses em marcha contra o cambão e o foro extorsivo.
Foto 2



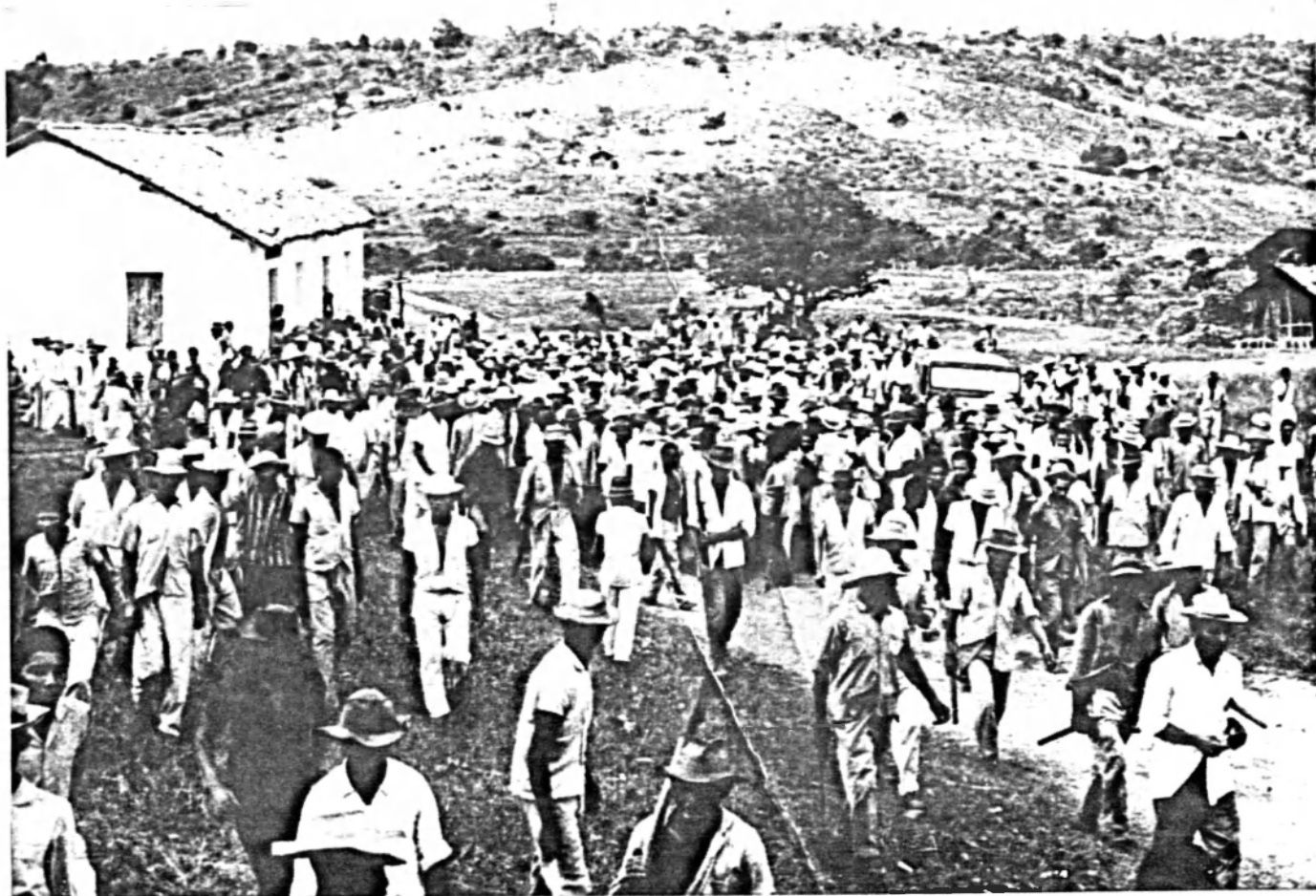
Camponeses em marcha contra o cambão e o foro extorsivo.
Foto 3



Camponeses em marcha contra o cambão e o foro extorsivo.
Foto 4



Camponeses em marcha contra o cambão e o foro extorsivo.
Foto 5



Camponeses em marcha contra o cambão e o foro extorsivo.
Foto 6

Capítulo III

LIGAS E HISTÓRIA

A Liga começa na feira, vai ao cartório e ganha mundo.

João Manoel de Carvalho.

A história das Ligas Camponesas confunde-se com a resistência do campesinato à expansão do capitalismo no campo brasileiro.

A origem dessas organizações só pode ser entendida como o rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e seu conseqüente questionamento da estrutura de dominação, no caso da Paraíba simbolizada pelo atrelamento do aparelho governamental ao Grupo da Várzea.

Trata-se de meditar em que condições históricas se desenvolveu o projeto do campesinato pelo controle da terra. Essas reflexões levam à procura das condições concretas em que se travou a luta de classes no interior de uma sociedade regionalmente desigual engendrando conflitos diferenciados.

A luta pela emergência do campesinato esbarrou com a mais brutal repressão e a falta de perspectiva histórica das elites para perceber as diferentes forças em luta pela hegemonia do Estado.

No Brasil, a luta pela terra não é fato recente. Diversas formas de organização se geraram nesse processo. No entanto, assumindo características locais, incapazes de perceber o conteúdo do confronto em que estavam envolvidas, as lutas camponesas no Brasil, durante muito tempo não tiveram suficiente fôlego para impor às classes dominantes o reconhecimento da presença do campesinato na cena política. A repressão, sob qualquer de suas formas, foi sempre a resposta recebida pelos trabalhadores que se envolviam num processo de luta. No entanto, mesmo de forma dispersa e inorgânica, aos poucos, os camponeses conseguiram elaborar um questionamento mais coerente da dominação a que estavam subordinados. O próprio caráter fragmentário de sua história é um fator fundamental para entender como é longa e tortuosa a sua emergência como força autônoma.¹

A organização efetiva do campesinato iniciou-se no período que segue à redemocratização de 1945, com a ampliação das bases políticas do Partido Comunista Brasileiro ao campo.

Imaginavam as lideranças do PCB fazer uma aliança operário-camponesa para concretizar a "revolução brasileira", formando, no campo, base política capaz de neutralizar o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias tradicionais. Fomentando associações civis possibilitavam a organização e mobilização do campesinato sustentadas pela vigamestra do Código Civil.

Os trabalhadores do campo, não tendo direito à sindicalizarem-se, como outras categorias urbanas, foram se organizando através de outros mecanismos jurídicos. A sindicalização dos camponeses no Brasil estivera ligada a duas tendên-

¹ MEDEIROS, Leonilde S. CONTAG: um balanço. In: *Reforma Agrária*: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas, v. 11, nº 6, p. 9. nov./dez. 1981.

cias. De um lado, correntes socialistas que postulavam sua aprovação imediata. De outro, correntes vinculadas ao governo que desejavam torná-la inócua amortecendo-lhe o poder reivindicante. O bloco agroindustrial tinha seus aliados no poder, podendo influir através de fatores oficiais e dos agentes da política de clientela.

No Brasil, a tradição legislativa conferia ao Poder Executivo o direito de regulamentar as leis quando sua execução requeria determinadas providências administrativas. Estas, no entanto, às vezes condicionavam a própria vigência da lei. Foi assim com os sindicatos rurais. Embora permitidos pela legislação, sua execução ficava na dependência de registro no Ministério do Trabalho, cujas exigências, às vezes descabidas, frustravam o objetivo do legislador. A fórmula encontrada pelos comunistas desviava o caminho sinuoso do sindicalismo oficial cheio de crateras artificiais e curvas burocráticas. Apesar de disseminadas por todo o país, essas entidades seriam esmagadas logo depois.

Com a cassação do registro do PCB, em 1947, o retorno desse partido à ilegalidade e à clandestinidade, e a representação generalizada aos seus militantes, tais ligas ou associações foram violentamente abafadas, por vezes de forma direta e comandada pessoalmente pelos grandes proprietários e por seus capangas e jagunços, uma espécie de polícia privada a serviço do latifúndio. Desta forma, em pouco tempo e sem condições de esboçar alguma resistência, a maior parte dessas entidades foi desarticulada e extinta. Na verdade, nesse curto período de vida, elas não conseguiram criar uma base de massa, nem projetar nenhum líder camponês de expressão nacional, regional ou mesmo local.²

² AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 57.

Mesmo assim a idéia germinaria com outros lastros de sustentação, fazendo com que os conflitos locais e a resistência do campesinato atingissem níveis superiores de mobilização e organização, apontando para transformações nas relações de poder.

Nessa nova marcha ressaltam os "Congressos Camponeses"³ que questionariam os centros de poder e suscitariam a criação de entidades para defesa e representação dos interesses do campesinato. Foi assim que surgiu a ULTAB⁴ como federação das associações controladas pelo Partido Comunista Brasileiro. Encarando frontalmente o processo de expulsão dos camponeses, a ULTAB levantaria a luta pela terra como bandeira principal da reforma agrária no Brasil. No documento intitulado "Carta dos Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas" aprovaria um elenco de lutas específicas, inclusive a extinção do cambão, da parceria e o pagamento em espécie.

Na Paraíba, preponderava a dominação do bloco agroindustrial e o movimento pela organização do campesinato aconteceria, inicialmente, a reboque das idéias de Pernambuco. Observadores apressados teimavam em reduzir o nascimento das Ligas Camponesas à necessidade de transferência da legislação trabalhista aos homens do campo. Na verdade, as aspirações das Ligas paraibanas eram mais elementares. Como não havia

³ SIGAUD, Lygia. Congressos Camponeses. In: *Reforma Agrária*: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas, v. 11, nº 6, nov./dez. 1981.

⁴ ULTAB. União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada na 2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas reunido em São Paulo em 1954 com a participação de delegados de 16 Estados brasileiros.

nem sindicato, nem Junta de Conciliação⁵ nas áreas de conflito, a luta pelos direitos humanos assumiria dimensão prioritária.

1. ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE (1956)⁶

À margem da luta social e política do campesinato paraibano, foram surgindo encontros regionais, representando a necessidade de somar forças pela transformação da realidade nordestina, provocando alianças que permitiriam mais adiante a eclosão das Ligas Camponesas.

Em 26 de maio de 1956, encontraram-se os Bispos do Nordeste na Sede Episcopal de Campina Grande na Paraíba⁷.

⁵ O Tribunal Regional do Trabalho localizava-se no Recife e estava sempre assoberbado de tarefas. Isto explicava mas não justificava a perene postergação dos recursos da Junta de Conciliação e Julgamentos da Paraíba. O direito dos camponeses ficava frustrado por falta de decisão da instância superior que tinha jurisdição em vários Estados do Nordeste. Atualmente existem no Brasil 400 Juntas para 22 estados e apenas 12 Tribunais Regionais e 1 Tribunal Nacional. Assim, o número de reclamações trabalhistas é sempre crescente.

⁶ UCHOA de Albuquerque Bonlanger. *Subsídios para a História Eclesiástica de Campina Grande*. Rio de Janeiro, Gov. Diocesano, 1964.

⁷ O encontro foi promovido pelo Secretariado Geral da Conferência dos Bispos do Brasil dirigida pelo Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara. Estiveram presentes: Dom Antonio de Almeida Junior, Arcebispo de Olinda e Recife; Dom Fernando Gomes, Bispo de Aracaju; Dom Frei Felício de Vasconcelos, Bispo de Penedo; Dom Avelar Brandão, Bispo de Petrolina; Dom Paulo Hipólito; Bispo de Caruaru; Dom Adelmo Machado, Bispo de Pesqueira; Dom Expedito Lopes, Bispo de Garanhuns; Dom Manoel Pereira da Costa, Bispo Auxiliar da Paraíba; Dom Zacarias Rolim, Bispo de Cajazeiras; Dom Eugênio Sales, Bispo Auxiliar de Natal; Dom José Távora, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro; Dom José Adelino Dantas, Bispo de Caicó; Dom Eliseu Simões Mendes, Bispo de Mossoró e Dom Expedito de Oliveira, Bispo Auxiliar de Fortaleza.

Foi a primeira reunião sob os auspícios da CNBB que, a partir daí, afirmara-se como porta-voz político da alta hierarquia da Igreja. O objetivo era estudar os problemas econômicos e sociais do Nordeste e por isso participaram dos trabalhos representantes de diversos órgãos oficiais entre os quais o Departamento de Obras contra as Secas, Departamento Nacional de Produção Animal, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço de Informação Agrícola, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

As atividades contaram com a participação de diversos segmentos da sociedade paraibana, que debateram as principais transformações que ocorriam no Nordeste naquele período. Mas foi no sentido de formular nova orientação, visando aumentar a influência e o poder da Igreja que o encontro de Campina Grande adquiriu sua real dimensão. Ao aderirem ao projeto nacional desenvolvimentista, os bispos consolidavam a sua aliança com tecnocratas populistas, que permaneceriam longos anos no poder. Como marco de expressão política, não foi por acaso que o encerramento contou com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, além de parlamentares de expressão nacional. O Chefe da Nação revelou interesse pelo resultado dos trabalhos e transformou alguns projetos em Decretos de seu Governo. Porém, o mais importante resultado prático da reunião de Campina Grande foi quando *"os bispos tomaram então uma outra decisão que influenciou ainda mais profundamente o discurso social da Igreja no Brasil: a de declarar a sua solidariedade fundamental com as camadas mais pobres*

da população e a de rejeitar as suas responsabilidades face às injustiças produzidas pelo capitalismo"⁸.

A Paraíba tinha, naquele instante, a atenção nacional voltada para si com a projeção que lhe deu a imprensa brasileira. Estava aberto o caminho para o surgimento das Ligas Camponesas, que contariam com a adesão parcial de segmentos progressistas do clero.

2. I CONGRESSO DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1958)⁹

Dois anos depois de realizado o Encontro de Bispos do Nordeste, em Campina Grande, João Pessoa sediaria, entre 10 e 13 de maio de 1958, o I Congresso de Trabalhadores da Paraíba organizado pelos bancários e reunindo diversas categorias de trabalhadores profissionais, políticos progressistas, estudantes e intelectuais.

Os camponeses compareceram para assistir *in loco* à divulgação de importante resolução em seu favor, que seria a necessidade da ampliação da legislação trabalhista ao homem do campo.

A partir do congresso, a luta sindical na Paraíba adquiriu novo ânimo porque as principais deliberações tomadas pelos participantes direcionavam-se para amplificar a luta

⁸ MOREIRA ALVES, Márcio. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 177.

⁹ AUED, Bernadete W. *A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro-PCB e Ligas Camponesas - 1955-64*.

dos trabalhadores.

Entre as deliberações destacavam-se a solicitação ampla de cartas sindicais, a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento para as principais cidades, o cumprimento da lei orgânica de previdência social e o direito de greve e abono de Natal.

A luta dos foreiros e moradores da região de Sapé fortalecia-se a partir daquele evento que, em hora oportuna, coincidia com o início da organização do campesinato paraibano através da criação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé.

A realização do conclave refletiu o atraso estrutural em que jazia a Paraíba, como também denunciou o peso do bloco agrário na composição do poder político do Estado, cimentando a hegemonia das oligarquias mais tradicionais.

Nascia, daí, a aliança com segmentos populares e políticos progressistas que, mais tarde, seriam absorvidos pelo movimento camponês.

As forças sociais do campo paraibano rompiam o isolamento político, e as ligas camponesas davam o primeiro passo, superando o fatalismo climático do polígono das secas.

3. ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE SAPÉ (LIGA CAMPONESA DE SAPÉ) (1958)

A escassa historiografia sobre o tema refere-se à criação da primeira Associação dos Trabalhadores e Lavradores A-

grícolas da Paraíba, que acabaria conhecida e amplamente divulgada pela imprensa como Liga Camponesa de Sapé¹⁰ em analogia à Liga de Galiléia, no vizinho Estado de Pernambuco, dando origem à luta social agrária exaustivamente analisada por Fernando Antonio Azevedo.

Foi em virtude das dificuldades legais para se criarem sindicatos rurais que surgiram as Ligas Camponesas, na Paraíba, com igual sentido associativo. Se trouxeram alguma forma anômala de associação, isso resultou da própria arbitrariedade do Ministério do Trabalho sob a influência das organizações patronais do campo.

O surgimento da Associação, segundo seus Estatutos, teria como finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município de Sapé e adjacências, bem como a defesa de seus interesses, tudo de acordo com a legislação do país. Nos Estatutos e na prática inicial da entidade, estava implícito que não se desejava ultrapassar a lógica da legislação burguesa, para se criar o paraíso do campesinato.

Ao nível regional, a questão agrária vinha sendo debatida pelas esquerdas pernambucanas, que se articulavam com segmentos do campo no sentido de organizar o campesinato. A Liga de Galiléia¹¹ era realidade e o intérprete intelectual

¹⁰ A Liga possuía fichário completo de seus membros, a saber: nome dos Sócios, Esposa e filhos, com respectivas idades, retratos, locais onde trabalhavam e outras informações. Depois do golpe de 1964, os arquivos foram confiscados e possivelmente destruídos pela repressão. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1962.

¹¹ O exemplo de Galiléia — antigo engenho localizado no interior de Pernambuco, na região de transição entre a Zona da Mata e o Agreste — foi um marco na história das Ligas Camponesas modernas. No início da década de 1960, dezenas de municípios pernambucanos tinham suas associações de camponeses. O movimento se alastraria pela Paraíba e outros Estados da União.

daquele movimento, Francisco Julião, estivera na Paraíba dialogando com políticos, camponeses e grupos progressistas.

As reivindicações estatutárias de caráter nitidamente assistencial tinham por finalidade mobilizar enorme contingente de moradores, rendeiros, foreiros e mesmo categorias de trabalhadores urbanos que circundavam a região de Sapé, núcleo do campesinato paraibano.

O envolvimento inicial de políticos de ambas as facções e pessoas estranhas ao quadro social do campo, constituía uma maneira discreta de prevenir as represálias do Grupo da Várzea, composto basicamente de usineiros e fornecedores de cana de açúcar. *"Os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local, mas sua verdadeira dificuldade reside em discernir nos movimentos políticos mais amplos que podem determiná-la"*¹².

Os foreiros, embora não constituíssem maioria do ponto de vista da composição da força de trabalho, foram os primeiros a cerrar fileiras em torno da organização do campesinato. Explica-se facilmente essa inversão de expectativa. Os foreiros não precisavam vender sua força de trabalho, ficando em posição de relativa independência dos latifundiários, ao contrário dos moradores cujo vínculo de moradia os incapacitava a qualquer tipo de resistência.

Reproduzindo as experiências do campesinato pernambucano, a resistência das Ligas só teria efeito prático se vencesse a cortina de ferro montada pelos latifundiários do Grupo da Várzea e encontrasse ressonância além das fronteiras do

¹² HOBBSBAWM, Eric J. *Os camponeses e a Política*. p. 51.

município de Sapé, comprometendo as forças progressistas de João Pessoa e utilizando amplamente os meios de comunicação de massa e as vozes isoladas de parlamentares independentes.

Estabelece-se o elo inicial de ligação entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da capital. Passa o movimento a representar os interesses das diversas correntes de camponeses envolvidas na luta de classes.

Apesar da rápida mobilização da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, do Cepar, de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e mesmo de elementos liberais da classe média, nada disso impediu que a violência do bloco agroindustrial se lançasse sobre as Ligas Camponesas de Sapé, do mesmo modo que nenhuma força humana foi capaz, naquele momento, de frear o nascimento de outras ligas em diversos municípios do Estado¹³.

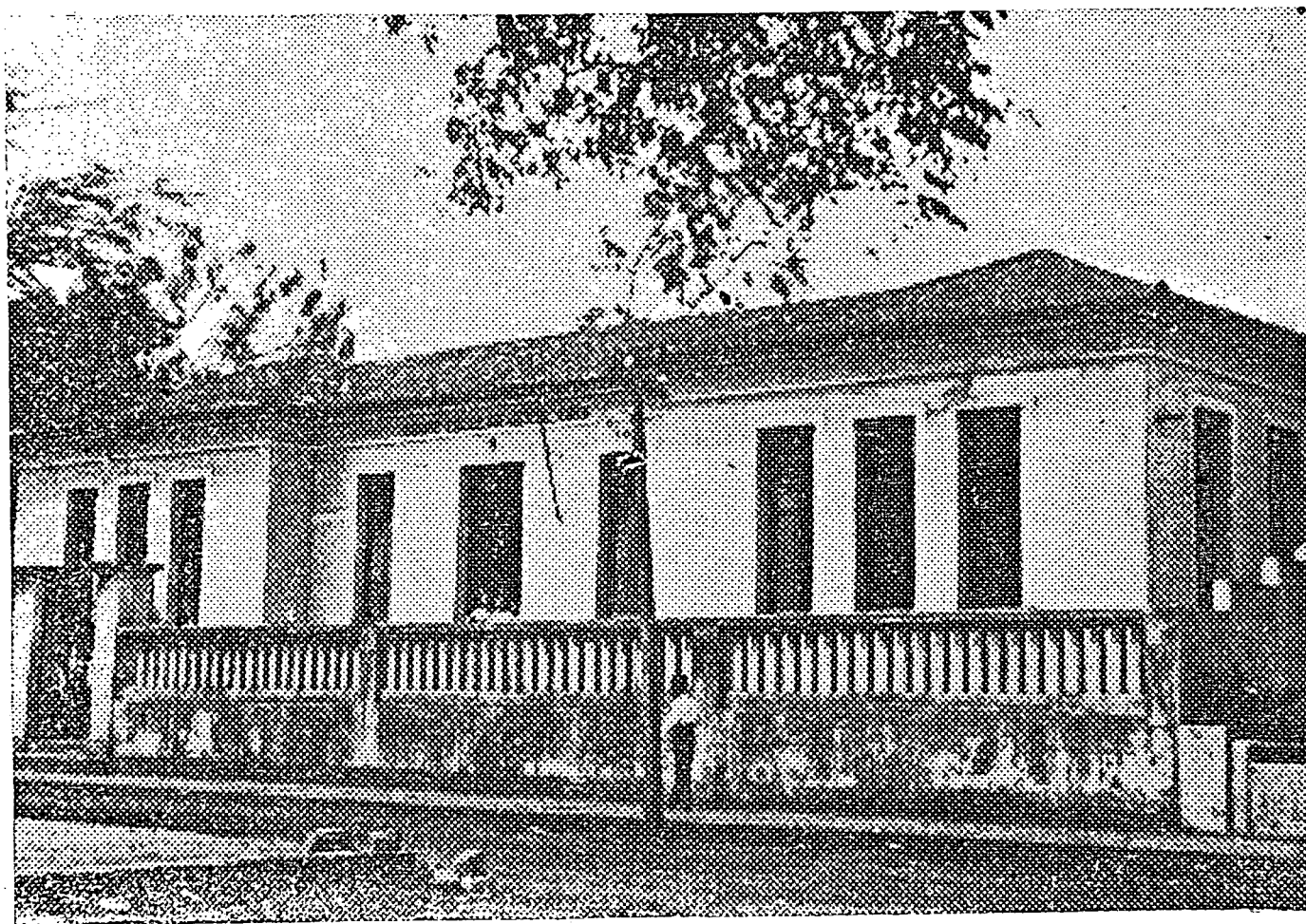
A partir daquele instante o campesinato paraibano passa a ser visto como força política que deveria ser vencida e arrasada pelo Grupo da Várzea.

Incentivados pelo exemplo de Pernambuco, os camponeses de Sapé organizaram-se sob a liderança de João Pedro Teixeira.

Em meados de 1958, em reunião realizada no Grupo Escolar Estadual Gentil Lins, na cidade de Sapé, foi fundada a Associação, entidade de caráter civil com finalidades estabelecidas nos seus estatutos registrados no cartório local¹⁴.

¹³ Alhandra, Engenho Miriri, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitagi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Mamanguape, Pedras de Fogo, Oitizeiro, Itapororoca, Várzea Nova e Itabaiana.

¹⁴ A primeira diretoria da Liga Camponesa de Sapé era composta de: Severino Alves Barbosa-Presidente; João Pedro Teixeira-Vice-Presidente; Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro)-1º Secretário; Severino José da Silva-2º Secretário; Valter Acioly-Tesoureiro e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba) - Orador.



Grupo Escolar Estadual Gentil Lins. Sapê-PB.

Compareceram à sessão autoridades civis, militares, eclesiásticas e elementos do campesinato.

João Pedro Teixeira, na sua fisionomia tranqüila, dava a impressão de um obstinado¹⁵. Dedicava-se à causa camponesa com devotamente quase religioso, como se os camponeses pertencessem à sua própria família, apesar dos encargos com onze filhos menores — todos trabalhando no pequeno sítio Sono das Antas nas proximidades do Café do Vento. Sua atuação, pela tenacidade inquebrantável, lembrava a de Margarida Alves. Ambos de baixa estatura e de fisionomia mais alegre do que preocupada. Movidos por crença inabalável, revelavam um gênero de perseverança tal que não lhes sobrava tempo para coisa alguma, além da missão a cumprir.

Este rápido perfil explica, por si só, a sentença de morte decretada pelo Grupo da Várzea em 1962 e a outra, decretada em 1983. Para os latifundiários, João Pedro Teixeira teria sido enviado à Paraíba como parte do plano dos comunistas para neutralizar o poder do Grupo da Várzea e servir de instrumento de mobilização e organização das massas rurais de Sapé.

Até fins da década de 1950, nos campos paraibanos, vigorava o silêncio agrário traduzido como a tranqüilidade dos coronéis protegidos pelo aparelho repressivo do Estado e por seus vigias e jagunços, não permitiam nem em pensamento que se falasse em organização dos camponeses.

Os confrontos eventuais entre as classes terminavam sempre garantindo a dominação do bloco agroindustrial. Os mar-

¹⁵Entrevista concedida ao autor por Francisco de Assis Lemos em Londrina, 10 de dezembro de 1984.

cos desse movimento que adquiriu expressão política estão na emergência da questão agrária brasileira na década de 1960.

Ao lado disso, os latifundiários quebraram as regras tradicionais de poder e dominação, abrindo brechas para o questionamento da relação de dependência a que os camponeses estavam submetidos.

O campesinato despertou com força total e conseguiu, pela primeira vez, questionar o monopólio da terra e o poder vitalício das oligarquias rurais.

Criaram-se outras associações, extrapolando a Zona da Mata paraibana. Algumas de menor expressão surgiram nas proximidades da Capital. Essas associações de camponeses, desprovidas de experiência política para sua condução, foram quase todas até 1962 orientadas e dirigidas por pessoas estranhas à categoria dos lavradores. Farmacêuticos, agrônomos, comerciantes e até funcionários públicos chegaram a dirigi-las. Firmaram-se na opinião pública. A titulação correta registrada em cartório ficou reduzida aos estatutos, às carteiras e às placas colocadas à frente das sedes. As reivindicações foram ampliadas, a ponto de incomodarem os latifundiários do Grupo da Várzea, que nunca tinham se preocupado com nenhuma reclamação do campesinato. Na verdade, haviam recebido o poder político e econômico como tradição e sentiam-se senhores absolutos e intocáveis.

As Ligas levavam ao conhecimento das autoridades da capital abusos e arbitrariedades que aconteciam, sistematicamente, nas usinas, fazendas e engenhos, pleiteando justiça e direitos. Essa prática, além de perturbar a "paz agrária", trazia ao conhecimento do público urbano a predominância da

injustiça social. Os proprietários viam agora seus sagrados nomes de família arrolados nos anais da justiça e denunciados na Assembléia Legislativa, na Imprensa e na Câmara dos Deputados. Não havendo unidade no modo de conduzir essa luta, fundou-se a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba. Isso se deu em Congresso realizado no dia 25 de novembro de 1962 no teatro Santa Rosa na capital paraibana.

Os camponeses elegeram como primeiro presidente o agrônomo e professor universitário Francisco de Assis Lemos, que viria a ser substituído, um ano depois, por Elizabete Teixeira. A Federação orientava, mas não intervinha nos assuntos referentes aos problemas internos das associações, que possuíam autonomia e eram regidas por estatutos próprios e independentes.

As Ligas Camponesas paraibanas foram, em sua maioria, comandadas pelo Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, afastando-se da influência de Francisco Julião e dos grupos marginalizados pelo Partido, especialmente com a aproximação das eleições de 1962¹⁶.

¹⁶ As análises e interpretações da Internacional Comunista acreditavam na existência do feudalismo no campo brasileiro confundindo condições de exploração com sistema econômico. O V Congresso do PCB realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1960, aprovou um programa político, cuja essência foi o seguinte: "As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho do socialismo".



Teatro Santa Rosa. João Pessoa. 25 de novembro de 1963.
Criação da Federação das Ligas Camponesas.

Eis aí a razão da disputa entre as lideranças no momento em que se acentuou o processo de sindicalização do campo promovido pelo governo populista de João Goulart e destinado a neutralizar a radicalização das Ligas de Pernambuco e a rebo-car o movimento agrário pelo Estado populista.

Enfeixando esse quadro, em junho de 1963, o Ministro do Trabalho Almino Afonso baixou uma portaria definindo a organização sindical dos trabalhadores do campo. Foram várias as cartas sindicais concedidas preferencialmente aos elementos do PCB e aos segmentos da Igreja que trabalhavam na zona rural, sustando o avanço do movimento camponês pernambucano e isolando estrategicamente o pessoal de Francisco Julião.

Pressionado pela ação do governo federal, Francisco Julião tentou rearticular-se nacionalmente, cindindo ainda mais a débil estrutura que até então havia orientado e dirigido.

Enquanto as Ligas de Pernambuco vão disputar palmo a palmo as vias de sindicalização, assemelhando-se à uma concepção organizacional e política próprias de um partido agrarista radical, como define Fernando Azevedo, na Paraíba, a transformação em sindicatos transcorreu com maior tranqüilidade, na medida em que predominava a orientação moderada e reformista de Francisco de Assis Lemos, apesar das eventuais tentativas divisionistas do grupo julianista, liderado por Elizabete Teixeira e Antonio Dantas. Na medida em que as Ligas paraibanas estavam inflexivelmente controladas pelo PCB, refletiriam posições moderadas compatíveis com o liberalismo do estado populista.

Contrariando a orientação ideológica das ligas pernambucanas, foram favoráveis ao plebiscito em 1963 e absorveram

as lideranças que não mais cabiam nos limites dos partidos tradicionais, participando da campanha de 1962 e apoiando declaradamente os candidatos progressistas. Não ultrapassam, portanto, as fronteiras do campesinato nem se transformaram em partido agrário.

A estrutura organizacional da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé¹⁷ emulou-se nos estatutos da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, que se firmaram constituindo sociedade civil de direito privado com ação em todo o estado de Pernambuco. Apresentava modelo organizacional democrático contrastando com o tipo de organização verticalizado das Ligas de Pernambuco, no qual o centro de decisão e poder concentrava-se no Conselho Regional composto por figuras de maior expressão da vida urbana.

Competia ao Presidente da Liga Camponesa de Sapé a direção administrativa da entidade, sua representação oficial e judicial, a direção das reuniões, a designação das Comissões e demais atos necessários ao cumprimento dos estatutos. Parte de seus membros estavam ligados ao PCB, PSB, PTB e PSD, ocupando posições de centro, tendo como presidente de fato, até 1962, João Pedro Teixeira.

Fazia parte da diretoria um orador, a quem competiam as saudações aos visitantes, a realização de palestras sobre temas cívicos e de interesse do trabalhador rural bem como a representação, por delegação, do presidente em solenidades.

¹⁷ A Associação denominada Liga Camponesa de Sapé era dirigida por uma Diretoria, Conselho Fiscal e Assembléia Geral. A primeira, envolvendo o Conselho Fiscal, compunha o órgão administrativo enquanto que a Assembléia Geral constituía o núcleo deliberativo soberano do qual tomavam parte os sócios contribuintes, beneméritos e honorários.

O proselitismo doutrinário, partindo do município para o campo, projetaria o movimento do campesinato, evitaria a violência privada dos coronéis e permitiria a participação de outros segmentos urbanos interessados na transformação da sociedade brasileira.

Tratava-se de um processo de politização das massas camponesas pedagogicamente pensado.

Na ação concreta, na prática do enfrentamento, da contestação, do desafio, ele comprovava a igualdade fundamental de todos os homens, se via diante de situações em que podia dizer não ao patrão, obrigá-lo a negociar e a ceder, adquiria coragem para olhá-lo de frente. ... Este processo de ensino-aprendizagem pode-se captar o caráter diretivo da pedagogia posta em prática pela Liga, o qual era consistente com a concepção de vanguarda dominante nos grupos políticos que dela participavam e com o tipo de trabalhador de massa característico do início dos anos 60 no país. Os doutores que iam da cidade ensinavam que era preciso perder o "medo de rico".¹⁸

O espaço real de tomada de decisão política estava interiorizado na Assembléia Geral, que era efetivamente o órgão supremo de deliberação na Liga Camponesa de Sapê. Portanto, o modelo organizacional da principal Liga paraibana superava a verticalidade e o autoritarismo das Ligas pernambucanas, engendrando um espaço literalmente democrático no interior da Assembléia Geral.

Para corroborar a tese é interessante transcrever o diálogo entre a professora Aspásia Camargo e o camponês João

¹⁸ PAIVA, Vanilda. *Pedagogia e luta social no campo paraibano*, p. 25.

Severino Gomes, que assumiu a presidência da Liga de Sapê, logo depois do assassinato de João Pedro. Sua orientação, como observou a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, era representativa da consciência e dos interesses da classe camponesa em oposição tanto aos radicais externos quanto à liderança populista.

O pensamento de João Gomes reflete a democracia interna da Liga Camponesa de Sapê:

Aspásia — O senhor achava importante que houvesse eleição? Por quê?

João Gomes — Para ver aonde estava a honestidade. No meu caso eu queria saber. Uma que eu também não me interessava ficar, eu queria me achar livre porque aquilo era perigoso, e eu não estava interessado em me achar dentro daquele perigo. Eu queria que me levassem, eu só queria ser um sócio conforme era antigamente. Segundo, eu queria ver a honestidade do povo e a honestidade de onde eu estava, se eu merecia confiança do povo ou não.

Aspásia — O senhor acha que eleição é pra isso?

João Gomes — É. Eu acho que sim, aí vejo se sou digno ou não. Como é que eu posso saber se o fulano gosta de mim e que confia em mim? Não posso saber, não sou adivinhão. Quando foi no dia daquela eleição ninguém votou em Pedro Fazendeiro. Todo mundo unanimemente votou em mim. E agora, o que é que eu vou fazer? Tenho que ficar.¹⁹

Em 1963, as Ligas Camponesas da Paraíba reformulariam sua estrutura orgânica e reformariam seus estatutos obedecendo à decisão aprovada na reunião nacional de Belo Horizonte, realizada em abril de 1962.

¹⁹GOMES, João Severino. *João Severino Gomes (depoimento)* 1. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC. História Oral. 1977-70.

O fundamento dessa modificação era expandir o movimento camponês orientado por uma direção centralizada. Tinha-se como objetivo unificar o movimento a partir da organização estadual para se implantar a luta pela reforma agrária radical e por outras reivindicações gerais. A Liga com caráter estadual teria Diretoria, integrada exclusivamente por camponeses, e um Conselho Deliberativo, do qual podiam tomar parte operários e profissionais liberais. A Diretoria de caráter executivo atuaria no campo enquanto o Conselho funcionaria na cidade com missão orientadora. Cada Liga local ou municipal que se fundasse teria uma Diretoria própria, mas seguiria a orientação do Conselho Estadual. O Conselho cuidaria da orientação social, da organização do trabalho e da coordenação financeira das Ligas e ao mesmo tempo estabeleceria canais de ligação com o movimento sindical. Destacariam-se algumas Ligas para formarem círculos de amigos e Comissões Médicas e Jurídicas. De toda maneira, devia-se buscar a solidariedade das populações urbanas, tanto do ponto de vista econômico como financeiro e político²⁰.

4. CEPLAR (*Centro de Educação Popular*) 1962

Nesse meio tempo, criou-se, em João Pessoa, a Ceplar²¹, entidade de caráter privado, implementada pelo governo esta-

²⁰ LIGA. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1963.

²¹ A primeira diretoria era composta de José Rodrigues Lustosa, Maria das Dores Oliveira, Iveline Lucena e Lígia das Mercês Macedo.

dual, com a participação de alguns padres da Arquidiocese da Paraíba para desenvolver atividades de alfabetização de adultos na capital e em cidades do interior como Campina Grande, Sapé e Santa Rita.

A Ceplar surgiu num momento importante da consolidação inicial do movimento camponês paraibano e estabeleceu convênio com o Ministério da Educação. A sede da entidade localizava-se em velho casarão azulejado na esquina da rua Conselheiro Henriques com a Praça Álvares de Carvalho. Ali se reuniam inteligência e expressões da juventude paraibana: Paulo Pontes, José Joffily, Padre Juarez Benício, Adalberto Barreto, Wills Leal, Fernando Antonio Azevedo e Clemente Rosas Ribeiro entre outros. Mesmo situando-se defronte do Palácio Episcopal, o arcebispo Dom Mário de Miranda Villas Boas ignorava sua finalidade. O governador, até o rompimento que o afastaria das forças progressistas, financiou a instituição que poderia ser utilizada politicamente como suporte parlamentar ou mesmo fornecer pessoal e quadros para sua administração.

O mérito do trabalho de caráter popular foi entusiasmar Paulo Freire a aplicar seu método de alfabetização ao nível nacional e posteriormente no exterior. O grupo inicial de alunos era composto de 23 domésticas, que na décima terceira lição estavam alfabetizadas²². Com o tempo, dividiram-se os setores de alfabetização no campo e nos bairros periféricos de João Pessoa, abrangendo diversos municípios e distritos circunvizinhos. Os alfabetizadores eram recebidos nas

²² Entrevista concedida ao autor pelo Padre Juarez Benício em João Pessoa no dia 3 de outubro de 1984.

comunidades com entusiasmo. Nas escolas e praças, tomadas por bandeiras, principiava-se o processo de politização da massa urbana e camponesa marginal. No conjunto da pedagogia, utilizava-se inclusive o João Redondo, cuja orientação cênica era ministrada por Paulo Pontes²³. Não faltavam colaboradores voluntários nos bairros pobres e vilas mais distantes. O João Redondo foi montado inclusive em Sapé, abrindo-se um canal de comunicação ideológica com a massa camponesa.

O convênio assinado pela Ceplar e o Ministério da Educação, em cuja frente estava o Professor Paulo de Tarso, permitiria alfabetizar 6 mil adultos na faixa compreendida entre João Pessoa e Campina Grande.

A prática dessas teorias pedagógicas de Paulo Freire que se caracterizaram a partir da experiência de alfabetização de adultos, na Paraíba, no início da década de 1960, e que de certa forma, transformaria radicalmente todas as demais concepções pedagógicas daquele período histórico, bem como o próprio movimento intelectual do país foram tratadas pela Professora Vanilda Paiva²⁴.

O Golpe de 1964 finalizaria melancolicamente aquela rica experiência de alfabetização popular. Na primeira semana de abril, um caminhão verde oliva encostou junto ao velho casarão da Conselheiro Henriques, apropriando-se de todo o material: cadeiras, projetores, mapas e cadernos. Em seguida,

²³ Paulo Pontes, o genial teatrólogo de Gôta d'água, apresentava um Programa na Rádio Tabajara no qual divulgava a seriedade do trabalho da Ceplar.

²⁴ PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista*. in: *EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO 2*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

apareceria estampado nas manchetes dos jornais: mais de quinhentos quilos de material subversivo foi encontrado na Ceplar...²⁵

5. IGREJA NA PARAÍBA

Não havia, na arquidiocese paraibana, no instante em que se fortaleciam as Ligas Camponesas, uma pastoral de conjunto.

Notava-se, sem dúvida, a ação isolada de padres que se identificavam com o povo. O Padre Juarez Benício que, naquele momento, chegava de Roma, foi um deles, colocando-se ao lado das causas populares, seja nas tradicionais missas da Igreja da Misericórdia, seja no programa cristão para juventude, na Rádio Arapuan.

O arcebispo Dom Mário de Miranda Villas Boas era um homem de centro, mas sem nenhuma vinculação com a complexidade do jogo histórico.

Enquanto isso ocorria na capital, no interior, a Igreja posicionava-se na defensiva, incapaz de adotar qualquer forma de resistência ao bloco agroindustrial. Os vigários desarticulados participavam na organização de cúpula dos latifundiários do Grupo da Várzea. Era a burguesia agroindustrial utilizando-se da Igreja para contrabalançar a ação das Ligas Camponesas nas áreas de conflito.

²⁵ Informação dada ao autor pelo sociólogo Fernando Antonio Azevedo em Recife no dia 3 de outubro de 1984.

O clero de Campina Grande contava com três elementos de vanguarda: Padres Bonifácio, Nóbrega e Aluísio Guerra. Este foi um nome que representou uma legenda no processo histórico da evolução democrática. Pelas suas posições e seus pronunciamentos²⁶ incisivos em favor da reformulação da mentalidade política e social da época, Padre Guerra se colocou no plano principal dos acontecimentos predominantes no início da década de 1960.

O relacionamento entre setores socialistas, progressistas e liberais possibilitou o florescimento do processo sindical no campo a partir de 1963. Isso, aliado ao espectro da revolução cubana, assustaria a alta cúpula da Igreja.

Dom Eugênio Sales, bispo de Natal, fundaria o primeiro Sindicato Cristão para barrar o caminho dos sindicatos comunistas²⁷. A retomada da discussão dessa proposta corroborada pela Igreja vinculava-se ao projeto do governo federal no sentido de frustrar o avanço do movimento camponês, acelerado pelas Ligas.

A atuação do Padre Crespo em Pernambuco, dirigindo o SORPE — Serviço de Orientação Rural —, demonstraria claramente aquela intenção embutida no desdobramento da proposta, isto é, quando vinte e cinco padres reuniram-se em Recife para estudar a questão do campesinato e decidiram lançar os sindicatos cristãos. Enquadrado na perspectiva social da Igreja, deveria desacreditar os sindicatos rurais em processo de

²⁶ GUERRA, Aluísio. *A Igreja está com o povo?...* *Cadernos do Povo*. v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

²⁷ O Bispo de Natal criou na década de 1940 um programa radiofônico de educação para o campo denominado SAR (Serviço de Assistência Rural).

formação e resolver com um passe de mágica e água benta, os conflitos entre camponeses e proprietários.

*Os padres deviam conservar o controle destes sindicatos ou passá-los a jovens advogados de sua confiança. O papel dos camponeses devia ser semelhante aos dos indígenas das missões jesuíticas do século XVII: executores fieis das palavras de ordem que os agentes da Igreja lhes transmitiam, para o seu próprio bem.*²⁸

Papel destacado coube às esquerdas católicas, na medida em que davam apoio ao MEB com a participação de Paulo Freire e direcionado para alfabetização de adultos e a formação de líderes sindicais rurais. A criação do MEB foi consequência do desenvolvimento das Ligas Camponesas nas áreas canavieiras e semi-canavieiras do Nordeste.

Em geral, sobressaíam-se, na Igreja paraibana, os interesses do clero superior, que era contra a reforma agrária e a politização das massas rurais. Entre os que entendiam, ao nível nacional, a propriedade e a família frutos de uma mesma raiz, estavam os líderes da TFP, credenciados pela alta hierarquia da Igreja para tratarem da matéria. Dom Antonio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e Luis Mendonça de Freitas chegaram a fundar a Editora Vera Cruz, constituindo a vanguarda da reação clerical na controvérsia em torno do problema agrário.

²⁸ MOREIRA ALVES, Márcio. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 136.

Obtida eventualmente a imensa vitória da abolição da propriedade rural grande e média por meio da "Reforma Agrária", o socialismo, robustecido com esta conquista, não se atirará contra o direito de herança? E, no dia que também vencer a quem terá forças para impedir que ele ataque diretamente a própria existência do instituto da família?

A "Reforma Agrária" abre, portanto, as vias para a decadência e depois para a ruína da família. Ela procede de uma ideologia que nega a própria raiz doutrinária desta última. Eis aí um nexo entre a "Reforma Agrária" e família.²⁹

Explica-se historicamente as cautelas protetoras da propriedade pelo clero conservador. Vulnerado o direito de propriedade, vulnerava-se o poder político por dupla razão: filosófica e religiosa. Os dois ramos de poder sempre foram interligados por denominador comum, o direito natural, que encontra respaldo nos cânones da Igreja. Qualquer concessão mais generosa na diferença entre posse e propriedade poderia comprometer toda a infra-estrutura de poder temporal e religioso, abalando os alicerces do Estado e o seu Estatuto Político. Estava, portanto, justificado o ponto de vista clerical de que a propriedade privada era um valor cristão a ser preservado a qualquer preço social...

²⁹D. Antonio de Castro Mayer; D. Geraldo de Proença Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e Luis Mendonça de Freitas. *Reforma Agrária - questão de consciência*. 2ed. São Paulo, Editora Vera Cruz Ltda., 1960.

Capítulo IV

LIGAS E VIOLÊNCIA

A cidade de Sapê já não tem mais olhos para chorar os seus mortos. A rua principal transformou-se na via dolorosa por onde seguem os ataúdes, puxando o côro das lamentações das viúvas e dos orfãos da barbárie sanguinária. O luto povoa a cidade de meninos de preto. E Sapê é hoje o burgo mais triste do Brasil.

Juarez da Gama Batista.¹

Com a posse do segundo Governo de Pedro Gondim, em 1960, a questão política do campesinato paraibano atingiu o ponto máximo de confrontação com o Grupo da Várzea. Iniciava-se etapa fundamental no país para o reposicionamento das diferentes forças sociais que compunham o debate político da época, em torno das reformas de base esboçadas no plano trienal do Governo de João Goulart. Na Paraíba, a questão agrária partia na dianteira da competição que se desdobrou em freqüentes banhos de sangue envolvendo, de um lado, o campesinato e, do outro, as milícias particulares dos grandes proprietários rurais. Rompeu-se a "paz agrária" mantida até então pela violência dissimulada dos senhores de terra e pela exclusão política e social dos camponeses.

¹O NORTE. João Pessoa, 4 de abril de 1962.

A atuação das ligas arregimentando camponeses deslocou os vetores de poder do bloco agroindustrial, que, pressionado pela opinião pública, passou a agir na esfera do Governo estadual no sentido de atenuar a luta de classes. A violência legitimou-se como única forma do Grupo da Várzea exercer o controle do campesinato paraibano. Foram os latifundiários os primeiros a colocar as baionetas na "ordem do dia" do movimento camponês. O efeito multiplicador do processo provocou enfrentamentos entre capangas e camponeses, na região de Sapê e Mari, com elevado número de vítimas em ambos os lados.

Enquanto o Governador Pedro Gondim entendia as lutas camponesas como "incidentes normais de classes em conflito", os latifundiários do Grupo da Várzea acreditavam destruir o ideal de libertação da massa camponesa silenciando vozes e combater as idéias de suas lideranças, extinguindo fisicamente as pessoas que as pregavam. Enganavam-se os proprietários na sua lógica. Mal desaparecia um líder camponês, imediatamente despontava outro. Formara-se uma escola rústica de lideranças e os trabalhadores do campo entravam na história do Brasil pelo holocausto de seus mártires.

O início da escalada de violência na Paraíba teve como cenário o Engenho Miriri localizado entre o Município de Sapê e Mamanguape e habitado por oitocentos camponeses, com suas famílias.

Naquele engenho de fogo morto, o rompimento entre os associados das Ligas Camponesas e o proprietário rural era do conhecimento das autoridades estaduais. No engenho, com 15.000 hectares, exigia-se que o "foreiro" desse um dia de "cambão" por semana ao dono da terra como aluguel por um sí-

tio de meio hectare. Em processo de rápida politização, as massas camponesas paraibanas tomaram conhecimento que um dia de cambão por semana equivalia a 52 dias anuais. Do mesmo modo, aos salários da época, estes dias representavam Cr\$. 6.240,00 anuais, quantia que em dois anos corresponderia ao valor da terra que lavraram².

Os camponeses foram à luta reivindicando o direito de pagar o foro em dinheiro. Esta proposta levaria à extinção do cambão. Como romperia com o estatuto da burguesia agroindustrial, o proprietário não aceitou a idéia ameaçando expulsar moradores e foreiros filiados às ligas. Ampliaram-se as divergências internas do latifúndio entre os moradores e vigias dos proprietários, engendrando lutas em que dois capangas foram mortos a foice e a machado, um administrador ferido, um vigia desaparecido e dois camponeses fuzilados. Entre eles estava o líder camponês Alfredo Nascimento, associado da Liga Camponesa de Sapé e fundador da Liga de Miriri³. No mês seguinte, precisamente a 2 de abril, consumou-se o anunciado trucidamento do líder João Pedro Teixeira, com repercussão em todo país e até no exterior⁴.

Entre a morte de Alfredo Nascimento e João Pedro Teixeira, o Secretário de Estado do Interior, Sílvio Porto, posicionou-se a favor dos camponeses, compreendendo não ser a polícia a solução adequada para as Ligas Camponesas.

² ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 18 de março de 1962.

⁴ NEW YORK TIMES. Wednesday, april 11, 1962.

"Essa prática é defendida somente pelas organizações fascistas que atribuem ao poder armado a solução de todos os problemas. Ao contrário de se apelar para a Polícia, esse apelo deveria ser endereçado ao Congresso Nacional, aos órgãos de desenvolvimento econômico"⁵.

A orientação doutrinária do governo paraibano se achava em pleno oportunismo, talvez pela ausência de perspectiva histórica para avaliar qual das facções sairia vencedora.

No Palácio da Redenção, o Governo se debatia para encontrar o caminho da definição, enquanto os proprietários rurais iniciavam a expulsão dos associados das Ligas Camponesas de suas terras.

Os foreiros e os moradores formaram poderoso bloco de resistência à expropriação e ao despojamento de sua condição camponesa. A luta principiou com os foreiros, que não precisavam vender sua força de trabalho, quando os latifundiários iniciaram a retomada do estoque de terras no sentido de ampliar o espaço destinado a pecuária extensiva e estender a área de cultivo de cana-de-açúcar para aumentar a produção.

Enorme foi a dificuldade inicial para mobilizar o morador, cuja vinculação e dependência ao dono da terra deixavam-no totalmente paralizado. Só depois de amplo movimento doutrinário e pedagógico foi que as Ligas Camponesas conseguiram trazê-lo para seus quadros.

O capital, ao impor-se como relação social, no campo paraibano, destruiu as formas arcaicas de extração do sobre-

⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 18 de março de 1962.

trabalho simbolizadas na morada e no foro⁶. O setor agrícola aliou-se ao setor industrial da lavoura canavieira e semi-canavieira, regularizando a acumulação do capital e contrapondo a terra para o trabalho com a terra para o negócio.

O que intensificou a luta camponesa foi a resistência obstinada contra a expansão da apropriação capitalista da terra⁷. Mesmo o movimento camponês não conseguindo ir muito além, influenciou bastante o quadro nacional. É notória a organização do campesinato como pretexto para repressão e o conseqüente declínio do regime populista.

1. ASSASSINATO DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA

(2 de abril de 1962)

A Paraíba assistiu, entre o impacto e a revolta, ao crime que vitimou a mais vigorosa liderança do campesinato paraibano: João Pedro Teixeira. Assassinato que, por sua dimensão política, transcendeu os modelos tradicionais de delitos comuns no Nordeste. O campesinato sentiu a agressão e mobilizou-se em torno do desaparecimento de seu líder maior. Se os mandantes esperavam destruir em João Pedro a organização do movimento camponês, aconteceu exatamente o inverso.

⁶ Entende-se, nos limites deste trabalho, foro como renda fundiária primitiva.

⁷ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 2ed. São Paulo, Hucitec, 1982. p. 61.



Prefeitura Municipal de Sapé

Exercício de 19 62

REGISTRO DE OBITO

Nº 3056

Taxa Cr\$ —

Recebi do Sr.

João Pedro Teixeira

a quantia de Cr\$ —

inhumação do cadaver de

João Pedro Teixeira

com

dias

mês(es)

44 anos de idade, lugar do obito

Autas

causa mortis assassinato

Em 3 de

abril

de 19

62

João Pedro
AGENTE MUNICIPAL

Estado da Paraíba
MUNICÍPIO DE SAPE
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

GUIA DE ENTERRAMENTO

CERTIFICO que

oitem, as 16 horas

LOCAL

em Autas.

FALECEU

João Pedro Teixeira

NATURALIDADE

Paraibano

IDADE

44 anos

FILIAÇÃO

João Pedro Teixeira e Maria Fran-
cisca da Conceição

Sapé,

3 de

abril

de 19

62

Maria José Fernandes

ESCRIVÃO

escrevente



Ponto de Cem Réis. João Pessoa, 4 de abril de 1962. Protesto contra o assassinato de João Pedro Teixeira.

Os lavradores que estavam indecisos em relação ao papel das Ligas, a partir da tragédia, aderiram ao movimento.

Esgotou-se pelas constantes vacilações a possibilidade de o governo de Pedro Gondim servir de mediador para encontrar o caminho de paz entre os proprietários e os camponeses.

Explodiram as contradições sociais e a latente luta de classes invadiu toda várzea do Rio Paraíba do Norte.

A luta do campesinato paraibano encontraria outro caminho, muito mais radical, do que o vislumbrado na noite em que os fundadores da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé se reuniram no Grupo Escolar Estadual Gentil Lins, três anos antes.

Os latifundiários fecharam-se nos limites de seus interesses e o governo do Estado cedeu ao Grupo da Várzea, núcleo do mais reacionário coronelato paraibano, que se impunha com a força política de deputados, prefeitos e vereadores.

Reproduziam-se os desmandos do aparelho repressivo do governo estadual em flagrante contradição com as palavras do governador Pedro Gondim. Tudo não passava de promessas e o discurso oficial do Palácio da Redenção se esvaziou pela prática da violência contra o "direito constitucional" de organização do campesinato.

Antes da tragédia de Miriri, camponeses com dezenas de anos de trabalho na propriedade dos Lundgren foram impedidos de trabalhar pelos vigias armados das milícias privadas dos latifundiários de Rio Tinto e Mamanguape. Entretanto, aqueles homens do campo tinham decisão judicial favorável à sua ação de reintegração de posse.

Em toda a várzea do Paraíba, proprietários expulsavam pela violência centenas de famílias camponesas.

O jornalista João Manoel de Carvalho não se deixou cooptar pelo Palácio da Redenção questionado com veemência a posição do Governador Pedro Gondim:

*Estes fatos exigem do Governo uma definição. Não uma definição em favor da luta camponesa com a qual nunca teve identidade. Mas uma definição para que o povo paraibano saiba de que lado o Governo está. Que caminho segue diante de um fato social irreversível. Para que o povo paraibano saiba se o Governo está com a lei ou com a violência e o latifúndio. Dentro da lei e com o respeito às liberdades democráticas, ou fora dela e com o latifúndio e o crime.*⁸

O artigo do jornalista "Com a Lei ou a Violência" conseguiu movimentar os intelectuais da vanguarda paraibana, estabelecendo como prioridade definir a responsabilidade política e social do Chefe do Governo.

A Federação das Ligas Camponesas respaldou a denúncia e apoiou as declarações do jornalista de "O Norte".

A propósito de denúncias divulgadas pelo jornalista João Manoel de Carvalho, esta Federação tem a esclarecer o seguinte:

a) As denúncias reveladas pelo sr. João Manoel de Carvalho são verdadeiras. As Ligas, diante dos fatos trazidos à realidade, efetivamente desejam um pronunciamento do Governo definindo responsabilidades.

b) O jornalista João Manoel de Carvalho tem identificação íntima com o movimento camponês desde as suas origens e portanto está credenciado a falar em seu nome.

⁸ O NORTE. João Pessoa, 17 de fevereiro de 1962.

c) As palavras do jornalista são as palavras da Federação das Ligas Camponesas.

*Antonio José Dantas
Secretário da Federação⁹*

A tragédia de Sapé reeditou a de Miriri, reproduzindo a disposição do bloco agroindustrial em não permitir a participação do campesinato no jogo político, historicamente marcado pelos compromissos conservadores dos acordos de cúpula.

Ao entardecer do dia 2 de abril, na estrada Sapé-Café do Vento, três homens, armados de fuzil, montaram uma tocaia e esperaram a passagem do líder camponês que, ao descer do ônibus, caminhou a pé em direção ao Sítio Sono das Antas onde residia com sua família. Logo no início do percurso, recebeu cinco tiros tendo morte instantânea¹⁰.

Não havia dúvida de que o crime foi encomendado. Sabia-se nacionalmente que as zonas canavieira e semi-canavieira vinham se transformando num antro de bandoleiros e profissionais do crime, contratados para assassinar lavradores associados às Ligas Camponesas.

Repetiam-se as denúncias pelos jornais e na Tribuna da Assembléia de que proprietários rurais organizavam verdadeiras milícias privadas, articuladas com armas privativas do Exército para instaurar o regime do terror e da impunidade.

A violência do assassinato não intimidou o campesinato que compareceu em massa ao enterro, juntamente com membros dos Sindicatos, estudantes, políticos e amigos da família, reper-

⁹ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 18 de fevereiro de 1962.

¹⁰ O NORTE. João Pessoa, 4 de abril de 1962.

cutindo em toda várzea do Rio Paraíba. Os camponeses foram às ruas de Sapê para aguardar a hora do sepultamento da vítima¹¹. A ação repressiva do Grupo da Várzea não amedrontou o campesinato, mas apavorou o governador que enviou ao fêretro o Secretário de Estado Valdir dos Santos Lima como seu representante¹².

A população de João Pessoa incorporou-se ao protesto contra o fuzilamento de João Pedro Teixeira. No dia 4 de abril, grande massa concentrou-se no Ponto de Cem Réis para ouvir os oradores que falaram da janela de um prédio de esquina: deputado estadual (PSB) Raimundo Asfora, jornalista e médico Malaquias Batista, estudante Antonio Augusto Arrouxe-las, poeta Jomar Souto, coronel nacionalista Jocelin Brasil e professor Francisco de Assis Lemos¹³.

O centro da cidade era a nova trincheira de luta contra o latifúndio e o crime. A iniciativa do comício foi da União Estadual de Estudantes da Paraíba, mas logo deixou de ser concentração estudantil para transformar-se em aglomeração popular com a presença de camponeses, operários, comercia-
rios, parlamentares, jornalistas e intelectuais. Sobressaiu-se o improvisado de Raimundo Asfora:

*É inútil matar camponeses. Eles sempre
viverão. Antes de morrer, João Pedro
era apenas a silhueta de um homem no as-
falto mas agora, paraibanos, João Pedro*

¹¹O NORTE. João Pessoa, 4 de abril de 1962.

¹²O NORTE. João Pessoa, 4 de abril de 1962.

¹³Falaram ainda Hamilton Gomes, ex-presidente da UEEP, o deputado Agassis Almeida e o líder Luis Leonardo da Silva, representante da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado da Paraíba.

virou zumbi, João Pedro virou assombra-
ção. É uma sombra que se alonga pelos
canaviais que bate forte nas portas das
casas grandes e dos engenhos, que povôa
a reunião dos poderosos, que grita na
voz do vento dentro da noite, e pede
justiça, e clama vingança, que passeia
pelas estradas de Sapê...

Sonhara com a reforma agrária, mas não
pensara na revisão dos estatutos das
glebas empunhando uma foice ou um baca-
marte, na atitude dos desesperados. A-
pelava, apenas, para a organização da
opinião campesina, da opinião dos cam-
pos, porque organizada a opinião do po-
vo tudo o mais ficaria organizado...

Nunca me deparei, paraibanos, com uma
população rural tão penetrada e compe-
netrada de consciência de classe, do
valor da disciplina e da coesão como os
lavradores de Sapê. Foi João Pedro quem
os convocou, mobilizando-os, ardentemen-
te, em cada feira e em cada roçado, ar-
gumentando sempre, com uma fê inquebran-
tável, sobre a necessidade da formação
do seu Sindicato.

De um Sindicato igual aos vossos. Tra-
balhadores de João Pessoa respeitado pe-
los patrões, protegido e protetor.

Por que os latifundiários não querem
respeitar as Ligas Camponesas? Por quê?
Não se organizam eles nas cidades, nas
Associações Comerciais, nas Federações
das Indústrias? Não frequentam eles o
Clube Cabo Branco, o Clube Astrêa, os
Clubes do Recife e do Rio? Por que os
camponeses não têm direito de ter a sua
Liga?...

Contrataram sicários, armaram pisto-
leiros, puzeram-nos na tocaia. João Pe-
dro deveria ser eliminado.

Acuso, perante o Governo e a Paraíba,
que há um Sindicato da Morte implantado
na Várzea para ceifar a vida dos homens
do campo.

Ninguém se iluda: aquilo não foi man-
dado de um homem só... ¹⁴

A opinião pública no primeiro instante confiou nas re-
comendações do governador Pedro Gondim ao aparelho repressivo
do Estado, no sentido de que os culpados fossem presos sem

¹⁴A UNIÃO. João Pessoa, 5 de abril de 1962.

qualquer contemplação.

O Bacharel Francisco Maria Filho, Chefe de Polícia¹⁵, afirmou, acerca das providências a serem tomadas pela Polícia:

*"Tenho do governo do Estado carta-branca para desvendar o misterioso assassinio do líder camponês João Pedro, bem como para punir quem estiver envolvido em tão hedionda ocorrência. Estamos fazendo diligências por todo o município para desagravar os nossos foros de povo civilizado"*¹⁶.

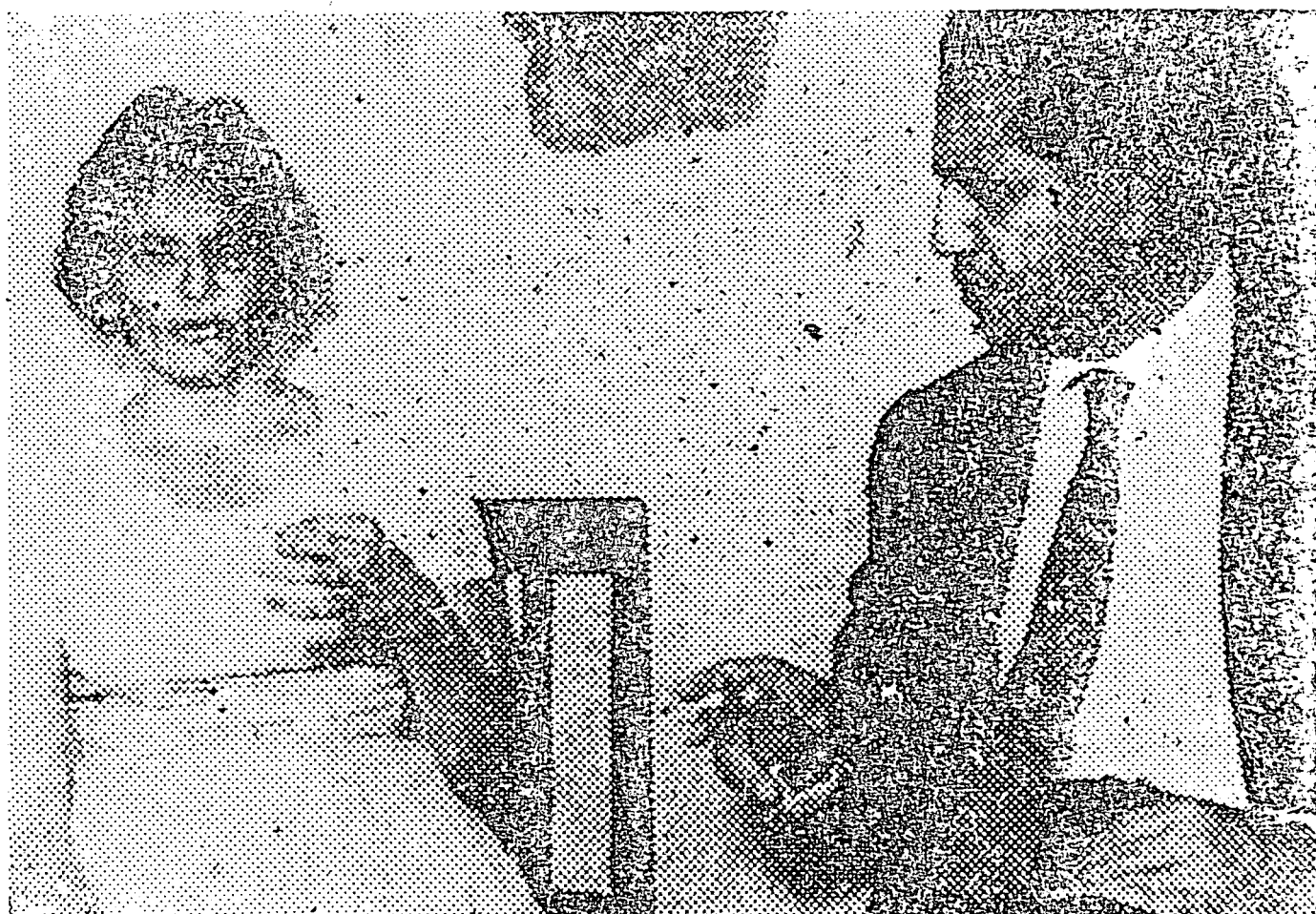
Em menos de uma semana, aprofundou-se o abismo entre o campesinato, agora articulado com segmentos urbanos, e os proprietários rurais. Foram apontados como prováveis autores materiais um sargento e dois soldados, todos da Polícia Militar da Paraíba. O Chefe de Polícia obteve a confissão dos militares e a constatação do envolvimento de elementos ligados ao Grupo da Várzea. Neste momento, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Deputados dirigia-se para o Nordeste, a fim de investigar as atividades das Ligas Camponesas¹⁷.

Aumentavam as tensões e a opinião pública mobilizada impunha uma tomada de atitude das autoridades constituídas. Foi decretada a prisão preventiva dos comandantes do Grupo da Várzea: o industrial e suplente de deputado estadual pela coligação UDN-PL, Agnaldo Veloso Borges, do Engenho Recreio, e o proprietário Pedro Ramos Ribeiro Coutinho, do Engenho Miriri acusados de mandantes do crime.

¹⁵ Elizabete Teixeira repetiu para o Chefe de Polícia, tudo que havia declarado em torno da trama urdida contra a vida do seu marido. Francisco Maria ouviu a viúva de João Pedro, fazendo-lhe indagações no sentido de promover investigações em torno dos implicados e suspeitos.

¹⁶ O NORTE. João Pessoa, 4 de abril de 1962.

¹⁷ O NORTE. João Pessoa, 7 de abril de 1962.



Elizabeth Teixeira prestando depoimento ao Chefe de Polícia,
Bacharel Francisco Maria Filho. João Pessoa, abril de 1962.

Na morte de João Pedro Teixeira havia evidências suficientes da autoria do crime, e a condenação dos réus estaria baseada na certeza da culpabilidade, caracterizada pela decretação da prisão preventiva dos autores intelectuais e materiais¹⁸. (ver anexo)

A prova indiciária do inquérito era extremamente comprometedora:

Certidão de Polícia

Armas da República. Estado da Paraíba, Secretaria do Interior e Segurança Pública. Departamento da Polícia Civil. Certidão.

Certifico que, em cumprimento ao despacho exarado em data de dezoito de abril do ano de mil novecentos e sessenta e dois (18-4-62) pelo Bel. Francisco Maria Filho, Chefe de Polícia do Estado, no requerimento do Bel. Nizi Marinho em que pede para fazer prova em juízo e fora dele, fornecer-lhe por certidão as referências feitas ao nome do Sr. Aguinaldo Veloso Borges, nos depoimentos tomados no inquérito policial instaurado para apuração do assassinato, de emboscada, do camponês João Pedro Teixeira, ocorrido na estrada Sapê-Cafê do Vento, no início do corrente mês; QUE, dando uma busca nos autos do inquérito em referência, constatou-se o seguinte: Fls. 9 que, os fazendeiros que tinham em mira matar o seu esposo, entre outros ela pode citar o Dr. Aguinaldo Veloso Borges, QUE, nos autos, fls. 33 consta: QUE, no dia onze de março do corrente ano, por volta das 17:30 horas, o declarante se encontrava em São Miguel do Taipū, onde estava na porta da Delegacia, conversando com o soldado Rosalho, tendo chegado no momento o soldado Manuel Paulino e disse que o Dr. Aguinaldo tinha chamado o sargento Severino Paulino para cortar o pescoço de João Pedro; QUE, nos autos de fls. 63, consta o seguinte: QUE o

¹⁸ PARAÍBA. MINISTÉRIO PÚBLICO. Certidão de Decreto de Prisão Preventiva de Francisco Pedro da Silva, Antonio Alexandre da Silva, Arnoud Nunes Bezerra, Agnaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antonio José Tavares. Sapê-PB, 1962. p. 47.

povo de Pilar comenta, com muito cuidado, que a ordem para matar o camponês João Pedro partiu do Dr. Aguinaldo Veloso, pois o referido proprietário desejava acabar com a Liga Camponesa; Que o soldado Chiquinho é pessoa amiga do Dr. Aguinaldo existindo tal amizade entre os dois por intermédio do sargento Fonseca que vive recebendo ordens do Dr. Aguinaldo Veloso; Que toda vez que o Dr. Aguinaldo se encontrava no Engenho Recreio para lá se dirigiam o sargento Fonseca e o soldado Chiquinho, (Fls. 63 e 64); QUE, nos autos de fls. 72 consta o seguinte: Que por volta das oito horas do dia seguinte, segunda-feira, dia dois ele interrogado, falou com um vaqueiro de nome Arnaud Claudino, morador do Engenho Recreio, de propriedade do Dr. Aguinaldo Veloso Borges, na porta da mercearia junto da Farmácia, em Pilar; Que, aceitando o convite recebeu cerca de uma hora da tarde, um cavalo castanho meio vermelho, das mãos de Arnaud; que, nesse momento, o soldado Antônio Alexandre recebeu também um cavalo branco de Arnaud, o qual já montava um cavalo também branco; que os cavalos foram distribuídos em uma cocheira que fica por trás da cadeia, em uma casa dos filhos do Dr. Aguinaldo Veloso em cuja cocheira ele interrogado vestiu uma calça de vaqueiro e botou um chapéu de couro (fls. 72v.); QUE nos autos, fls. 98, consta o seguinte: que o seu companheiro de viagem falando sobre as Ligas Camponesas disse a ele declarante: "Se no Estado tivesse mais quatro homens iguais ao Doutor Aguinaldo esse negócio de Ligas acabava-se", rematando disse ainda a ele declarante: "Ou velho macho", referindo-se ao Dr. Aguinaldo Veloso. E como nada mais consta a registrar no teor solicitado, Eu, José Guedes de Oliveira, escrivão padrão "C" da Delegacia de Investigações e Capturas, forneço a presente certidão que vai por mim datada e assinada sobre as estampilhas estaduais no valor de Cr\$ 28,00 (vinte e oito cruzeiros). João Pessoa, 18 de abril de 1962. José Guedes de Oliveira.¹⁹

¹⁹ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 19 de abril de 1962.

Diante das pressões políticas do Grupo da Várzea e do desenrolar dos acontecimentos, a posição do governador estremeceu. Aparentando governar acima dos partidos escamoteava sua debilidade política e sua dependência ao bloco agroindustrial. Sua posição superficial de Juiz e moderador reforçou e desenvolveu as contradições das classes em conflito.

As classes conservadoras viam com apreensão o desenvolvimento das Ligas Camponesas e a mudança brusca do cenário, anunciando um novo quadro político.

No plano parlamentar estadual, o campesinato estava articulado com pequeno, mas combativo grupo de parlamentares socialistas, que defendia seus interesses de classe. Entre eles, figuravam Agassis Almeida, Langstein Almeida, Raimundo Asfora e Mário Silveira²⁰.

Era intensa a luta, dentro da Assembléia, em função da desigualdade na correlação de forças. Unem-se os partidos conservadores, UDN e PSD, para, em manifesta solidariedade de classe, impedirem a prisão do principal autor intelectual do crime. Foi o deputado da UDN Joacil de Brito Pereira quem promoveu a trama no interior da Assembléia Legislativa da Paraíba para licenciar deputados, possibilitando ao acusado assumir uma cadeira, abrigando-se nas imunidades parlamentares.

Conforme se verificou no Livro de Atas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, foram eleitos onze deputados pela Coligação Nacionalista Libertadora (UDN e PL), ficando vinte e dois nomes entre suplentes e derrotados. Dos onze can-

²⁰O irmão de Mário Silveira, José Silveira, prefeito de Itabaiana foi assassinado por Manuel Borges, sobrinho de Aguinaldo. O criminoso homiziou-se no 15º Regimento de Infantaria na capital paraibana, garantindo sua impunidade.

didatos eleitos, um licenciou-se, dando lugar a que os 5 primeiros suplentes assumissem e, em seguida, entrassem de licença, até que chegou a vez do sexto suplente Aguinaldo Veloso Borges assumir, ficando dessa maneira acobertado pela impunidade²¹.

A trama tecida pelos latifundiários ficou evidenciada pela Ata da Assembléia Legislativa do Estado do dia 11 de abril de 1962:

Ata da Assembléia

Ata da 44ª sessão ordinária da convocação extraordinária da 3ª reunião da 4ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba realizada no dia 11 de abril de 1962.

Expediente Requerimentos:

Do Deputado Clóvis Bezerra requerendo 31 dias de licença para tratamento de saúde: Do Deputado Flaviano Ribeiro Filho, no mesmo sentido.

O Sr. Presidente informa que está na ante-sala desta Assembléia o Suplente Aguinaldo Veloso que foi convocado por esta Assembléia e vem assumir o mandato.²²

Pressionado pelo Poder Legislativo, controlado pelo Grupo da Várzea e com um secretariado conservador, restaria ao Governador manobrar o quarto poder: a imprensa.

Circulavam, na Capital, três jornais: "A União", órgão oficial do governo, o "Correio da Paraíba" e "O Norte", todos de tendência governista. Não foi difícil trazê-los para o debate em defesa do poder estabelecido.

²¹ Eleição de 03 de outubro de 1958. Livro de Atas do TRE. Paraíba.

²² CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 19 de abril de 1962.

"O Governador age sem ódios ou prevenções contra quem quer que seja, a fim de garantir o império da lei e reprimir o crime, mesmo que nele estejam envolvidas figuras de projeção em nosso meio, o que não é o caso, felizmente, segundo se deduz da marcha das investigações policiais"²³.

De forma velada, o governador, instrumentalizado pelo Grupo da Várzea, defendia-se de sua omissão e incapacidade de punir os criminosos, forjando, de si próprio, uma imagem pública de justiceiro e honesto.

Quase um mês depois, o governo, em Nota Oficial da Secretaria do Interior sobre o Inquérito para apurar o assassinato de João Pedro, revelava que a política de bastidores estava em plena evolução:

Praticado o homicídio, não cabe ao Poder competente indagar se a vítima pertencia às Ligas Camponesas ou era um pregador de Instituição Religiosa. A preocupação deve se voltar, necessariamente, para a defesa da sociedade, agredida, violentamente, pelo fato delituoso, não sendo outra a obrigação precípua do Estado, senão acautelar e escudar os interesses sociais.

*A impunidade desperta na sociedade o mais justificado repúdio projetando na Autoridade o traço da sua própria desmoralização. O governo do Estado redobrará a sua vigilância, buscando a todo custo, apurar os fatos e punir os culpados.*²⁴

Impotente para prender os criminosos, o governador Pedro Gondim desviou a atenção da opinião pública, transferindo sua responsabilidade para o plano federal, enviando telegrama

²³ O NORTE. João Pessoa, 15 de abril de 1962.

²⁴ A UNIÃO. João Pessoa, 25 de abril de 1962.

ao Presidente João Goulart e ao Presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, cujo ponto principal foi destacar *"os omissos e simuladores que tão bem se afinam preterindo uma solução corajosa e inadiável"*²⁵. Entretanto, não definiu nem explicitou o que entendia por omissos nem simuladores, caindo a mensagem no vazio da dubiedade palaciana.

Em toda a bancada federal da Paraíba, de todos os partidos, apenas o deputado José Joffily, do PSB, defendeu o líder camponês trucidado. O momento era propício para os deputados procurarem mantos protetores...

Chegando em João Pessoa e de posse de farta documentação, Joffily enfrentou o Grupo da Várzea. Para ele só havia uma diferença entre o autor material e intelectual do crime. É que o primeiro havia se escondido no mato, enquanto o seu patrão, o usineiro Aguinaldo Veloso Borges acobertava-se na Assembléia Legislativa da Paraíba²⁶.

Na mesma linha de coerência e firmeza, o parlamentar paraibano denunciou a tirania do latifúndio, defendeu as Ligas Camponesas e acuou a fera do "Engenho Recreio". O deputado estadual Aguinaldo Veloso Borges defendeu-se das acusações do deputado federal José Joffily, ignorando a prova indiciária de inquérito, trazida a público seis dias antes. No artigo "Encerrando o Debate", fugiu do ponto central da questão afirmando: *"as minhas terras e as dos meus parentes oferecem espetáculos de harmonia entre senhores de terra e camponês dos mais significativos"*²⁷.

²⁵ O NORTE. João Pessoa, 25 de abril de 1962.

²⁶ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 19 de abril de 1962.

²⁷ O NORTE. João Pessoa, 25 de abril de 1962.

Aguinaldo Veloso Borges caracterizava sua impunidade e o poderio do bloco agroindustrial, dando um golpe branco que desmoralizava o poder legislativo e o próprio poder executivo, na medida em que o chefe do governo anunciava providências para punição do crime que traumatizou a população, pelas proporções das suas possíveis conseqüências.

2. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

(17 de abril de 1962)

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados²⁸, constituída para estudar as causas e implicações do fenômeno sócio-econômico que deu origem ao aparecimento das Ligas Camponesas, chegou à Paraíba quinze dias após o trucidamento de João Pedro Teixeira. Era composta pelos Deputados Andrade Lima Filho, Carlos Gomes, Clidenor Freitas, Neiva Moreira, Armando Storni, Ivan Bichara, Temperani Pereira, Antonio Gonzaga e Abelardo Jurema, representantes do PSD, PTB, UDN e PSP. Foram eleitos para Presidente da Comissão o deputado Andrade Lima Filho, para Vice-Presidente o deputado Carlos Gomes, para Relator o deputado Clidenor Freitas e para Revisor o deputado Neiva Moreira.

Na medida em que as Ligas extremaram sua prática política, seriam objeto de investigação do Poder Legislativo, enquanto os latifundiários iniciavam rápido processo de articu-

²⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Comissão Parlamentar de Inquérito*. Brasília, 1962.

lação de classe para proteger a propriedade privada.

Na Paraíba, a maior coincidência foi a criação da Associação dos Proprietários Rurais exatamente no período do assassinato de João Pedro Teixeira. Era a primeira etapa do endurecimento do bloco agroindustrial.

Em João Pessoa, o clima, em meados de abril de 1962, era de inquietação. Os deputados federais instalaram-se na Assembléia Legislativa da Paraíba e iniciaram os trabalhos ouvindo o professor e agrônomo Francisco de Assis Lemos, Presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. O líder urbano do campesinato falou sobre o fenômeno do camponês, suas dificuldades, sua insegurança, sua fome e, como consequência, o surgimento da Liga Camponesa, cujo projeto era organizar o campesinato em defesa de seus interesses, negando qualquer caráter subversivo que lhes quisessem dar os latifundiários.

Preocupada em conhecer a opinião de todos os segmentos da sociedade paraibana²⁹, a Comissão ouviu o depoimento de Pedro Inácio de Araújo, conhecido entre os camponeses como Pedro Fazendeiro, porque foi vendedor de tecidos nas cidades da Várzea do Paraíba. Como mascate, inteirou-se da vida dos lavradores e com eles criou relações de amizade. Depois, deixou o comércio e adquiriu um sítio na propriedade de Pedro Ramos Ribeiro Coutinho e ali passou a viver com sua família, trabalhando na cultura de mandioca, banana e árvores frutíferas. Com a criação da Liga Camponesa de Sapé, foi convidado para a diretoria e o proprietário exigiu que ele abandonasse

²⁹ A Comissão Parlamentar de Inquérito ouviu igualmente o governador Pedro Gondim, o arcebispo Dom Mário de Miranda Villas Boas e o escritor e político José Américo de Almeida.

a terra, ao que Pedro reagiu recorrendo à Justiça.

Aí começaram as perseguições. No dia 23 de dezembro de 1961, sofreu atentado à bala numa das ruas centrais de Sapé. O líder camponês, mesmo acamado, com a perna esquerda fraturada por bala calibre 45mm e dois projéteis na omoplata esquerda, relatou com detalhes a resistência do campesinato paraibano e a prepotência dos proprietários rurais.

Os principais representantes do Grupo da Várzea, envolvidos no assassinato de João Pedro Teixeira, foram igualmente ouvidos na Assembléia Legislativa. Aguinaldo Veloso Borges, Eitel Santiago e Joacil de Brito Pereira dedicaram seus pronunciamentos à defesa dos proprietários rurais, considerando a arregimentação dos lavradores, naquele Estado e em todo o Nordeste, como coisa de comunista destinada a subverter a ordem e a lei do país: Acusaram as lideranças camponesas de receptores de armas ilegais³⁰ destinadas a promover a revolução sangrenta no Brasil. Os três foram unânimes em defender a reforma agrária, mas acentuaram que a propriedade precisava ser defendida a qualquer preço...

O desembargador João Santa Cruz de Oliveira prestou depoimento historiando o drama do campesinato paraibano, denunciando duramente os latifundiários do Estado, que não tinham sensibilidade para compreender o fenômeno social da época.

O Grupo de Parlamentares ouviu, na Sede da Liga Camponesa de Sapé, as palavras de dois camponeses que exerciam pa-

³⁰ Pedro Fazendeiro foi baleado por arma privativa das Forças Armadas.

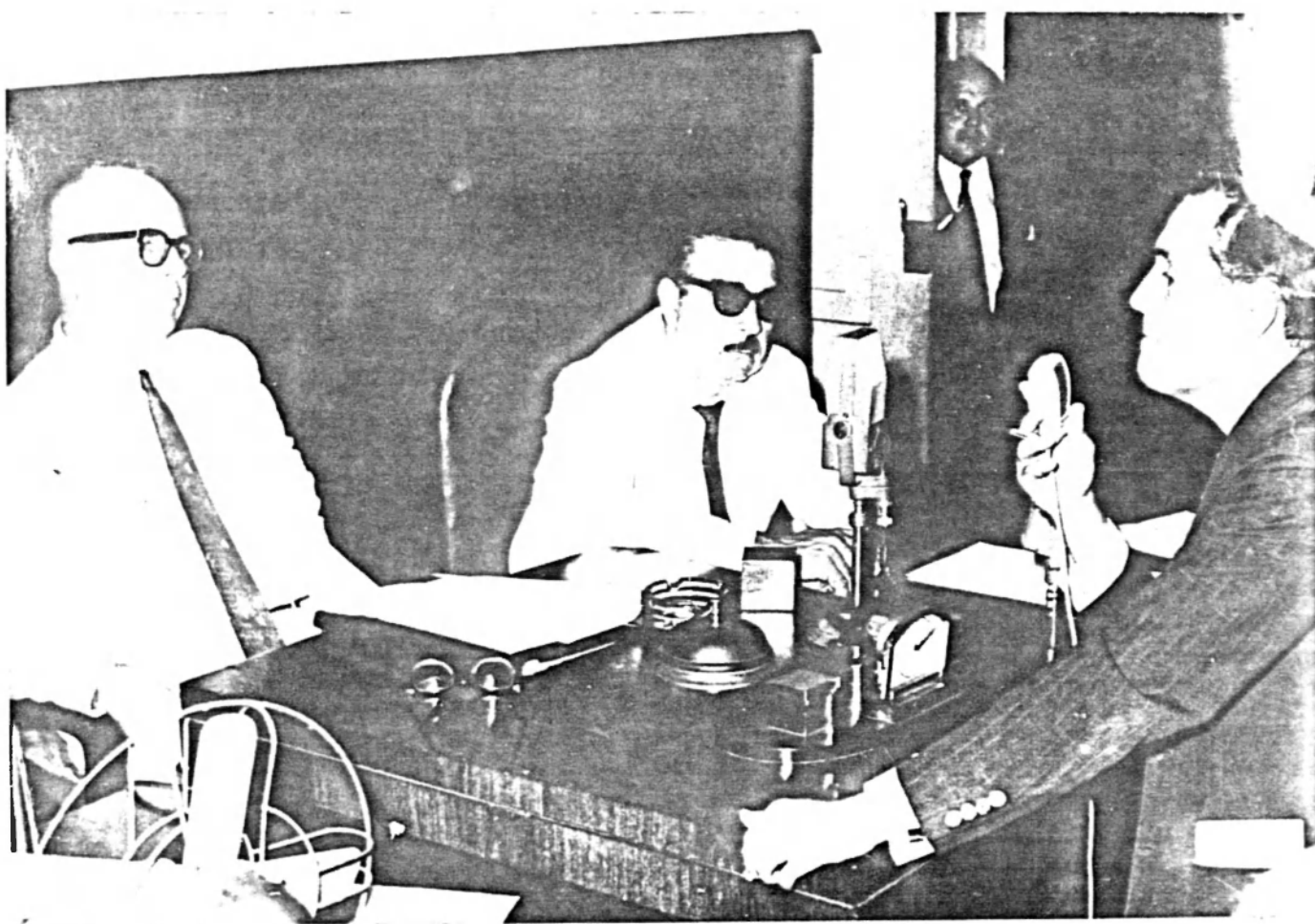
péis de liderança: José Anódino Filho e João Alfredo Dias, cujos relatos demonstraram a luta implacável a que estavam submetidos os camponeses sem terra.

Pelos depoimentos das viúvas de João Pedro Teixeira e Alfredo do Nascimento, conheceram a descrição do sofrimento humano de um segmento de classe que principiava seu rompimento com a exclusão política e social.

Em breves palavras, Elizabete Teixeira definiu o início do processo de politização das massas camponesas paraibanas:

Os camponeses frequentavam muito a minha casa. Há dias que lá vão cinqüenta, sessenta, oitenta camponeses. E lá sempre leio os jornais, com pouca leitura que tenho, que fiz o segundo primário. Meu pai não podia me manter na escola porque era muito pobre e eu trabalhava na roça. Mas os camponeses não sabiam ler, e iam aos domingos com os jornais, às vezes iam sessenta, oitenta camponeses para ouvir a leitura dos jornais. Todo mundo admirava a casa de João Pedro. O próprio Antonio Vitor, esse vereador, quando passava com a camionete para entregar a mercadoria lá da venda, dizia: A casa de João Pedro está cheia de camponeses. Eu cuidava da casa logo cedo, que levanto às quatro ou quatro e meia e ia ler os jornais para os camponeses. A minha atividade é que era essa. Mas meu marido é que era da Liga.³¹

³¹ DEPOIMENTO de Elizabete Teixeira. Comissão Parlamentar de Inquérito. Brasília, 1962.



Assembléia Legislativa da Paraíba. João Pessoa, abril de 1962. Depoimento do Prof. Francisco de Assis Lemos de Souza à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal. Da esquerda para a direita: deputados Jacob Frantz e José Joffily (convidado).

3. 1º DE MAIO DE 1962.

Primeiro de maio de 1962. João Pessoa parou. Pararam as lojas, as igrejas, as repartições públicas. As ruas da cidade ficaram repletas com a presença de 4 mil camponeses em passeata, portando cartazes de apoio à Reforma Agrária, à sindicalização rural, à luta contra o latifúndio e, sobretudo, pela punição dos assassinos dos líderes sacrificados em março e abril daquele ano.

Três semanas antes, lavradores paraibanos, com o apoio de deputados estaduais, da Associação Paraibana de Imprensa, da União Nacional dos Estudantes, de Sindicatos de diversas categorias, do Movimento Nacionalista e outras associações de classe tentaram realizar passeata de protesto contra a morte de João Pedro Teixeira, no *Ponto de Cem Réis*, no centro de João Pessoa, sendo reprimidos por tropas do IV Exército e presas as principais lideranças camponesas:

A Federação das Ligas Camponesas da Paraíba torna público que, em virtude de ter sido surpreendida com medidas militares das autoridades federais (detenção de seus principais líderes) resolveu adiar sem dia determinado a grande passeata dos camponeses programada para amanhã.

Deste modo, evita-se que os motivos justos e pacíficos da manifestação possam servir de pretexto para atos de violência e de derivativo para a não apuração do bárbaro assassinato do dirigente camponês João Pedro Teixeira, cujos responsáveis tudo fazem para que o crime, que tanto revoltou a opinião pública, fique impune.

Espera a Federação que o governo do Estado cumpra a sua missão de apontar

pelos meios legítimos os executores e mandantes do bárbaro crime.

João Pessoa, 9 de abril de 1962.

Diretoria.³²

Os assassinos do líder camponês foram apontados à imprensa e sua ligação com os fazendeiros do bloco agroindustrial denunciada à opinião pública.

A questão atingiu o noticiário nacional. O Ministro Tancredo Neves declarou em rede nacional que a tensão na Paraíba colocava a Reforma Agrária em evidência no país.

As pressões do aparelho repressivo do Estado sobre as instituições públicas levaram o Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba a enviar telegramas ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Guerra, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal pedindo garantias para o Poder Judiciário paraibano, frente à ação inexplicável do IV Exército, chefiado pelo General Artur da Costa e Silva.

Na paranóia de caça à subversão, subvertia-se a ordem pública:

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba torna público que, em sessão plenária extraordinária, realizada hoje às 17 horas, tomando conhecimento da violação arbitrária do domicílio da Juíza de Direito da Comarca de Cabedelo Dra. Helena Alves de Souza, por uma patrulha do Exército, armada de metralhadoras, sob o comando de um Capitão, bem como dos vexames a que foi submetido o juiz de Alagoa Nova, Bacharel Gentil Cunha França, quando da viagem para esta capital, por tropas do mesmo Exército, de-

³² O NORTE. João Pessoa, 10 de abril de 1962.

liberou, por unanimidade de votos, com a solidariedade da Procuradoria Geral do Estado, formular veemente e enérgico protesto junto a S. Excia o Ministro da Guerra, com o pedido de abertura de inquérito policial-militar indispensável a apuração do fato criminoso...

*Onesipo Aurélio de Novais.
Dezembargador na Presidência³³ do
Tribunal de Justiça.*

Em pleno regime constitucional, foram absurdas e injustificáveis as violências partidas do IV Exército que, antes, deveria garantir a lei, a autoridade da justiça e a liberdade dos cidadãos.

Nem mesmo na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Deputados o General Costa e Silva conseguiu demonstrar isenção de ânimo no que se refere à problemática dos camponeses.

O comandante do IV Exército, General Costa e Silva, homem rude e desconfiado, agressivo e intransigente defensor dos latifundiários não tolera manifestações populares e mantém vigilância permanente sobre os líderes camponeses, cujas casas manda invadir à procura de armas. Acha que os grandes usineiros são excessivamente generosos para com seus moradores, aos quais dão a mais completa assistência.

Citou mesmo a obra social do Comendador Renato Ribeiro como exemplo completo de altruísmo. Para o general Costa e Silva, o que há é propaganda custeada pelos contrabandistas. Quanto à ordem ele assegura com suas tropas.³⁴

³³ O NORTE. João Pessoa, 10 de abril de 1962.

³⁴ CÂMARA DE DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito. Brasília, dezembro, 1962. p. 10 e 11.



João Pessoa, 19 de maio de 1962. Camponeses em marcha.

Foto 1



João Pessoa, 19 de maio de 1962. Camponeses em marcha.

Foto 2



João Pessoa, 19 de maio de 1962. Camponeses em marcha.

Foto 3



Parque Solon de Lucena. 19 de maio de 1962.

Foto 4. Da esquerda para direita: deputado Francisco Julião, Roberto Morena, um militante não identificado, Filha de Pedro Fazendeiro, deputado José Joffily, Francisco de Assis Lemos e o Governador Pedro Gondim.

Nesse contexto de confrontação política, o pacto vigente do bloco agroindustrial tinha seus suportes abalados. Explica-se por isso a organização dos donos de terras contra as Ligas Camponesas, fundando a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APREP), conhecida no meio do povo como LILA (Liga dos Latifundiários).

Decretou-se, no plano federal, estado de emergência para o Nordeste. O governador Pedro Gondim se dispôs a alienar terras do Estado da Paraíba à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, para que esta promovesse um programa de revenda aos camponeses. Na verdade, o governador ganhava tempo em malabarismos e adiava uma tomada de posição política. Apesar de tudo, as manobras governistas não detinham o crescimento das Ligas Camponesas.

Dois meses depois da morte do líder João Pedro Teixeira, seu filho menor, de onze anos, foi atacado a tiros de fuzil em Sapé³⁵.

A concentração de 1º de maio marcou a união entre camponeses e segmentos urbanos na primeira grande manifestação pública pró-reforma agrária da história política da Paraíba. Foi, antes de tudo, demonstração de força e pujança do camponato, compondo um bloco monolítico com estudantes e operários.

O movimento camponês tomava dimensão que preocupava as lideranças populistas no plano nacional e as classes conservadoras, que desejavam manter a estrutura agrária da grande

³⁵ A tragédia humana da família Teixeira inseriu-se no contexto do camponato paraibano. Meses depois a filha mais velha de João Pedro se suicidou em Sapé inconformada com a impunidade dos assassinos de seu pai. LIGA. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1963.

propriedade e do monopólio da terra. As Ligas Camponesas alteravam o processo produtivo e superavam a própria organização operária sindical minada por disputas de facções. Não que o campesinato fosse homogêneo. As contradições doutrinárias atingiam as Ligas Camponesas, mas as relações entre as forças internas pareciam aos olhos do público coesas. As lutas decorriam tanto da composição heterogênea quanto da amplitude política assumida pelas Ligas Camponesas no interior da sociedade.

As divergências ficaram evidentes no transcurso do ato público no dia internacional do trabalho. Entre os oradores que ocuparam a tribuna no Cassino da Lagoa (Parque Solon de Lucena), estavam o governador Pedro Gondim, o deputado federal José Joffily, o líder Francisco de Assis Lemos, o líder Francisco Julião e o líder comunista Roberto Morena entre outros.

Enquanto o discurso do líder pernambucano expressou o pensamento das facções dissidentes do PCB, o pronunciamento das lideranças paraibanas representava o contrário, mostrando alianças com os segmentos liberais e mesmo com o Estado populista e reformista de João Goulart e com o gondinismo, representado no palanque pelo próprio Governador do Estado.

O pronunciamento do Governador Pedro Gondim tentou conciliar antagonismos de classes irreconciliáveis. Seu objetivo era voar alto e distanciar-se das tragédias de Miriri e Sapê, que lhe tocavam os pés.

Como vaga alusão aos mártires operários de Chicago, dirigia seu discurso para os operários urbanos e ignorava os líderes camponeses paraibanos mortos dias antes.

Vencestes no plano universal a fase mais difícil, não sem sacrifício e sem mártires, porque sempre os condenados de "ontem" serão os consagrados do "amãnhã", advertência histórica para recalitrantes e desajustados...

O movimento operário, na sua grandeza universal, onde inseparavelmente sois agentes e beneficiários, não pode mais sofrer paradas nem recuos, e está em vós próprios a segurança deste processo de profundidade e de expansão...

Que Deus reconduza o homem àquela "sua imagem e semelhança" e, então, possam todos viver e sentir na dignidade, na beleza e nos direitos de sua família operária.³⁶

4. VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(29 de julho de 1962)

O Presidente João Goulart, depois da concentração camponesa de primeiro de maio, em João Pessoa, dirigiu-se ao campesinato paraibano dando o enfoque do governo sobre a reforma agrária³⁷. A crise gerada pela organização dos camponeses continuava sem solução e poderia provocar quadro imprevisível. O governo federal desgastava-se com as modificações no panorama político do país e apreensões no sistema de segurança continental. Círculos conservadores ligados ao Presidente da República admitiam a possibilidade de entendimento com o bloco agroindustrial e o estabelecimento de um "pacto pelo alto".

³⁶ A UNIÃO. João Pessoa, 3 de maio de 1962.

³⁷ A UNIÃO. João Pessoa, 8 de julho de 1962.

Mesmo assim travou-se intensa batalha política contra a visita de João Goulart à Paraíba. Os latifundiários enviaram todos os esforços para impedi-la. Quando suas manobras malograram, lançaram manifesto através da Associação dos Proprietários Rurais considerando o presidente "um visitante indesejável"³⁸. O panfleto distribuído em João Pessoa, no dia da chegada do presidente, expressava a derrota dos latifundiários, ante a demonstração de unidade e organização do camponato paraibano.

Evidentemente, os proprietários rurais da Paraíba e demais componentes das classes produtoras caíram em um lógro. Primeiramente, convenceram-nos a cancelar o envio do emissário ao Rio e à Brasília, para levar memorial ao primeiro magistrado do País, esclarecendo-lhe do que aqui se passava. Depois divulgaram a notícia de que Sua Excelência não mais viria à Paraíba, ou se viesse não seria nunca para dar estímulo às atividades desagregadoras. Depois fizeram crer que o presidente João Goulart aceitaria as demonstrações de apreço de todas as camadas sociais e, portanto, também dos proprietários rurais do Estado. Por último, essa recepção se tornou inviável, sob a alegação de que não seria lícito alterar o programa pré-estabelecido. E tal desculpa nos foi dada já à última hora quando não seria possível mais pôr em prática o plano primitivo, do comício de protesto.³⁹

Era 29 de julho de 1962. O Presidente desembarcou às 14 horas no aeroporto Castro Pinto, na cidade de Santa Rita, e seguiu para o Palácio da Redenção na capital.

³⁸ Entrevista concedida ao CPDOC/FGV pelo ex-deputado da UDN, Joacil de Brito Pereira. João Pessoa, 1978.

³⁹ NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962.

A comitiva presidencial compunha-se dos Ministros da Agricultura, Renato Costa Lima, do Trabalho, Hermes Lima, da Viação, Hêlio de Almeida, do General Amaury Kruehl, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, do economista Celso Furtado, Superintendente da Sudene, do embaixador João Dantas, de Assessores do Gabinete Civil e jornalistas, entre os quais estavam Austregêsiло de Athayde dos "Diários Associados" e Samuel Weiner⁴⁰.

No aeroporto, o Chefe de Estado foi recebido pelo Governador Pedro Gondim, Generais Costa e Silva, Comandante do IV Exército, José Sinval Lindemberg, Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, toda a oficialidade do 15º Regimento de Infantaria, da 23ª C.R., pelo Capitão dos Portos, Tasso Rabelo Pires, além da oficialidade da Polícia Militar do Estado, que se faziam acompanhar do Comandante Coronel Renato Marcario de Brito, além de políticos de vários partidos.

A população da capital assistiu à passagem de João Goulart e Pedro Gondim em carro aberto até o Cassino da Lagoa onde estava montado o palanque presidencial. A movimentação no centro de João Pessoa era intensa. Multidão de homens e mulheres maltrapilhos e com sinais visíveis de subnutrição espelhavam a imagem do campesinato paraibano. Segmentos urbanos viam com receio aquela caminhada silenciosa de camponeses cruzando a zona comercial. Na Rua Duque de Caxias, imperava atmosfera de tensão. Entre a curiosidade e o receio, populares se dirigiam para as imediações do Palácio da Redenção, enquanto as duas emissoras de rádio noticiavam a chegada do

⁴⁰ O NORTE. João Pessoa, 31 de julho de 1962.

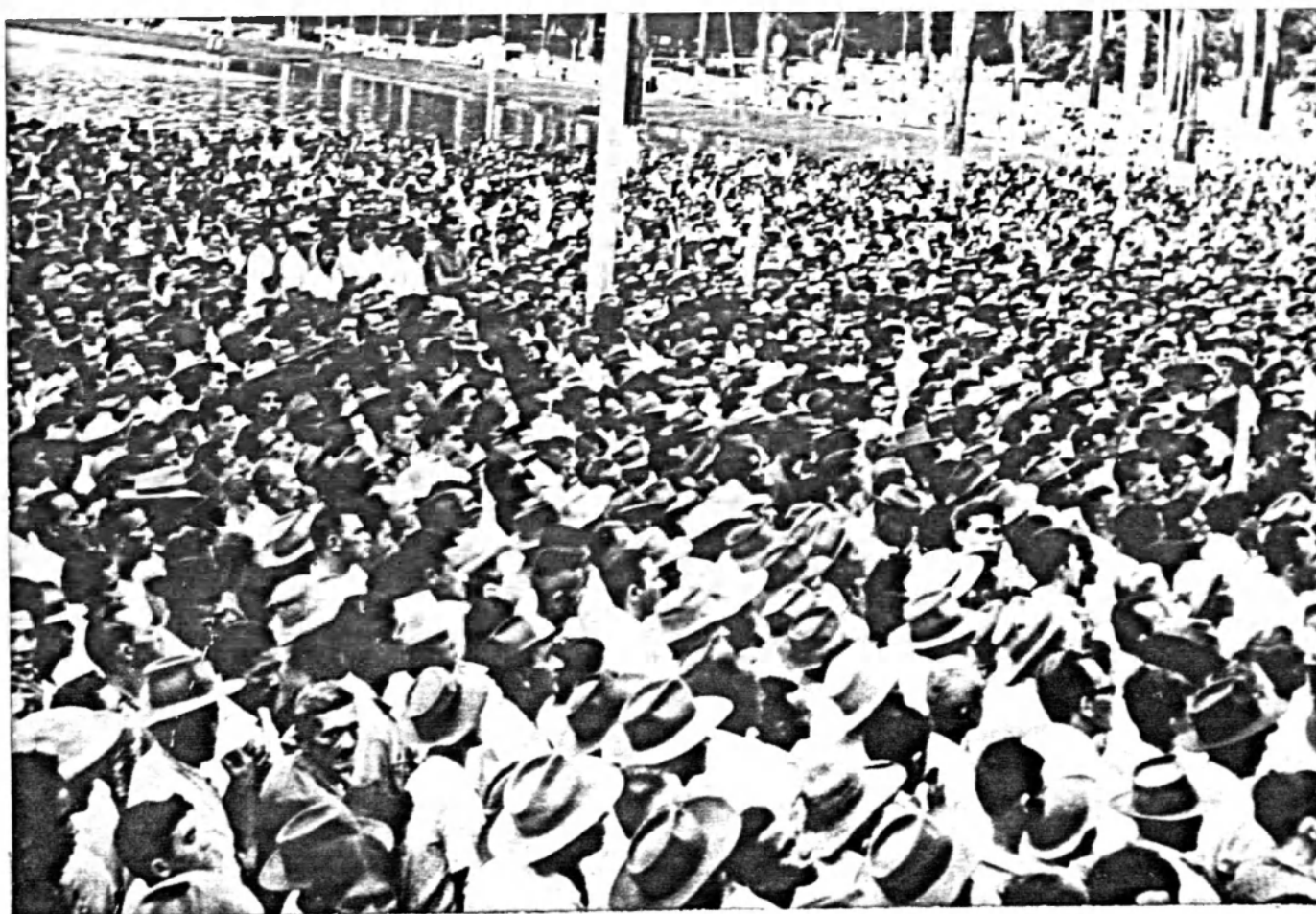
Chefe da Nação no Parque Solon de Lucena. Em frente ao Convento de São Francisco, dentro da Faculdade de Direito, no meio da Praça João Pessoa, as pessoas só falavam do movimento camponês.

Foi uma concentração das maiores da história política da Paraíba. Os camponeses percorreram quilômetros e quilômetros, a pé, pela madrugada, para chegar cedo aos locais de concentração dos caminhões alugados pelas Ligas Camponesas. Vinham sem comer e sem dormir para ver de perto o Chefe da Nação.

O escritor Rui Facô, enviado especial de Novos Rumos, registrou com precisão o histórico acontecimento.

*A massa camponesa procedente dos municípios onde funcionam as Ligas — não mais de uma dezena — invadiu literalmente a capital paraibana, cuja população é de uns 150 mil habitantes. Naquele domingo tranquilo, os 200 ônibus e caminhões, os 12 vagões ferroviários, literalmente repletos de trabalhadores rurais — muitos em pé nos veículos — despejaram em João Pessoa cerca de 12.000 camponeses. Desde a Praça da Estação, pelas ruas centrais da cidade, até o Parque Solon de Lucena, a grande massa de homens rústicos, com sua roupa de brim, suas alpargatas, seus infalíveis chapéus, deu a nota dominante em meio à multidão. Era o campo na cidade. Nada de demonstrações de alegria ou entusiasmo. Era uma presença sóbria, mas grave, pesada, impressionante. Ali estavam não para tributar homenagem ao Presidente, mas para com ele se encontrarem e dizer-lhe que existiam, que se haviam levantado, que se estavam constituindo numa força que reclama voz ativa nos assuntos do país.*⁴¹

⁴¹ NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962.



Parque Solon de Lucena. João Pessoa, 29 de julho de 1962.
Presidente João Goulart fala aos camponeses.

No comício, quatro oradores transmitidos em Cadeia Nacional: o Presidente da República, o Governador Pedro Gondim, o deputado federal José Joffily e o professor Francisco de Assis Lemos.

Francisco Julião, presente, não falou porque a sua discordância com o movimento camponês paraibano era tácita. De igual modo, o líder fidelista pernambucano não poupava críticas ao presidente, pressionando-o no sentido da radicalização da reforma agrária.

Na manifestação pública da Lagoa, João Goulart fez um discurso vago, surpreendendo as lideranças urbanas do campesinato paraibano que esperavam, ao menos, demonstração de repúdio pelos assassinatos recentes de Alfredo Nascimento e João Pedro Teixeira.

O Presidente da República revelou o desejo de uma "conciliação pelo alto". O que assustou João Goulart foi o sectarismo da cubanização se alastrando pelo país. Comprometido com a política externa do hemisfério, João Goulart era cobrado pela tolerância com que assistia ao crescimento das Ligas Camponesas no Nordeste. Não se deve esquecer que a melhor forma de hostilizar a política de Washington era exaltar o governo Fidel Castro e facilitar a ida de jovens para se exercitarem nos campos de guerrilha de Sierra Maestra. Essa polaridade de natureza ideológica entrelaçava as relações entre os usineiros e o campesinato.

O Chefe do Governo falou sobre a política de desenvolvimento e dos planos para salvação do Nordeste e sua integração na economia nacional. Prognosticou uma reforma agrária que atendesse às condições peculiares do país e aos princípios

cristãos e democráticos do povo brasileiro. Excluiu, com veemência, as experiências de reformas agrárias da Rússia, da China Comunista e Cuba, afirmando *"não se adaptarem ao país, nem às aspirações dos camponeses brasileiros"*⁴². Defendeu as reformas de base, avalizando que *"elas não transformariam o trabalhador em empregador nem o proprietário em trabalhador, mas que trariam o bem-estar de todos"*. Nas entrelinhas estava implícito o objetivo de não tocar nas estruturas econômicas, pacificando o povo com algumas promessas e garantindo a dominação das oligarquias tradicionais.

Frustrando as expectativas do Campesinato, João Goulart dedicou parte de seu tempo ao Chefe do Grupo da Várzea, o Comendador Renato Ribeiro Coutinho, neutralizando a nota redigida pelo deputado Joacil de Brito Pereira.

*O Presidente João Goulart manteve no Palácio da Redenção cordial palestra com o industrial Renato Ribeiro Coutinho, durante a qual o Presidente da "Federação do Comércio da Paraíba" fez entrega de um relatório referente ao setor social das Usinas que dirige na Várzea do Paraíba.*⁴³

O discurso de Pedro Gondim era igualmente por todos aguardado. Mais uma vez o governador contornou o problema da violência e jogou para o Presidente da República toda responsabilidade da luta de classes.

⁴² O NORTE. João Pessoa, 31 de julho de 1962.

⁴³ O NORTE. João Pessoa, 31 de julho de 1962.

É muito grave, Sr. Presidente, a responsabilidade de Vossa Excelência ao pisar o solo paraibano e abraçar a gente tabajara e, para nós, constrangedora essa advertência, só igual na sua intensidade, à honra de receber o Primeiro Magistrado...

Tenta-se, hoje, na própria automaticidade das transferências e dos apelos, depositar nas suas mãos tão grandiosas a difícil missão: aplacar o desespero da fome, erradicar o complexo de miséria, corrigir campos e semear causas de confiança e amor para a confraternização social...

A imprensa nacional notificou o Brasil da importância inovadora do pronunciamento e ação de Sua Excelência na Paraíba. Seja então, Presidente, a mão que acione a chave, o marco entre duas épocas.⁴⁴

O autor de *Cangaceiros e Fanáticos* definiu com rigor o plano político de Pedro Gondim para enfrentar a questão agrária na Paraíba.

Vi a frieza com que receberam o discurso indefinido e tímido do governador Pedro Gondim, porque o governador não fez uma referência sequer às Ligas Camponesas, a seu movimento, à sua luta pela reforma agrária. Gondim parecia um homem entre dois fogos. Entre o poder econômico e a influência política que ainda possuem os latifundiários, de um lado, e o despertar da massa camponesa, de outro, parecia um homem atarantado. Devo acrescentar que o governador Gondim tem resistido muitas vezes a pressões dos latifundiários contra as Ligas, mantendo atitudes democráticas. Mas parece temer uma quebra de equilíbrio, recear que as vagas do movimento camponês vão rebentar mais fortemente às portas do Palácio. Pretende conservar-se neutro entre duas tendências antagônicas:

⁴⁴ A UNIÃO. João Pessoa, 31 de julho de 1962.

*a das Ligas, que reclamam terra, e a dos latifundiários, tradicionalistas e retrógrados, que se aferram de unha e dentes a seus feudos imensos e aos privilégios antigos, ambos ameaçados.*⁴⁵

A demonstração de unidade e força das Ligas da Paraíba traduziu a reafirmação dos camponeses em prosseguir na luta pela terra, pela reforma agrária e mesmo pelas reivindicações imediatas que significassem melhoria de suas condições de existência.

A visita presidencial terminou como vitória política do campesinato paraibano.

5. VIOLÊNCIA EM ITABAIANA

(11 de setembro de 1962)

A postura do governo da Paraíba e dos seus representantes eleitos pelo voto popular estimularia ainda mais os confrontos.

Na reconstituição histórica do papel das Ligas Camponesas e do campesinato que levantariam a Paraíba, na década de 1960, deve-se incluir o espancamento de que foram vítimas o Professor Francisco de Assis Lemos e o camponês Pedro Fazendeiro na Sede da Liga de Itabaiana.

Os dirigentes das Ligas Camponesas encontravam-se, na manhã de 11 de setembro de 1962, redigindo manifesto dirigido aos lavradores daquela região quando foram surpreendidos pe-

⁴⁵ NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962.

lo ataque dos latifundiários Manfredo e Milton Veloso Borges, sobrinhos de Aguinaldo Veloso Borges, acompanhado de oito campangas armados de revólver.

Desarmados, não ofereceram resistência à agressão. Francisco de Assis Lemos ainda conseguiu fugir dos agressores, procurando auxílio no Comissariado de Polícia, que estava deserto. Feridos gravemente, foram hospitalizados na capital paraibana.

O atentado teve repercussão nacional. O desembargador João Santa Cruz telegrafou ao deputado José Joffily em Brasília, comunicando o acontecimento que seria denunciado na Câmara dos Deputados.

Em João Pessoa, a opinião pública ficou estarrecida e a Associação Paraibana de Imprensa manifestou o seu protesto através de nota oficial:

A Associação Paraibana de Imprensa manifesta o seu mais veemente protesto pelo ato de banditismo de que foram vítimas o professor Assis Lemos e o líder camponês Pedro Fazendeiro, na cidade de Itabaiana levado a efeito, na manhã de ontem, por odiosos sicários a serviço do latifúndio.

Manifestando às vítimas dessa brutalidade vergonhosa a sua solidariedade fervorosa, os jornalistas paraibanos fazem sentir às autoridades deste Estado a necessidade imperiosa de responsabilizar, sem perda de tempo, em toda a plenitude do seu crime, os bandidos aliciados pelo latifúndio para matar e espancar todos aqueles que se levantam em defesa dos camponeses contra a exploração e a miséria.⁴⁶

*Adalberto Barreto
Presidente*

⁴⁶CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 12 de setembro de 1962.

Em face da opinião pública e das pressões das forças progressistas, o governo do Estado tentou manter a mesma "neutralidade e energia" que o caracterizaram na apuração das violências anteriores...

A Secretaria do Interior, em Nota Oficial, tornou pública a determinação do governador em apurar e elucidar as ocorrências em Itabaiana⁴⁷, coincidindo a mensagem com o espírito do editorial do órgão de imprensa do Palácio da Redenção:

O governo da Paraíba com serenidade e energia, dentro da posição de equilíbrio e de imparcialidade em que se firma, não estimula nem tolera atentado e violência a quaisquer cidadãos paraibanos, pobres ou ricos, proprietários ou camponeses, trabalhadores ou patrões, empregados ou empregadores, unindo indistintamente os criminosos, os agressores, os que pretendem justificar com as próprias mãos, sejam quais forem as suas condições políticas, sociais,⁴⁸ religiosas, econômicas e ideológicas.

Na medida em que se aproximavam as eleições de 1962, sucediam-se as cobranças dos Grupos de Vanguarda da Paraíba e o governo a tudo assistia com indiferença. Protelava medidas concretas, limitando-se à publicação de notas oficiais, em cujo teor afirmava estar elucidando os acontecimentos. Naturalmente, elucidando os fatos com os implicados nas ruas e dentro do Palácio da Redenção, na medida em que eram aliados na disputa de votos.

⁴⁷ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 13 de setembro de 1962.

⁴⁸ A UNIÃO. João Pessoa, 13 de setembro de 1962.

"Os espancadores de Assis Lemos estiveram com o governador, depois do massacre de Itabaiana, só para dizer que não poderiam ser presos nas vésperas das eleições, pois são partidários do governo e precisam lutar pela sua vitória"⁴⁹.

Comprovada a aliança entre bloco agroindustrial com o governo do Estado, a Associação dos Proprietários Rurais buscava apoio nos seus representantes na Câmara de Deputados: Luiz Bronzeado, Humberto Lucena, João Agripino e Raul de Góes. Destes, alguns financiados pelo IBAD. Alegavam defesa dos brios e honras da família Veloso Borges e desmentiam a gravidade do atentado: "... dois jovens membros da família Veloso Borges, num ímpeto de justa revolta praticaram deforço pessoal contra o agrônomo Assis Lemos e o agitador Pedro Fazendeiro, nos quais produziram lesões corporais de natureza leve"⁵⁰.

Duas vozes se levantaram para condenar a arbitrariedade do Grupo da Várzea. O Padre Juarez Benício, da Juventude Universitária Católica⁵¹, e o deputado José Joffily que, em entrevista à imprensa, afirmou:

*Encontro a minha terra ultrajada. Vejo no atentado cometido contra o professor Assis Lemos e o líder camponês Pedro Fazendeiro um escárnio à Paraíba. O que porém é mais degradante é a garantia da impunidade. Entendo, assim, que o Sr. Pedro Gondim já não é mais um pândego, pior do que isso: desmascarou-se quando assegurou a impunidade dos capangas do latifúndio.*⁵²

⁴⁹ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 14 de setembro de 1962.

⁵⁰ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 14 de setembro de 1962.

⁵¹ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 19 de setembro de 1962.

⁵² CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 22 de setembro de 1962.

6. UM ANO SEM JOÃO PEDRO (1963)

O ano de 1963 iniciou, na Paraíba, com a violência ostensiva do aparelho repressivo do Estado. O Comandante do IV Exército, General Costa e Silva decidiu realizar manobras militares no Engenho Miriri com a finalidade declarada de intimidar o campesinato.

*Segundo apurou a nossa reportagem, realizar-se-á, dentro de breves dias, nas terras da Fazenda Miriri, importante manobra militar a cargo da guarnição do IV Exército. Numerosos contingentes de tropas serão inclusive deslocados do Recife e de outros pontos do território nordestino, sabendo-se que se elevarão a centenas os soldados que tomarão parte nos exercícios programados. Fontes militares dão conta de que as manobras incluem exercício de tiro real de metralhadoras, morteiros e até artilharia pesada, tendo sido já tomadas várias medidas no sentido da evacuação momentânea dos habitantes daquela zona. Ainda ontem, o Capitão Poti, do 15º Regimento de Infantaria, acompanhado de outro oficial superior do IV Exército esteve no Conselho Estadual de Desenvolvimento, juntamente com o acadêmico João Ramos, filho do proprietário da Fazenda "Miriri", solicitando a planta do levantamento procedido pelo CED em toda a área da fazenda.*⁵³

Desde o assassinato do líder Alfredo Nascimento, da Liga de Miriri, os camponeses, revoltados, ocuparam as terras do engenho, afastando o proprietário e mandante do crime Pe-

⁵³ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 4 de janeiro de 1963.

dro Ramos Ribeiro Coutinho.

O IV Exército, aliado aos proprietários rurais, procurava mistificar o quadro político e afastar de Miriri os camponeses para restabelecer a "ordem" (da burguesia agroindustrial paraibana).

Alertadas da situação, as Ligas Camponesas de Sapé e Miriri realizaram passeatas de protesto e conseguiram sustar momentaneamente o movimento de tropas.

Em fevereiro, a Liga Camponesa de Sapé completou quatro anos de existência. Na oportunidade, realizou-se, na cidade, uma concentração onde se fizeram presentes os camponeses da região.

No interior da Liga, usou da palavra Elizabete Teixeira, que lembrou o exemplo e a vida de seu marido João Pedro, assassinado pelos latifundiários do Grupo da Várzea. A camponesa revelou capacidade de comunicação e esclareceu aos ouvintes da necessidade da organização dos camponeses. Orientada por Julião, Elizabete pregou a reforma agrária radical como via única de libertação do campesinato.

Vários oradores discursaram, inclusive o deputado Francisco Julião e o estudante João Alfredo, orador oficial da Liga de Sapé. O ponto central de todos os pronunciamentos era a marcha pela revolução social sob a bandeira da "reforma agrária radical". Combatia-se a tendência reformista e o perigo do peleguismo, que poderia penetrar no movimento camponês para reduzir a luta de classes no campo. Em linguagem mais moderada, o desembargador João Santa Cruz enalteceu o exemplo de João Pedro Teixeira e apelou para a continuidade do

movimento "*pelas urnas ou pelas armas*"⁵⁴.

De certa forma, preponderava nas Ligas Paraibanas, o espírito de luta embasado nos limites da Constituição. O movimento camponês, na Paraíba, vinha conseguindo manter uma experiência democrática de organização que, a despeito de alguns instantes de radicalismo, era um exemplo claro da tendência de negociação do campesinato. A direção do movimento camponês apontava, dentro do esquema de revezamento no poder das lideranças, novas concepções da revolução brasileira, afastando-se a possibilidade de solução pacífica e buscando-se o confronto e a luta aberta com o Grupo da Várzea. O discurso de encerramento do advogado das Ligas Camponesas da Paraíba, Bento da Gama Batista, radiografou o clima tumultuado do momento e conclamou os camponeses para a luta "*com flores ou com sangue*"⁵⁵.

Um ano após a morte de João Pedro Teixeira, a transição do governo ao Grupo da Várzea era absoluta.

Sem argumento nem credibilidade pública, protegia seus correligionários, mantinha compromissos políticos com os latifundiários e descumpria a Constituição.

A opinião pública compreendia que o governo, nos seus pronunciamentos, despreocupado em defender princípios, interesses e a segurança da coletividade, com sua indecisão assegurava "os direitos" dos poderosos do Grupo da Várzea e afastava para longe os camponeses. O quadro era preocupante porque configurava, além da crise de confiança no governo, um descrédito geral nas autoridades constituídas.

⁵⁴LIGA. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1963.

⁵⁵LIGA. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1963.

A luta de classes continuaria ganhando expressão e dramaticidade com o acirramento dos conflitos no campo paraibano. Dentro desse quadro ideológico, ocorreria, em Sapê, no início de 1963, outro embate direto entre camponeses e proprietários. A classe dos latifundiários levaria a pior na luta, com o assassinato de um membro da diretoria da Associação dos Proprietários Rurais do Estado da Paraíba, Rubens Régis⁵⁶. Os camponeses da Fazenda Jucuri, no município de Sapê, reagiram de maneira enérgica contra a demolição de seus casebres pelos proprietários rurais com o despejo em massa de suas famílias. A Associação dos Proprietários Rurais assumiria a defesa de seu "mártir" e convocaria os anti-comunistas para uma cruzada fúnebre no cemitério Senhor da Boa Sentença, em João Pessoa.

A.P.R.E.P. (ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA)

CONVITE

A "Associação dos Proprietários Rurais do Estado da Paraíba" convida as autoridades, os proprietários paraibanos, parentes, amigos e admiradores do saudoso companheiro RUBENS RÉGIS, bem assim anti-comunistas e o povo em geral, para uma visita ao túmulo daquele bravo e infortunado mártir da contra-revolução, na Paraíba, miseravelmente trucidado no dia 13 do corrente, na Fazenda Jucuri, no Município de Sapê, neste Estado, por agentes da subversão vermelha.

Após a missa de 7º dia que a família e esta Associação mandarão celebrar, na próxima terça-feira, dia 19, às 7 horas, na Igreja do Rosário, bairro de Jaguaribe, desta Capital, far-se-á a chamada "visita de cova", no cemitério do Senhor da Boa Sentença.

⁵⁶ Antonio Brayner, correspondente do Jornal do Comércio do Recife, na edição de 15 de fevereiro de 1963, responsabilizou os camponeses de Sapê pelo acontecimento.

Por outro lado, o convite é igualmente feito para a sessão solene de homenagem póstuma que se realizará, às 9:30 horas, do mesmo dia 19, na sede da Associação Comercial de João Pessoa, especialmente cedida pela sua Diretoria.

a) — A DIRETORIA.⁵⁷

Incapaz para resolver os problemas de ordem pública no âmbito do Estado, o governador Pedro Gondim agredia com palavras a administração de Miguel Arraes do Estado de Pernambuco.

Volto a agravar-se, nos últimos dias, a situação da zona rural de Pernambuco, onde os camponeses, comandados por agitadores especializados, reiniciaram as invasões aos engenhos e fazendas da zona da mata, levando a inquietação, a intranquilidade e a insegurança aos senhores de engenho e de terras, num desrespeito inominável à Constituição e ao direito codificado de propriedade. Os fatos ocorridos no vizinho Estado do Sul assumem proporções de excepcional gravidade, levando-se em conta o sintoma de verdadeira rebelião que caracteriza a indébita apropriação de terras, levando a efeito por milhares de camponeses armados e municiados, numa demonstração de poderio bélico que põe em sobressalto as famílias dos proprietários agrícolas, sujeitas a vexames, a perigos e ameaças dos trabalhadores rurais guiados e insuflados por conhecidos e identificados provocadores interessados na implantação de clima de desordem, de confusão, de baderna e de anarquia, tanto no nordeste faminto e subdesenvolvido como em outras regiões da nossa Pátria.⁵⁸

O ataque ao governo popular de Pernambuco não fazia nenhum sentido, até porque Miguel Arraes não fugiu dos limi-

⁵⁷ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 17 de fevereiro de 1963.

⁵⁸ A UNIÃO. João Pessoa, 14 de julho de 1963.

tes constitucionais nem dos postulados da legislação em vigor. No entanto, seu governo deu espaço para as camadas populares utilizando-se das brechas do liberalismo e transformando o aparelho governamental num instrumento de democratização da relação governo-povo⁵⁹. O editorial "*Advertindo sobre a gravidade da situação de Pernambuco*", além de demagógico, distorcia manifestamente o significado de um governo que vinha conseguindo reduzir os conflitos no campo e obrigando os latifundiários ao cumprimento dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural. A realidade era mais complexa que a demagogia na qual se pretendia enquadrá-la. Isso foi ainda mais verdadeiro na medida em que a questão agrária envolvia o país, a braços com problemas multiformes, impossíveis de serem reduzidos à retórica de governantes descomprometidos com a massa camponesa.

Malaquias Batista, escrevendo sobre o aniversário da morte do líder camponês paraibano admitia o sacrifício e os ensinamentos de João Pedro como novo rumo na história das lutas populares no Brasil.

*Pode-se dizer que 2 de abril marca o ingresso de uma outra etapa no calendário da luta pela reforma agrária. É o Novo Testamento da inevitável revolução proletária. As armas do povo responderam "sim" ao desafio dos fuzis que assassinaram João Pedro. E é por isto que nesta edição comemorativa do desaparecimento do grande líder, é necessário que se faça já a sua biografia — que é o próprio diário da revolução agrária no Brasil.*⁶⁰

⁵⁹ AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. p. 106.

⁶⁰ LIGA. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1963.

Rendia frutos a lembrança de João Pedro. Milhares de camponeses se alistavam nas Ligas. Cresciam as mais antigas e fundavam-se novas. A de Sapê já contava com mais de dez mil associados em seu quadro, enquanto a de Mamanguape chegava a cinco mil com pagamento da mensalidade em dia. A repressão continuava com todo vigor, e o governo do Estado fingia-se desinformado e fechava os canais de participação das camadas populares do campesinato. Imaginava assim desarticular os camponeses e adiar a tomada de medidas indispensáveis reclamadas pelos segmentos urbanos da população para agilizar as decisões da justiça nas causas de interesse do homem do campo. Fechado no Palácio da Redenção, alimentava a atuação do Grupo da Várzea e o fisiologismo de representantes do poder legislativo, executivo e judiciário. No aniversário da morte de João Pedro surgiram diversas manifestações, desde a celebração de missas em cidades da Zona da Mata até a realização de comícios. Prosseguiram as denúncias do campesinato no sentido de encurtar a distância entre a massa camponesa e as instituições do Estado.

7. TRAGÉDIA DE MARI (15 de janeiro de 1964)

Em princípio de 1964, os camponeses mostraram a força de sua união enfrentando a violência dos proprietários do Grupo da Várzea.

A Frente de Mobilização Popular, em nome dos camponeses operários, estudantes, intelectuais e de todas as forças

populares empenhadas na luta de emancipação nacional, dirigiu-se ao povo da Paraíba para evidenciar a responsabilidade dos usineiros nos trágicos acontecimentos desenrolados no município de Mari, em 15 de janeiro de 1964.

Dando seqüência ao ritual simbólico das notas oficiais, o Governo do Estado comunicou ao povo paraibano um conflito no município de Mari envolvendo soldados da Polícia Militar, funcionários da Companhia Usinas São João e Santa Helena e Camponeses. Os latifundiários e seus agentes políticos mobilizaram todos os recursos para deturpar os fatos e convencer a opinião pública⁶¹ de que as ocorrências resultaram de agressão deliberada dos camponeses, quando foram eles os culpados pelo sangrento confronto em que perderam a vida dez pessoas. Já não dispondo dos jornais nem de emissoras de rádio, as forças progressistas recorreram a um *Manifesto ao Povo da Paraíba*⁶² a fim de esclarecer os acontecimentos.

... A Frente de Mobilização Popular se solidariza com a dor que atinge as vítimas ocasionais do conflito, deplorando a atitude maquiavélica dos usineiros e latifundiários que não pouparam a boa

⁶¹ Na imprensa, os principais aliados do Grupo da Várzea eram os jornalistas Antonio Brayner e Barroso Pontes. Ambos exageravam as notícias para comprometer o campesinato.

⁶² Assinaram o manifesto: Adalberto Barreto, Presidente da Frente de Mobilização Popular e da Associação Paraibana de Imprensa; João Ribeiro Filho, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria; Francisco de Assis Lemos, Federação das Ligas Camponesas; Rivaldo Cipriano, Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação; Luiz Bernardo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Luiz Hugo Guimarães, Presidente do C.G.I.; Figueiredo Agra, Presidente da Frente Parlamentar Nacionalista; Raimundo Nonato Batista, Presidente da União dos Portuários do Brasil; José Rodrigues Lopes, Presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba; Linduarte Noronha, Comando dos Trabalhadores Intelectuais; Tarcísio Fernandes, pela Ação Popular; Abdias Vilar, Presidente da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba e Humberto Vicente Araújo, Presidente da UPES.

fê e os sentimentos de gratidão dos seus funcionários administrativos, levando-os ao sacrifício de lutas injustas e criminosas que apenas correspondem aos seus interesses mesquinhos. Rubens Régis e agora Fernando Gouveia são vítimas dos processos usados por êsses homens que transformam cidadãos e pais de família em instrumentos do ódio⁶³ irracional que votam aos camponeses.

Precisava-se, em primeiro lugar, explicitar que o conflito não se deu em terras da Fazenda Santo Antonio do Grupo Ribeiro Coutinho⁶⁴. Os camponeses se encontravam preparando a terra para o plantio de milho e feijão em outra propriedade. O lugar exato da refrega foi a propriedade de Nezinho de Paula, situada à margem da estrada que liga Mari a Guarabira⁶⁵. Iniciado o preparo da terra, em meados de janeiro de 1964, o trabalho transcorria pacificamente, até que, na manhã do dia 15, os camponeses foram surpreendidos pela agressiva invasão de um grupo de pessoas, que superlotavam um jeep da Usina São João. Eram os invasores, chefiados pelo economista Fernando Gouveia e pelo agrônomo José Daniel Vieira⁶⁶ acompanhado por um filho. Dois sargentos da Polícia Militar do Estado, portando metralhadora e três vigias da Usina igualmente armados compunham o bando.

Configurava-se, ostensivamente, a aliança do bloco agroindustrial com o aparelho repressivo do Estado. Confirma-

⁶³ Este documento foi recolhido pelo autor, no centro de João Pessoa, um dia após o seu aniversário de dez anos, em 16 de janeiro de 1964.

⁶⁴ Os jornais da capital noticiaram inicialmente que o conflito ocorreu na Fazenda Santo Antonio, de propriedade da família Ribeiro Coutinho.

⁶⁵ NOTA OFICIAL sobre o Conflito de Mari. *Correio da Paraíba*. 16 de janeiro de 1964.

⁶⁶ Gerente da Companhia Agroindustrial Santa Helena em Sapé.

va-se, mais uma vez, a manipulação da Polícia Militar do Estado pelos usineiros. Na verdade, os policiais envolvidos na primeira etapa do conflito não pertenciam ao Destacamento de Mari, mas ao de Santa Rita.

*"Convém ressaltar que o destacamento policial que tomou parte inicialmente na luta, pertencia a outra jurisdição militar, comissariado do município de Santa Rita, não estando, conseqüentemente, sob o comando do Comissário de Mari"*⁶⁷.

Ao fazer este esclarecimento, o governo mergulhava em contradição. Os militares tinham sido levados ao local em diligência particular, isto é, mandados pela Usina São João localizada no município de Santa Rita. No primeiro round, os camponeses foram abordados pelo gerente da Usina, Fernando Gouveia que indagou pelo líder, com quem teria "contas a ajustar". Apresentou-se, então, o camponês Antonio Galdino, presidente do Sindicato Rural de Mari⁶⁸, estabelecendo-se acalorada discussão. De repente, dispara do grupo hostil uma rajada de metralhadora. Os camponeses que se haviam acercado dos invasores, alvoroçados pelo perigo e arrebatados pelo instinto de defesa, precipitaram-se impetuosamente contra os agressores, com seus instrumentos de trabalho resultando mortes e ferimentos em ambos os lados. Quando os trabalhadores já se retiravam, sob a emoção do combate, surgiu novo ataque de policiais vindos de Mari. Naturalmente, os camponeses repeliram a ofensiva utilizando armas tomadas no primeiro combate. Instantes depois, na capital paraibana, explodiria a

⁶⁷NOTA OFICIAL sobre o Conflito de Mari. *Correio da Paraíba*. 16 de janeiro de 1964.

⁶⁸A partir de 1963, depois dos Ministros progressistas Almino Afonso e Amaury Silva, centenas de cartas sindicais foram liberadas pelo Ministério do Trabalho. Em 1964 tanto a Liga de Sapê quanto a de Mari transformaram-se em sindicatos rurais.

reação dos latifundiários e usineiros da Várzea, acostumados à impunidade, prepotência e mandonismo político. Em frente ao Palácio da Redenção, improvisaram um comício de insultos, ameaças e provocações às autoridades da República e ao governo do Estado. A classe conservadora, fingendo-se de vítima, protestava em praça pública, exibindo os cadáveres de serviçais como trunfos contra o movimento camponês.

Entre os inflamados oradores estavam os deputados Joacil de Brito Pereira e Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho alertando o povo paraibano para "*o perigo do comunismo internacional*"⁶⁹. Na verdade, estavam receosos diante da afirmação das Ligas Camponesas e assustados com o repentino irredentismo de homens do campo, cuja secular docilidade garantia-lhes pelas urnas uma força oligárquica de ilimitada influência entre os três poderes, especialmente através do fisco e da polícia⁷⁰. Tudo se passava à semelhança de um motim de escravo na senzala que exigisse a mais brutal repressão. Pressionavam, publicamente, o governador Pedro Gondim e tentavam alterar a veracidade dos fatos para modificar o conceito que a classe média fazia do campesinato. Entretanto, no interior do Palácio da Redenção, manifestavam solidariedade ao Chefe do Estado juntamente com representantes do Clero Conservador, da in-

⁶⁹ O grupo de manifestantes da Várzea era constituído de 4 deputados estaduais e 1 deputado federal. Foram eles que promoveram o comício na porta do Palácio do Governo. Além dos oradores citados, falaram: Egídio Madruga, Joaquim Batista Brandão, Flavianio Ribeiro Coutinho, Alfredo Pessoa de Lima e Sindulfo Santiago. O protesto caracterizou-se pela violência dos discursos responsabilizando o Governo do Estado e o Governo Federal pela tragédia.

⁷⁰ As Ligas promoveram manifestação no Ponto de Cem Réis com a participação de centenas de estudantes e grande massa popular. Solidarizaram-se aos camponeses mortos na tragédia de Mari.

dústria e do comércio⁷¹. Nos bastidores palacianos, mantinha-se o pacto velado entre o Grupo da Várzea e o governo do Estado. A solidariedade tributada pelas classes conservadoras adquiriu dimensão porque interessava a ambas as exclusão política e social do campesinato. Naquele momento, as providências repressivas tomadas pelo governo contra as Ligas Camponesas controlaria o avanço das lutas de classes e atenderiam as expectativas dos latifundiários.

Ficava claro que os conflitos e o conseqüente derramamento de sangue do povo paraibano eram resultados da atuação prepotente do bloco agroindustrial. Além disso, as vítimas ocasionais tinham sido induzidas pelos interesses dos capitalistas, que transformaram seus funcionários administrativos em instrumentos de ódio aos camponeses. O Grupo da Várzea jamais aceitou as reivindicações dos camponeses. Entendiam qualquer manifestação como rebeldia. Daí se explica a brutalidade do movimento de repressão da classe dominante através de suas milícias particulares e do aparelho repressivo do Estado. Delineava-se, no horizonte das terras de massapé, o perfil da oligarquia paraibana protegida pela máscara do gongonismo. A organização do bloco agroindustrial contornava qualquer iniciativa que visasse a inserção dos segmentos populares do campo no processo político. A conspiração dos interesses do Grupo da Várzea manipulava abertamente o aparelho

⁷¹ Entre os representantes das classes conservadoras, compareceram ao Palácio da Redenção, no dia 15 de janeiro de 1964: Ruy Bezerra Cavalcanti, Orlando Figueiredo, Henrique Vieira, Gilson Lins, José Lins, Monsenhor Pedro Anísio, Padres Hilton Bandeira, Everaldo Trigueiro e Manoel Batista, Deputados Batista Brandão e Egídio Madruga, industrial Álvaro de Vasconcelos, Edson Ribeiro Coutinho, Comendador Augusto Ferreira, Pedro Tomé, Prefeito de Mari, João Batista, Hercílio Gomes, Nolo Pereira, Armando Nogueira, Oscar Macedo e Aloísio Tavares. A UNIÃO. João Pessoa, 16 de janeiro de 1964.

de Estado em seu favor contra o campesinato, que apenas dava continuidade à longa marcha pela organização de sua classe. A partir daí, a repressão institucional ao movimento camponês da Paraíba manifestou-se de forma ainda mais brutal, tendo à frente o Coronel Luis de Barros que *"utilizou de toda energia para reprimir a rebelião dos trabalhadores do campo"*⁷².

Depois da Tragédia de Mari a repressão às Ligas Camponesas tomou forma legal através de um plano disciplinar, que se anteciparia aos dispositivos de violência que as Forças Armadas só vieram a adotar depois do Golpe de 1964, explicitando a aliança entre o Grupo da Várzea e o Governo do Estado. Enquanto o governo pôde conceber as Ligas como entidades de representação de classe, manteve-as entre os limites da Constituição e as fronteiras da ambigüidade, mas, quando passaram a representar a organização do Campesinato paraibano, mesmo atreladas ao reformismo janguista, respondeu com a violência do aparelho repressivo do Estado, que atingiu o ponto máximo do arbítrio na denominada Operação Mari⁷³.

⁷² Entrevista concedida ao autor pelo deputado estadual do PDS da Paraíba, Luis de Barros, na Assembléia Legislativa do Estado. João Pessoa, 4 de outubro de 1984.

⁷³ A operação Mari seria elogiada pelo Coronel Antonio Bandeira, Chefe do Serviço Secreto do IV Exército e cujo nome é uma lenda na história da repressão: *"A Paraíba, com a sua região canavieira altamente infiltrada, vinha causando preocupação até o princípio deste ano. Contudo, com o incidente de Mari, houve uma mudança. O Governo do Estado teve de agir e, empregando a valorosa Polícia Militar, sob o comando do Coronel Luis de Barros, foi o suficiente para restabelecer a ordem no Estado. De forma que, a 31 de março, a Paraíba era um Estado pacífico. Não havia mais problema"*. CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 2 de junho de 1964.



Vítimas da tragédia de Mari. Fernando Gouveia, Gerente da Usina São João e Antonio Galdino, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mari. 15 de janeiro de 1964.



Local da tragédia de Mari. 15 de janeiro de 1964. Comissão composta por Francisco de Assis Lemos, Leonardo Leal, Bento da Gama e o Major Aquino da Guarnição Federal dialoga com os camponeses.

Capítulo V

LIGAS E GOLPE

É imprescindível que o povo tenha completo conhecimento dos objetivos que nos propomos alcançar nos próximos três anos, pois só assim poderá transformar em força atuante e invencível o que se pretende realizar em seu próprio benefício.¹

João Goulart.

Depois da tragédia de Mari, no início de 1964, viria, logo em seguida, o incidente da Faculdade de Direito, na capital paraibana, vinte e oito dias antes do Golpe de abril. Foram necessários menos de dois meses até que se acumulassem frustrações suficientes para desencadear nova mobilização das forças progressistas paraibanas, convertendo-se o protesto num confronto direto com a reação latifundiária. Anunciada a visita oficial do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, a João Pessoa, o quadro político polarizaria as posições dos diferentes grupos sociais, compelindo os atores a tirarem suas máscaras e definirem convicções.

A crise iniciou-se porque o governador estadual contemporizou com as forças golpistas, facilitando-lhes invadirem

¹ BRASIL. Presidência da República. *Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963/1965*. Brasília, 1962. p. 3.

a Faculdade de Direito, com a anuência passiva das autoridades militares responsáveis pela manutenção da ordem pública².

Na conjuntura nacional, o Estado cindia-se com a iminência de uma crise de legitimidade do "pacto populista". Acossado, o Governo Federal buscava respaldo nas forças populares e adotaria medidas que iriam contribuir para o fortalecimento do campesinato, como a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural³, a desapropriação das áreas rurais à margem dos eixos rodoviários federais e a regulamentação do sindicalismo no campo. Fraturava-se a aliança entre o Estado populista e o bloco agroindustrial, enquanto, na Paraíba, calcificava-se a aproximação entre o Grupo da Várzea e o Governo de Pedro Gondim.

No dia previsto da chegada do governador Carlos Lacerda, 3 de março de 1964, grupo de estudantes progressistas entrincheirou-se no interior da Faculdade de Direito — anexa ao Palácio da Redenção — e, dali, estrategicamente, passou a protestar contra ambos os governadores.

Isso bastou para enfurecer os lacerdistas fanáticos, que, indignados, conquistaram o edifício da Faculdade, aparentemente protegido pela Polícia Militar do Estado e pelas tropas do 15º Regimento de Infantaria, comandado pelo Coronel Ednardo D'Ávilla Mello.

² Na mesma calçada da Faculdade de Direito localizava-se a sentinela avançada do Palácio da Redenção. Mais alguns metros se encontrava o Corpo da Guarda, reforçado por ocasião da visita do Governador Carlos Lacerda.

³ O Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4214 de 2 de março de 1963, regulamentou vários encargos sociais contra os quais os usineiros e fornecedores do Grupo da Várzea se defenderam extinguindo progressivamente as categorias sociais do morador e do foreiro.

A ocupação do tradicional centro de estudos jurídicos de João Pessoa pelos extremistas da direita caracterizou-se pelo uso da violência.

A prática do vandalismo desmascarou o espírito de legalidade apregoado pelos latifundiários. O atentado à ordem pública seria completado em 1º de abril de 1964. No episódio, o governo estadual procurou, em nota oficial, coonestar a subversão, responsabilizando "*uma multidão enfurecida pela invasão*"⁴. No entanto, a palavra oficial seria contestada pela imprensa que registrou fotografias de elementos atrelados ao Grupo da Várzea comandados pelo Deputado Joacil de Brito Pereira⁵. Os estudantes apareceriam estampados em "A UNIÃO" definidos como subversivos, agitadores e maconheiros, enquanto omitiam-se os principais responsáveis pelos acontecimentos. A trama tecida pelos latifundiários para comprometer e desmoralizar a classe estudantil paraibana seria esclarecida em nota oficial distribuída à imprensa pela direção da Faculdade de Direito.

Nesse meio tempo, a Guarnição Federal da Paraíba, sob a liderança do Coronel Ednardo D'Ávilla Mello⁶, que acumulava o Comando do 15º Regimento de Infantaria, procurou lançar dúvidas sobre o comportamento moral da classe estudantil, encobrindo a responsabilidade do bloco agroindustrial.

⁴ NOTA OFICIAL. Palácio da Redenção. João Pessoa, 1964.

⁵ Joacil de Brito Pereira, Deputado Estadual e Professor Universitário apareceu em foto empunhando enorme toro de madeira e investindo na demolição do prédio federal da Faculdade de Direito da Paraíba. O pequeno bando do qual fazia parte o parlamentar lacerdista estava tutelado e garantido pela polícia civil e militares à paisana, sob as ordens do governo estadual.

⁶ Na conspiração, os golpistas afastariam o General Augusto da Matta por sua posição legalista e seu enquadramento ao esquema militar do Presidente João Goulart. O ex-comandante da Guarnição Federal da Paraíba teria seus direitos políticos cassados numa das primeiras listas, com outros paraibanos — Celso Furtaido e José Joffily.

Em vista do pedido do Exmº Senhor Diretor da Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba, o Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, decidiu empregar tropas do 15º R.I. quando dos acontecimentos do dia 3, na praça João Pessoa, em virtude daquela Faculdade ocupar um prédio federal. Antes, porém, fez os indispensáveis entendimentos com o Exmº Sr. Governador do Estado que, aliás, já havia determinado o isolamento da área com a Polícia Militar, o que muito contribuiu para facilitar o restabelecimento da ordem.

Os ocupantes da Faculdade foram entregues a Polícia, bem como o material apreendido: 5 coquetéis "molotov" e uma carteira de cigarros de maconha.

João Pessoa, em 10 de março de 1964.

EDNARDO D'ÁVILLA MELLO
Cel. Comandante do 15º R. I. e da
Guarnição Federal de João Pessoa⁷

A nota oficial do Comando da Guarnição Federal pretendeu confundir e tumultuar a opinião pública paraibana sobre os acontecimentos e desmoralizar a classe estudantil, levantando suspeita de máxima gravidade. Os coquetéis "molotov" jamais foram vistos, a não ser pelos agentes do Golpe de 1964 e seus conspiradores. A insinuação da "carteira de maconha" demonstrou a intenção de coletivizar uma prática condenável pela sociedade moralista, composta, em sua maioria, de uma classe média baixa, ligada à grande propriedade agrária através de atividades profissionais dependentes da estrutura social do latifúndio (Estado e Serviços) e, conseqüentemente, sem a menor isenção e serenidade para o julgamento político. Procurava-se, de todo modo, ignorar a explicação do Diretor

⁷ A UNIÃO. João Pessoa, 14 de março de 1964. A mesma nota foi dada à imprensa pela Guarnição Federal dez dias antes.

da Faculdade sobre a origem dos cigarros de maconha encontrados no interior da escola: tinham sido doados pela Polícia Civil para os estudos da Cadeira de Medicina Legal. Entretanto, os estudantes, atingidos pela conspiração dos poderosos, reagiram, repudiando publicamente o governador e o representante supremo do Grupo da Várzea. Os acadêmicos de Direito, reunidos em Assembléia Geral, convocada pelo Presidente do Diretório Universitário, Tarcísio Fernandes, decidiram aprovar a seguinte proposta:

1. Total repúdio à atitude do prof. Joacil Pereira por ter comandado o arrombamento da Faculdade de Direito;
2. Agradecimento aos colegas de Engenharia pelo apoio que nos emprestaram, ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com eles na luta pelo definitivo afastamento do quadro de docentes do Prof. Joacil Pereira;
3. Apelo aos colegas de Engenharia para que voltem às aulas uma vez que o DCE assumiu o comando da luta, apresentando completo dossier ao Conselho Universitário e convocando reunião extraordinária daquele órgão deliberativo;
4. O Diretório Epitácio Pessoa fica obrigado a lutar no Conselho Universitário pelo afastamento daquele professor;
5. Votos de aplausos ao Diretor Hêlio Soares, da Faculdade de Direito, pela maneira equilibrada com que se conduziu durante os acontecimentos e de desagravo pelas injúrias e ataques atirados contra ele pelo deputado Joacil Pereira e o universitário Marcus Odilon Coutinho da Tribuna da Assembléia Legislativa.⁸

A sessão foi movimentada e vários oradores teceram críticas à conduta do governo estadual. Na verdade, a Paraíba viveu dias de regime ditatorial imposto pelo Grupo da Várzea.

⁸ CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 14 de março de 1964.

Ficou evidente que o Governo desejava institucionalizar a arbitrariedade, aceitando-a como determinação legal, desalojando e prendendo estudantes. Tudo, enquanto protegia os invasores e aceitava a intervenção das tropas do Exército comandadas pelo Coronel Ednardo D'Ávilla Mello. Decerto, superdimensionando o acontecimento, esperava igualmente justificar a intolerante repressão do aparelho do Estado.

O desenfreado "abuso legal" do Grupo da Várzea garantido pela impunidade e associado à cumplicidade do governo do Estado gerou uma crise institucional sem precedentes na história política do ensino superior paraibano. A análise leva à constatação de implicações políticas mais profundas. Tratou-se, na verdade, de uma operação militar ostensiva com o Comandante da Guarnição Federal intervindo em assuntos do governo estadual. Como se pode perceber, o governo da Paraíba articulou-se com os conspiradores no sentido de quebrar o pacto populista e instaurar uma ditadura castrense. Isso ganharia clareza política e ideológica no incidente quando Pedro Gondim deixou de cumprir seu papel constitucional de chefe de governo de um Estado com passado de luta e tradição de combatividade. Conspirava-se o "Golpe de 1964", ao qual o governador da Paraíba diria "amém" pouco antes de sua eclosão. O custo inicial para se manter no poder foi engolir calado a cassação de seu Secretário do Interior Silvio Porto, simpático ao movimento camponês. Enquanto as lideranças urbanas mais radicais do campesinato nordestino deliravam, embaladas pelo sonho da "revolução brasileira", as forças oligárquicas tradicionais se agrupavam em torno dos militares resguardando seus interesses de classe hegemônica. Exemplo clássico da

visão alienada e esquemática de fração das esquerdas brasileiras foi o discurso do deputado Francisco Julião (PSB) na Câmara Federal, no alvorecer de 19 de abril de 1964.

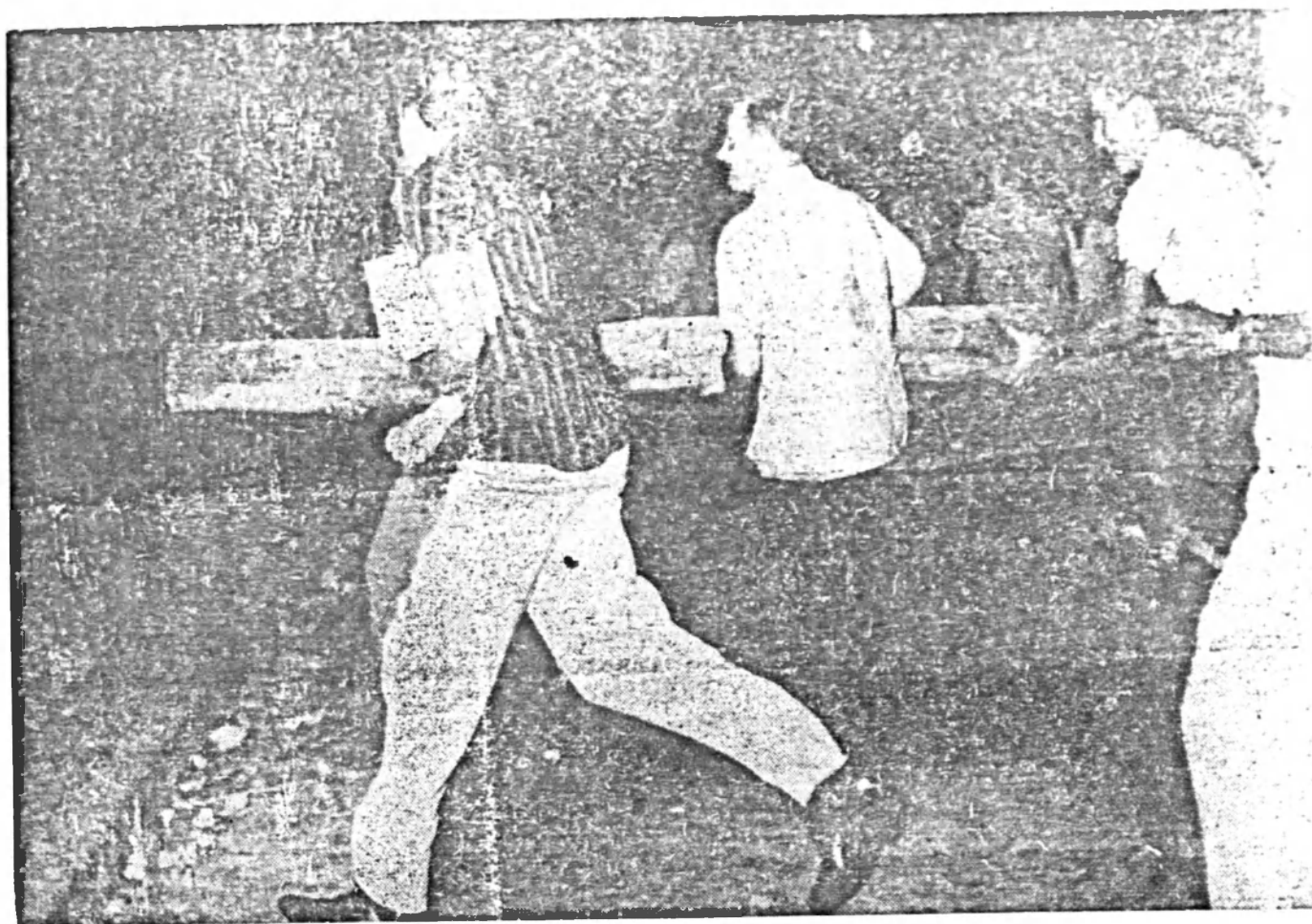
*Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo esta tribuna prometendo ocupá-la mais vezes, pois resolvi que este ano há de ser para mim o ano parlamentar; resolvi frequentar mais esta Casa, porque a minha, no Nordeste, já está arrumada. Se amanhã alguém tentar levantar os gorilas contra a Nação, já podemos dispor — por isso ficamos no Nordeste o ano todo — de quinhentos mil camponeses para responder aos gorilas...*⁹

Nesse contexto, o bloco agroindustrial se comporia com o Novo Estado autoritário, apoiando o golpe, preparando seu espaço de dominação e articulando, novamente, a exclusão social e política do campesinato.

O capitalismo no Brasil avançaria sem que ocorresse qualquer transformação profunda nas relações sociais de produção no campo. Na Paraíba, o Grupo da Várzea passou a mediatizar todas as decisões da "cúpula revolucionária" e a reeditar as regras do jogo político e econômico, transformando a Guarnição Federal num "engenho de fogo morto" com os comandantes militares reduzidos a servidores da burguesia agroindustrial¹⁰.

⁹ VILAR DE CARVALHO, Abdias. Reforma Agrária: União e Cisão no Bloco Agrário-Industrial, p. 179. in: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel e outros. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

¹⁰ Essa situação sofreria modificação anos depois no Comando do General Délio Barboza Leite, oficial da arma de engenharia.



Arrombamento da Faculdade de Direito da Paraíba. Ao centro vê-se o deputado Joacil de Brito Pereira. A Notícia. João Pessoa, 4 de março de 1964.



Coronel Ednardo D'Avilla Mello e outros militares na porta da Faculdade de Direito da Paraíba. A Notícia. 4 de março de 1964. João Pessoa.



após entrar na Faculdade de Direito, o Exército apre-
endeu vários estudantes. Entre eles estava uma moça (foto)
que também foi conduzida para o Quartel da Polícia Militar.

Major Cordeiro conduzindo presa uma estudante da Faculdade de
Direito da Paraíba. A Notícia, 4 de março de 1984. João Pes-
soa.

CONCLUSÃO

O estudo das Ligas Camponesas paraibanas recoloca o papel político assumido pelo campesinato nordestino no início da década de 1960. O capitalismo tardio refletiu a "modernização conservadora" da agricultura brasileira, caracterizada por tipo de desenvolvimento apoiado na grande propriedade fundiária e na dependência dos mercados consumidores de produtos primários. Estes estimulariam os latifundiários paraibanos a ampliar horizontalmente a lavoura da cana de açúcar e, com o aumento progressivo do preço da carne, a área para pecuária extensiva, dentro da lógica do capital, fundamentada na lei da oferta e da procura.

Na Paraíba, o aumento progressivo das pastagens e o crescimento do cultivo da cana, na Zona da Mata e no agreste, impuseram a redução e, posteriormente, a completa extinção dos estoques de terras ocupadas pelas culturas de subsistência do campesinato.

O sistema de usinas redefiniu o espaço produtivo na várzea do Rio Paraíba, provocando a expulsão do morador e a expropriação do foreiro com profundas mudanças sociais na região.

Formas tradicionais de extração do sobretrabalho que vigoravam desde a extinção da mão de obra escrava, como a moda, a renda e o foro, desapareceram com o desenvolvimento ca-

pitalista das forças produtivas no campo paraibano, transformando o camponês num trabalhador para o capital, e sua força de trabalho equivalendo a qualquer mercadoria que pode ser adquirida em troca de salário.

Eliminou-se, assim, a exploração familiar dos sítios e roçados na Zona da Mata que permitiu, durante décadas, o aproveitamento da força de trabalho da família camponesa, cuja renda era adicionada ao pequeno salário do "morador".

A passagem desse regime, com predominância de formas pré-capitalistas de extração do sobretrabalho e relações personalizadas entre o dono da terra e o camponês, para regime capitalista, de confronto direto entre o capital e o trabalho, destruiu os vínculos formais e pessoais no relacionamento patrão-empregado, abalando o sistema de dominação tradicional das oligarquias rurais

Rompeu-se a exclusão política e social do campesinato que resistiu, até onde pôde, à sua expropriação e, articulado com forças progressistas da cidade, quebrou seu isolamento secular e enfrentou a luta de classes.

No quadro nacional, a democracia, legitimada pelo voto popular, favoreceu o processo de luta e organização do campesinato, na medida em que o governo João Goulart seria forçado a dar maior amplitude às reformas de base, trazendo a reforma agrária para o debate público.

Na Paraíba, com a posse do segundo governo de Pedro Gondim, em 1960, mudou a composição das forças políticas locais com o avanço dos grupos progressistas e dos setores liberais, favorecendo os movimentos populares. Evidencia-se a correlação existente entre o desenvolvimento das relações e-

conômicas, o Estado e as ideologias em confronto, percebendo-se que a posição política adotada pelo chefe do governo paribano desenvolveu e estimulou as contradições das classes em luta.

Este trabalho questionou o rumo do desenvolvimento brasileiro e sua interrupção em 1º de abril de 1964¹. Chegou-se à evidência de que é impossível conhecer a história contemporânea do Brasil sem passar pelas Ligas Camponesas. O movimento associativo do campesinato, apesar da reação latifundiária, abriu caminho para revisão das bases da justiça social no país. Preparou, igualmente, espaço para futura reforma agrária, essencial à consolidação do desenvolvimento nacional.

As Ligas Camponesas representaram importante marco na redefinição da questão agrária brasileira, e seu objetivo estratégico, a conquistar a reforma agrária, violou a aliança entre o monopólio da terra e o poder político das oligarquias tradicionais.

Pela primeira vez na História do Brasil a luta pela terra saiu das páginas policiais para ser tratada em editoriais e manchetes da imprensa conservadora. O campesinato conquistou finalmente sua posição de classe, podendo representar-se a si mesmo. Se para compreender o fenômeno das Ligas Camponesas é necessário abrir debate, não há porque adiá-lo.

¹ CARTA DE CURITIBA. 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa/São Paulo, Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.
- ALVES SOBRINHO, José. *Joffily, a esperança do camponês*. João Pessoa, 1962.
- ANDRADE, José Bonifácio. *Do Banguê à Usina em Pernambuco*. Recife, PIMES, Dissertação de Mestrado, 1975.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- ARAÚJO, Braz José. Caio Prado Junior e a Questão Agrária no Brasil. in: *Temas de Ciências Sociais*, nº 1. São Paulo, 1978.
- AUED, Bernadete W. *A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro-PCB e Ligas Camponesas - 1955-64*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Centro de Humanidade da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, dez./1981.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BALHANA, Altiva Pilatti e WESTPHALEN, Cecília Maria. *Levantamento e Arrolamento de Arquivos*. Separata do Boletim nº 10, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1970.
- BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Editora Nacional, 1959.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo, Grijalbo, 1977.

- BEZERRA, Gregório. *Memórias - Segunda Parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Gráfica European Ltda., Coleção Saber.
- BLONDEL, Jean. *As condições de vida Política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BORGES, Carlos Fragmon. O Movimento Camponês no Nordeste. in: *Estudos Sociais*, nº 15. Rio de Janeiro, 1962.
- BORUSZENKO, Oksana. *Seminário de História Oral do Curso de Mestrado em História Social da UFPR*. Curitiba, 1983.
- BRASIL. Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965*. Brasília-DF., 1962.
- BRAYNER, Antonio. O conto do bilhete. in: GONDIM, Pedro. *Honra e Verdade*. João Pessoa, A União Editora, 1964.
- CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco, aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.
- _____. *Tempos de Arraes. A Revolução sem Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Comissão Parlamentar de Inquérito*. Brasília-DF., 1982.
- CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-Est - mouvements paysans et crise populiste*. Thèse de Troisième cycle présentée à l'Ecole Pratique des Hautes Études. Paris, 1973.
- _____. *Autoritarismo e Populismo: Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro*. in: *Dados*. nº 2, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1976.
- _____. *Os usos da História Oral e da História de vida: trabalhando com Elites Políticas*. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. nº 1, vol. 27. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1984.
- CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos Governos Militares à Prudente - Campos Sales*. in: *O Brasil Republicano (III)*, v.2. São Paulo, DIFEL, 1977.
- CARLI, Gilene de. *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1942.

- CARNEIRO, Mario Afonso. *Relatório sobre a área de Sapê*. Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais. 1963. Mimeografado.
- CARVALHO, Abdias Vilar. *A Questão Nordeste no Estado Nacional*. in: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. *Da Coluna Prestes à Queda de Arraes*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado, Forma de Regressividade no Capitalismo Hipertardio*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- COLNAGHI, Maria C. *Colonos e Poder. A luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1984. 234p. (Tese de Mestrado)
- COSTA, Odah Regina G. *A Reforma Agrária no Paraná*. Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Curitiba, UFPR, 1977. 318p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- COUTINHO, Eduardo. *Um cabra marcado para morrer*. Rio de Janeiro, Festival Internacional do Cinema, 24 nov./84.
- DAUMARD, Adeline et alii. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba, Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1984. 259p.
- D'INCAO, Maria C. *O Bóia Fria. Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1971.
- DEGLER, C. N. *Nem Preto, nem Branco*. Rio de Janeiro, Labor, 1976.
- DOCUMENTOS - PCB. *Vinte Anos de Política - 1958-1979*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUTRA, Eloy. *IBAD. Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, São Paulo, Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- FERREIRA, Angela D. D. *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná - região de Porecatu - 1940-52*. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.
- FONSECA, Gondin. *Assim falou Julião*. São Paulo, Fulgor, 1962.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: Sua Participação no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio. *Terra e Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- GENOVESE, E. *O mundo dos Senhores de Escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GOMES, João S. *João Severino Gomes (Depoimento) I*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. História Oral, 1977-70.
- GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUERRA, Aluísio. *A Igreja está com o povo?... Cadernos do Povo*. v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdade Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alazia de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- HOBBSAWN, Eric. Os Camponeses e a Política. in: *Ensaíos de Opinião*, 2-6. Rio de Janeiro, 1978.
- HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas - o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Tese de Mestrado em Ciência Política - IUPERJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1ª ed., 1962).
- JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comercio, 1892.
- JOFFILY, José. *Revolta e Revolução, cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- JULIÃO, Francisco. *Que são Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- _____. *Cambão: La cara oculta del Brasil*. México, Siglo Veintiuno Editores, DF., 1968.
- _____. *Brasil, Antes y Después*. México, Editorial Nuestro Tiempo, DF., 1968.
- KHOURY, Mauro Guilherme. *O Bagaço da Cana*. Recife, PIMES, Dissertação de Mestrado, 1976.
- LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LAPA, J. Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978.

- LENIN, Wladimir. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- _____. O Programa Agrário da Social-Democracia Russa. in: *Problema Agrário II*. Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.
- _____. *Teses de Abril e Cartas de Longe*. Belo Horizonte, Vega, 1979.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal - Origens e Evolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo, Polis/Vozes, 1984.
- MARANHÃO, Silvio Marcelo. Desenvolvimento Econômico e Poder Político: Algumas Reflexões sobre o Caso do Nordeste, 1930-1975. in: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, v. 4. nº 2, Recife, 1977.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 2ed. São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____. *O Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa*. São Paulo, Hucitec, 1974.
- MARX, Karl. *O Capital, livro 3*, v. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. in: *Textos*, v. 3. São Paulo, Edições Sociais, 1977.
- MARX, Karl. As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850. in: *Textos*, v. 3. São Paulo, Edições Sociais, 1977.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. O 18 brumário de Louis Bonaparte. Lisboa/Moscow, Edições Avante/Edições Progresso, 1982.
- MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

- MAYER, D. Antonio de Castro; D. Geraldo de Proença Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e Luis Mendonça de Freitas. *Reforma Agrária - questão de consciência*. 2ed. São Paulo, Editora Vera Cruz Ltda., 1960.
- MEDEIROS, Leonilde S. CONTAG: um balanço. in: *Reforma Agrária*: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas, v. 11, nº 6, nov./dez. 1981.
- MORAIS, Clodomir. *Las Ligas Campesinas del Brasil*. in: *Organizaciones Campesinas en América Latina*. vários autores. Honduras, PROCCARA, INA, C. A., 1976.
- MOREIRA ALVES, Márcio. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MOURA, Clóvis. *O Negro: do bom escravo ao mau cidadão*. Rio de Janeiro, Conquista, 1977.
- OCTÁVIO, José. *A revolução estatizada - um estudo sobre a formação do centralismo em 30*. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1984.
- _____. *Tensão social e revolução na Paraíba: uma abordagem dos antecedentes paraibanos da Revolução de 1964*. João Pessoa, xerox, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PAIVA, Vanilda P. *Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista*. in: *EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO 2*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Pedagogia e luta social no campo paraibano*. in: *Educação e Sociedade*. São Paulo, Cortez Editora, 1984.
- PALMEIRA, Moacyr. *Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais na Plantação Tradicional*. in: *Contraponto, ano II nº 2*, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *Latifundium et Capitalisme; Lecture Critique d'un Debat*. Thèse de Troisième Cycle Présentée à la Faculté de Lettres et Sciences Humaines. Paris, mimeografado, 1971.

- PERRUCI, Gadiel. *A República das Usinas - Um Estudo de História Social e Econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política*. in: *O Brasil Republicano (III)*, v. 2. São Paulo, DIFEL, 1977.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Porto, Portucalense, 1971.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- RANGEL, Ignácio. *Desenvolvimento e Projeto*. in: *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*, ano 5, nº 9. Rio de Janeiro, 1973.
- REZENDE, José C. M. *A sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte*. Guarabira, Livraria Lima, 1925.
- ROWLAND, Robert. *Classe Operária e Estado de Compromisso*. in: *Estudos CEBRAP*, nº 8, São Paulo, 1974.
- SAES, Décio. *Classe Média e Política*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Introdução às Contradições Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1959.
- SCHLING, Paulo. *Do caminho brasileiro de Reforma Agrária*. in: *A Questão Agrária - textos dos anos sessenta*. São Paulo, Estudos Brasil nº 1, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. *As Idéias Fora do Lugar*. in: *Estudos CEBRAP* nº 3. São Paulo, 1973.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Magistracy and society in colonial Brazil*. *Hispanic American Historical Review*. nov./1970.

- SIGAUD, Lygia. *A Idealização do Passado numa Área de Planta-
tion*. in: *Contraponto*, Ano 11, nº 2, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Livraria
Duas Cidades, 1979.
- _____. *Os Congressos Camponeses*. Texto apresentado no IV
Encontro do Grupo Movimentos Sociais no Campo. Recife,
PIPSA, FGV-FORD, mimeografado. 1979.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*.
São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
- SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo de Ar-
raes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SODRÊ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São
Paulo, Civilização Brasileira, 1962.
- SOLER, Norma Montalvo. *Campesinato e Acumulação Capitalista*.
Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeo-
grafado. 1977.
- SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. *Cassacos e Corumbas*. São
Paulo, Ática, 1977.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações
ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB, Fábrica de Ideologias*. São Pau-
lo, Ática, 1973.
- UCHOA de Albuquerque Bonlanger. *Subsídios para a História E-
clesiástica de Campina Grande*. Rio de Janeiro, Governo
Diocesano, 1964.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesi-
nato*. Rio de Janeiro, 1976.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VIOTTI DA COSTA, E. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, DIFEL,
1966.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Boudel. *O Camponês: um trabalha-
dor para o Capital*. Campinas, Mimeografado., (Versão Pre-
liminar para Discussão). 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Boudel. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiya Pilatti. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968. 52p. (Boletim nº 7).

PERIÓDICOS

A NOTÍCIA - João Pessoa*
A UNIÃO - João Pessoa
CORREIO DA PARAÍBA - João Pessoa
DIÁRIO DA NOITE - Rio de Janeiro
DIÁRIO DE NOTÍCIAS - Rio de Janeiro
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Recife
JORNAL DO COMÉRCIO - Recife
LIGA - Rio de Janeiro
NOVOS RUMOS - Rio de Janeiro
NEW YORK TIMES - Washington
O DIÁRIO - Belo Horizonte
O ESTADO DE SÃO PAULO - São Paulo
O NORTE - João Pessoa
O SEMANÁRIO - Rio de Janeiro

*Este jornal teve circulação efêmera.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA - João Pessoa-PB.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - Brasília-DF.

ANAIS DO SENADO - Brasília-DF. - Diretoria de Publicações.

ATA DA ASSEMBLÉIA DE POSSE DE AGNALDO VELOSO BORGES - Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba - João Pessoa-PB.

ATA DAS ELEIÇÕES DE 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba - João Pessoa-PB.

BIBLIOTECA DO SENADO - Brasília-DF.

CERTIDÃO DE POLÍCIA - DEPOIMENTO CONTRA AGNALDO VELOSO BORGES - Secretaria do Interior e Segurança Pública - Departamento de Polícia Civil - João Pessoa-PB.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS LIGAS CAMPONESAS 1962. Câmara dos Deputados - Brasília-DF.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - Brasília-DF.

GUIA DE ENTERRAMENTO DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA - Sapé-PB - Cartório de Registro Civil - 1962.

HONRA E VERDADE. RELATÓRIO DO GOVERNADOR PEDRO GONDIM - 1964.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - 1963-1965 - Brasília-DF., 1962.

PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA DO DEPUTADO JOSÉ JOFFILY.

REGISTRO DE ÓBITO DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA - Prefeitura Municipal de Sapé-PB. - 1962.

ARQUIVOS

ARQUIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA - João Pessoa-PB.

ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DA PARAÍBA - João Pessoa-PB.

ARQUIVO DA SINOPSE DA CÂMARA DE DEPUTADOS - Brasília-DF.

ARQUIVO DA SUB-SECRETARIA DE ANÁLISE DO SENADO FEDERAL - Brasília-DF.

ARQUIVO DA UFPB - Cadernos de estudos regionais - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - João Pessoa-PB.

ARQUIVO DO CPDOC - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro-RJ.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA - João Pessoa-PB.

ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL - Rio de Janeiro-RJ.

ARQUIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA - João Pessoa-PB.

ARQUIVO NACIONAL - BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro

ARQUIVO PARTICULAR DE FRANCISCO DE ASSIS LEMOS - Londrina-PR.

ARQUIVO PARTICULAR DE JOSÉ JOFFILY - Rio de Janeiro-RJ.

ARQUIVO PARTICULAR DE JOSÉ OTÁVIO - João Pessoa-PB.

ARQUIVO PARTICULAR DE LIGIA SIGAUD - Rio de Janeiro-RJ.

ENTREVISTAS realizadas pelo autor

<i>Entrevistado</i>	<i>Duração</i>
AGILDO BENEVIDES	- 1 hora
ANTONIO DANTAS	- 1 hora
Cel. LUIZ DE BARROS	- 1 hora
EDUARDO COUTINHO	- 1 hora
EDSON BENEVIDES	- 2 horas
FERNANDO ANTONIO AZEVEDO	- 2 horas
FRANCISCO DE ASSIS LEMOS	- 1 hora
JÓRIO DE LYRA MACHADO	- 2 horas
JOSÉ JOFFILY	- 4 horas
MARIA DO CARMO AQUINO	- 1 hora
Pe. JUAREZ BATISTA	- 1 hora

ENTREVISTAS CEDIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA DO CPDOC -
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - RIO DE JANEIRO.

FRANCISCO JULIÃO

Tipo de Entrevista: história de vida

Duração: 6h50min

Local: Yxcatepec (Morelos) - México

Data: dezembro de 1977

1ª Entrevista: Vida profissional; origem familiar; o trabalho no campo; a profissionalização e o Direito; o início das causas jurídicas no campo; o trabalho de Antonio Cícero de Paula; os foreiros e a origem do cambão; a estratégia utilizada nas ações judiciais; a organização dos camponeses; deputado estadual pelo PSB; formação política; participação no PR; Barbosa Lima Sobrinho; os fornecedores de cana; os usineiros e o governo de Agamenon Magalhães; atuação política de Agamenon; ruptura com o PR; formação das primeiras Ligas Camponesas; a Liga de Vitória; expansão das Ligas; Congresso de Salvação do Nordeste; apoio a Cid Sampaio; desapropriação de Galiléia; rompimento com Cid Sampaio; participação de Clodomir de Moraes nas Ligas; liderança nas Ligas; relacionamento entre a Igreja e as Ligas; atuação política do padre Melo; a liderança intermediária nas Ligas; a Liga de Sapê; organizando as Ligas no Sertão; a marcha a Juazeiro; as Ligas e os ativistas não-camponeses; infiltrações e divergências no movimento; deputado federal em 1962; guerrilha;

os padres na liderança do movimento; relacionamento entre as Ligas e o PC; o Congresso de Belo Horizonte; a ULTAB e as Ligas; as Ligas e a organização dos sindicatos; as Ligas no Congresso de Belo Horizonte; importância do Congresso de Belo Horizonte; encontro com João Goulart; participação na Frente Parlamentar Nacionalista.

2ª Entrevista: Ligações com a Frente Parlamentar Nacionalista; encontro com João Goulart; divergências com Jango; oposição ao presidencialismo; crítica à proposta de reforma agrária de João Goulart; trabalho desenvolvido por Miguel Arraes e Leonel Brizola; posição política do padre Melo; relações com a Igreja e o PC; conflitos nas Ligas, sindicatos e Igreja; Gregório Bezerra; atuação do PC em Pernambuco; influência da Revolução Cubana sobre a popularidade do movimento; religiosidade e marxismo; os objetivos das Ligas; a greve de 1963 em Pernambuco; o conflito de Barreiros; prisão e asilo político; desentendimento com Jânio Quadros; crise do governo Goulart; invasões de terras; relacionamento com Miguel Arraes.

Equipe Técnica: Entrevistador: *Aspásia Camargo*; Levantamento Bibliográfico e roteiro: *Aspásia Camargo*; Conferência da transcrição e sumário: *Nara A. de Brito*; Técnico de som: *Clodomir Oliveira Gomes*.

IVAN FIGUEIREDO

Tipo de entrevista: história de vida

Duração: 2h10min

Local: Sapé - PB.

Data: fevereiro de 1978 a janeiro de 1979.

1ª Entrevista: Início do movimento camponês em Sapé; os regimes de trabalho; composição social dos membros das Ligas Camponesas; pressão dos proprietários; a diretoria da Liga de Sapé; João Pedro Teixeira; o PSD e as Ligas; os moradores nas fazendas; a produção de Sapé; origem das lideranças; os líderes desaparecidos; assassinato de João Pedro Teixeira; crescimento das Ligas Camponesas; as lideranças de Ramiro Fernandes e de Assis Lemos; candidato a prefeito de Sapé em 1963; Elisabete Teixeira e o apoio de Julião em 1962; os aliados de Julião; formas de atuação das lideranças camponesas; Assis Lemos e os camponeses; energia elétrica em Sapé; Elisabete Teixeira na direção da Liga; os benefícios assistenciais das Ligas Camponesas; início dos conflitos camponeses; o caso de Miriri; a chacina de Mari; viagem a Cuba; primeira prisão; concentrações camponesas em Sapé; os advogados das Ligas; visita de João Pinheiro Neto a Sapé; a reforma agrária e a Revolução de 1964; viagem a Marabá; Sapé; o operário e o camponês; o poder econômico nas eleições; repressão aos camponeses após 1964; Pedro Gondim e as Ligas Camponesas; a fuga após 1964 e a sobrevivência no Rio de Janeiro; as

casas dos camponeses derrubadas; moradores e bôias-frias; invasão da sede da Liga Camponesa em Sapé; a cruz de ferro no local da morte de João Pedro Teixeira.

2ª Entrevista: Origem familiar; as propriedades rurais em Sapé; ingresso na política; o PSD e a UDN; eleição para vereador em 1959; início das Ligas Camponesas; Julião em Sapé; as reivindicações; o cambão; composição social da Liga de Sapé; papel do advogado na organização dos camponeses; líderes locais e líderes nacionais; o PSD; resistência ao movimento; o camponês e o trabalhador rural; Justiça e delegacia de Polícia; proprietário e sindicato; carteirinha de sócio da Liga Camponesa; capataz; Polícia e Justiça; Pedro Gondim; a chacina de Mari; o quartel de Polícia em Sapé.

Equipe Técnica: Entrevistadores: *Eduardo Raposo e José Otávio de Arruda Melo*; Levantamento bibliográfico e roteiro: *Eduardo Raposo e José Otávio de Arruda Melo*; Conferência da transcrição e sumário: *Eduardo Raposo*; Técnico de som: *Clodomir Oliveira Gomes*.

JOACIL DE BRITO PEREIRA

Tipo de entrevista: história de vida

Duração: 5h50min

Local: João Pessoa - PB.

Data: janeiro de 1978

1ª Entrevista: Origem familiar; a Aliança Liberal; formação escolar; o serviço militar; a iniciação política; a redemocratização de 1945; ligação com José Américo; o nazismo e o fascismo; os interventores paraibanos; eleições de 1946; os governos udenistas; a Sociedade Literária XV de Novembro; morte de Demócrito de Sousa Filho; o comício de 29 de outubro; candidato à Assembléia Legislativa em 1947; a campanha de 1951; o episódio da praça da Bandeira; acordo interpartidário na sucessão de José Américo; José Lira e Paulo Dantas; apoio dos Dantas a José Américo; o assassinato de João Pessoa; posição de José Américo.

2ª Entrevista: Liberais e perrepistas na Paraíba de hoje; João Pessoa e os Dantas; invasão do domicílio de João Dantas; apoio dos Dantas à candidatura de José Américo; acordo interpartidário no governo Flávio Ribeiro Coutinho; a oposição do PSD; Rui Carneiro; a demissão dos secretários pessedistas; licença de

Flávio Ribeiro Coutinho; a divisão da UDN entre Argemiro de Figueiredo e João Agripino; ingresso de Argemiro no PTB e rompimento com Flávio Ribeiro Coutinho; Pedro Gondim assume o governo; o PSD no governo; as exonerações; o aspecto jurídico do afastamento do governador; a eleição de 1958; a reeleição em 1961, candidatura de Pedro Gondim ao governo da Paraíba; o adiamento da candidatura João Agripino; o PSB; a posição da UDN; apoio de Jânio Quadros a Pedro Gondim; governo e cassação de Pedro Gondim; as Ligas Camponesas; idéias políticas; início da organização camponesa na Paraíba; as reformas de base; lideranças do movimento camponês; os incêndios nos canaviais; a posição da Igreja; conflitos camponeses; a Associação dos Proprietários Rurais; orientação político-ideológica das Ligas Camponesas; a reforma agrária; o proprietário rural nordestino; contatos com elementos do Exército; Assis Lemos e João Goulart; o comício do Dia do Trabalho; a tentativa de contato com o Presidente João Goulart; Argemiro no PTB.

3ª Entrevista: Posição frente ao movimento camponês; o assassinato de João Pedro Teixeira; a bancada esquerdista na Assembleia; eleição proporcional; a defesa de Agnaldo Veloso Borges; o processo criminal e a luta no plano legislativo; a posição da UDN e do PSD; a CPI sobre o assassinato de João Pedro Teixeira; a defesa contra as invasões de terras; os contatos com o governador Gondim; o Exército e Polícia frente à agitação camponesa; a invasão da fazenda de João Meireles; o atrito com o general Augusto da Mata; a polícia na fazenda João Meireles, a morte de Rubens Régis; a chacina de Mari; os conflitos camponeses; camponeses desaparecidos; os preparativos para a Re-

volução de 1964; a composição social dos opositores de Goulart na Paraíba; a composição social na Assembléia paraibana e as chefias nacionais da Revolução de 1964; a classe média; o enterro dos mortos de Mari; o comício diante do palácio do governo; João Goulart; os civis adeptos da Revolução de 1964 na Paraíba; articulações com os militares revolucionários na Paraíba e em Pernambuco; os pistoleiros contratados; contatos dos militares revolucionários com Pedro Gondim; as missões recebidas do comando revolucionário na Paraíba; atitude de Pedro Gondim perante a Revolução de 1964; IPM sobre os fatos ocorridos na Paraíba; João Agripino; a reestruturação do secretariado de Pedro Gondim; interesses envolvidos na permanência de Gondim no governo; contatos com o governador Carlos Lacerda; a Convenção da UDN em Curitiba; a campanha lacerdista; incompatibilização com alguns elementos da Revolução de 1964.

Equipe Técnica: Entrevistador: Eduardo Raposo; Levantamento Bibliográfico e roteiro: Eduardo Raposo; Conferência da transcrição: Sônia Benevides; sumário: Eduardo Raposo; Técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes.

JOSÉ JOFFILY

Tipo de entrevista: história de vida

Duração: 10h

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: setembro de 1977 a junho de 1978

1ª Entrevista: A Revolução de 1930 e a política paraibana contemporânea; origem familiar; a economia de Campina Grande; a política local; latifúndio e sociedade; agricultura e industrialização; a reforma agrária no Nordeste; a situação social do Nordeste; emprego e tecnologia; Jânio e a reforma agrária; a família e a política; os primeiros interesses pela política; a Guerra de Princesa e a morte de João Pessoa; o movimento revolucionário de 1930; as Faculdades de Direito do Recife e do Rio de Janeiro; política estudantil: comunistas e integralistas; a Aliança Nacional Libertadora; a prisão no navio *Pedro I*; leituras; a candidatura de José Américo.

2ª Entrevista: Coronelismo e poder político; coronelismo e banditismo; a Caixa Rural e Operária da Paraíba e a Penitenciária de Itamaracá; início da vida pública; ligação com Rui Carneiro; a Secretaria de Agricultura da Paraíba; participação no Estado Novo; conflito entre Argemiro de Figueiredo e Epitacinho; o

caráter democrático da interventoria de Rui Carneiro; a oposição a Rui Carneiro; a representatividade dos partidos na Paraíba; Juscelino e o desenvolvimentismo; contatos com Juscelino; o PSD paraibano e a candidatura de Juscelino à presidência da República; o convite de Carlos Lacerda para o ingresso na UDN; as diferenças entre o PSD e a UDN; as origens do nacionalismo no Brasil; os partidos face ao nacionalismo; o PC em 1946 e sua representatividade; bases para a formação da consciência operária no Brasil; a cassação dos deputados do PC.

3ª *Entrevista*: Os políticos antigos e os novos; política e extinção de privilégios; latifúndio e política no Nordeste; as oligarquias paraibanas após 1930; fatores do sub-desenvolvimento do Nordeste; a Sudene; deputação pelo PSD em 1946; a bancada pessedista, plataforma e atividades parlamentares; bases eleitorais; nacionalismo; a Ala Moça; o estilo de Juscelino; o velho o novo PSD; o debate sobre a reforma agrária; a Ala Moça na candidatura Lott; as dificuldades da campanha; o convite de Jânio para apoiar sua campanha; Jânio e a reforma agrária; a Frente Parlamentar Nacionalista; saída do PSD e ingresso no PSB; a escolha do candidato do PSD e PTB ao Senado; a candidatura pelo PSB; a cassação em 1964.

4ª *Entrevista*: A polarização das campanhas de Jânio e Lott; os debates sobre a reforma agrária; a Supra; contatos com Jânio; a posição de Jânio sobre a reforma agrária; a Comissão Especial do Senado para a Reforma Agrária; o contato com o General Ernesto Geisel; reforma agrária e reforma constitucional; o problema da indenização pelo justo valor; as resistências à

reforma constitucional e a defesa feita pelo PTB; a campanha nacionalista de Lott; as Ligas Camponesas e a reforma agrária; o campo e a legislação trabalhista; o aparecimento das lideranças camponesas; problemas sociais do Nordeste; a CPI das Ligas Camponesas; o substitutivo de José Joffily; problemas jurídicos da reforma agrária; contatos com Dom Hélder Câmara; açúcar e latifúndio no Nordeste.

Equipe Técnica: Entrevistadores: Eduardo Raposo e Aspásia Camargo; Levantamento Bibliográfico e roteiro: Eduardo Raposo e Aspásia Camargo; Conferência da transcrição: Lúcia Hipólito e Reinaldo Roels Jr.; Sumário: Reinaldo Roels Jr.; Técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes.

PEDRO GONDIM

Tipo de entrevista: história de vida

Duração: 8h

Local: João Pessoa - PB.

Data: janeiro a fevereiro de 1978

1ª Entrevista: Origem familiar; os créditos rurais concedidos por particulares; Alagoa Nova e dona Iaiá Tavares; a oposição; interesse pela política; política estudantil; formação escolar; a Faculdade de Direito do Recife; advocacia e a carreira política; dificuldades financeiras iniciais; a Aliança Liberal; José Américo de Almeida; início da vida profissional; primeira candidatura (1945); a clientela profissional e a política; o cálculo político eleitoral; a campanha de José Américo (1950); a votação por municípios em 1946; formação pessedista; UDN e PSD; ligação com Rui Carneiro; Assembléia Legislativa (1946-51); a bancada pessedista; o governo Dutra; o governo Osvaldo Trigueiro; eleições de 1950; o episódio da praça da Bandeira; a Constituição de 1946; João Santa Cruz; convite de José Américo para a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas; gestão e afastamento da Secretaria; volta à Assembléia.

2ª Entrevista: O governo José Américo; a reação dos coronéis; setores sociais e pregação política (1955-64); renovação dos costumes políticos; ANCAR; situação do trabalhador rural; o Estado e o coronel na assistência às populações rurais; o acordo UDN-PSD (1956); escolha dos nomes no governo de coalização; afastamento do governador Flávio Ribeiro Coutinho; a UDN e o PSD em face da candidatura de Pedro Gondim; o secretariado do primeiro governo; critérios para a ocupação de cargos públicos; a desincompatibilização (1960); a popularidade do candidato; o Estado e a população; os movimentos culturais; candidatura ao governo do Estado; influência de Rui Carneiro no governo interino de Pedro Gondim; Convenção do PSD para escolha do candidato; o PDC; apoios partidários à sua candidatura; a liderança de Rui Carneiro; novas gerações na política do Estado; visita a Teixeira; energia elétrica em São João do Cariri; visita a Pom-bal; campanha de 1960.

3ª Entrevista: Primeiro comício na praça do Trabalho; financiamento da campanha; rompimento com o PSD; composição do secretariado; apoio de Jânio Quadros; critérios de formação da equipe; o segundo governo; resultados eleitorais; construção da infra-estrutura do Estado; eletrificação da Paraíba; realizações do governo; o Conselho Estadual de Desenvolvimento; a renúncia de Jânio; publicidade e promoção dos governos; os jovens colaboradores; o tecnicismo no governo Gondim; o concurso e os empregos públicos; construção de estradas de rodagem; formação da consciência dos camponeses; o governo e o movimento camponês; áreas de Ligas Camponesas; regime de salários e intensidade de reivindicações; bases sociais e formas de ação das Ligas; os confli-

tos armados; entendimento do governo com o Exército; dificuldades encontradas pelo governo; posição dos proprietários; posição de A UNIÃO; Assis Lemos e Joacil de Brito Pereira; a campanha de 1962; a candidatura de José Joffily; o contingente eleitoral das Ligas Camponesas; concentrações camponesas no parque Sôlon de Lucena e em Campina Grande; o discurso de João Goulart; Pedro Gondim e Costa e Silva; diálogo com os setores da esquerda; preocupação com a cultura; eleições de 1963 e o PDC; reformulação no governo (1963); o movimento revolucionário de 1964.

4ª Entrevista: A doença do governador Ribeiro Coutinho; as vítimas dos conflitos entre latifundiários e camponeses; o movimento camponês e Cuba; a posição da Igreja; a companhia militar instalada em Sapê; os movimentos reivindicatórios da Paraíba pós-1964; os sindicatos; posição do governo; a composição da Assembléia Legislativa; o governo Pedro Gondim após a Revolução de 1964; o final do governo; relações entre o governo Gondim e a presidência da República; apoio de João Goulart a Rui Carneiro; sucessão de Pedro Gondim; do governo à Câmara Federal; o episódio Márcio Moreira Alves; cassação; retorno à advocacia; a lei de equiparação de vencimentos do funcionalismo inativo; aumento salarial do funcionalismo público.

Equipe Técnica: Entrevistadores: Eduardo Raposo, José Otávio de Arruda Melo e Osvaldo Trigueiro do Vale; Levantamento Bibliográfico: Eduardo Raposo; Conferência da transcrição e sumário: Eduardo Raposo; Técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes.

ANEXOS

ANEXO 1

POEMA PARA JOÃO PEDRO TEIXEIRA

POEMA PARA PEDRO TEIXEIRA ASSASSINADO

Affonso Romano de Sant'Anna.

Ontem, senzala.

Hoje, cortiço.

Ontem, chibata.

Hoje, fuzil.

Ontem, Quilombos.

Hoje, Sapê.

O latifúndio, companheiro,
rôl seu osso de Caim.

Coronel

fuzil

e olho

polícia

pau

e ferrôlho.

O latifúndio, companheiro,
môl as fezes de seu fim.

Do homem é a terra
a terra e seus desertos
e sôbre o campo se estende
o corpo do homem
— e a fome.

Cavei

colhi

perdi

Marido

campos

e filhos

pés de estrume

mãos de estêrco

somos todos, companheiros,

humus e homens, amém.

Cantou o galo uma vez

e Pedro foi de emboscada.

Se escurecia

noite a dentro

sôbre seu corpo

jorrando sangue.

Cantou o galo outra vez

e o filho sangrou-se à bala.

Menino-ovelha
adubo verde,
sangue fresco
em plantação.

Ronda o galo a casa aberta
de Pedro Teixeira morto.

Uma viúva e seus filhos
se espreitam na madrugada
que amanhece em sangue e brasa

Vai a noite
alta é

uma viúva em seu leito
arde desejos de sangue.

— Mulher, porque morreu teu marido
com o corpo ferido?

— Moço, morreu ferido pelo inimigo
por que sabia do seu caminho.

— Mulher, porque feriram teu filho
na estrada de teu marido?

— Moço, feriram o menino
por que seguia o caminho
que vamos todos seguindo.

Desce o dia
longo é.

Uma viúva
ouvindo a voz do marido:

"Vai mulher
que a luta é"

desperta seus companheiros
e sai com a alba pelos campos.

Tu és pedra
Pedro Teixeira
e sôbre ti levanto
esta bandeira.

Tu és brasa
Pedro Teixeira
e sôbre ti já queima
esta fogueira.

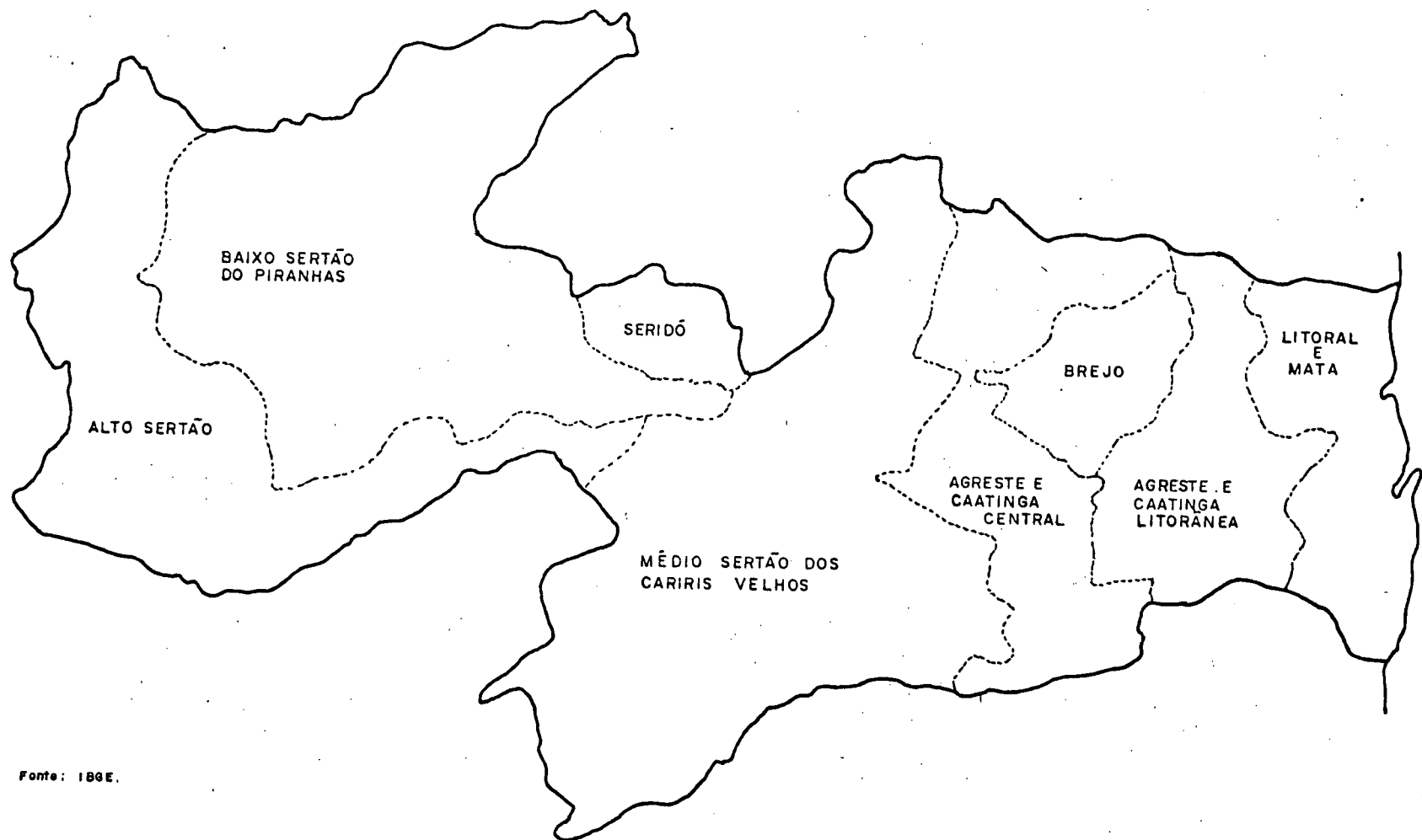
Tu és guerra
Pedro Teixeira
e sôbre ti cavamos
a trincheira.

ANEXO 2

MAPAS

MAPA- I

DIVISÃO FISIAGRÁFICA DA PARAÍBA

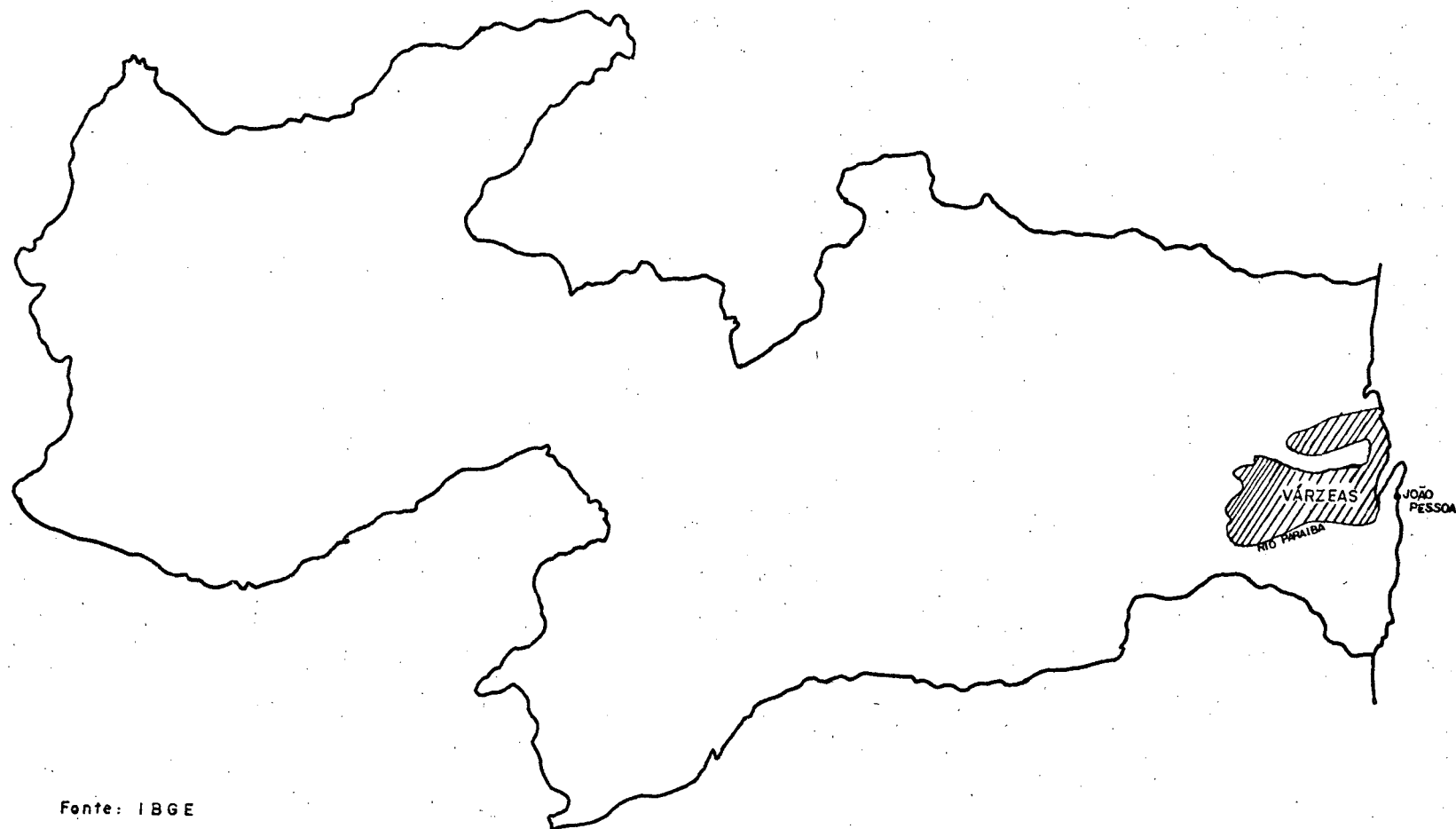


Fonte: IBGE.

12

MAPA-2

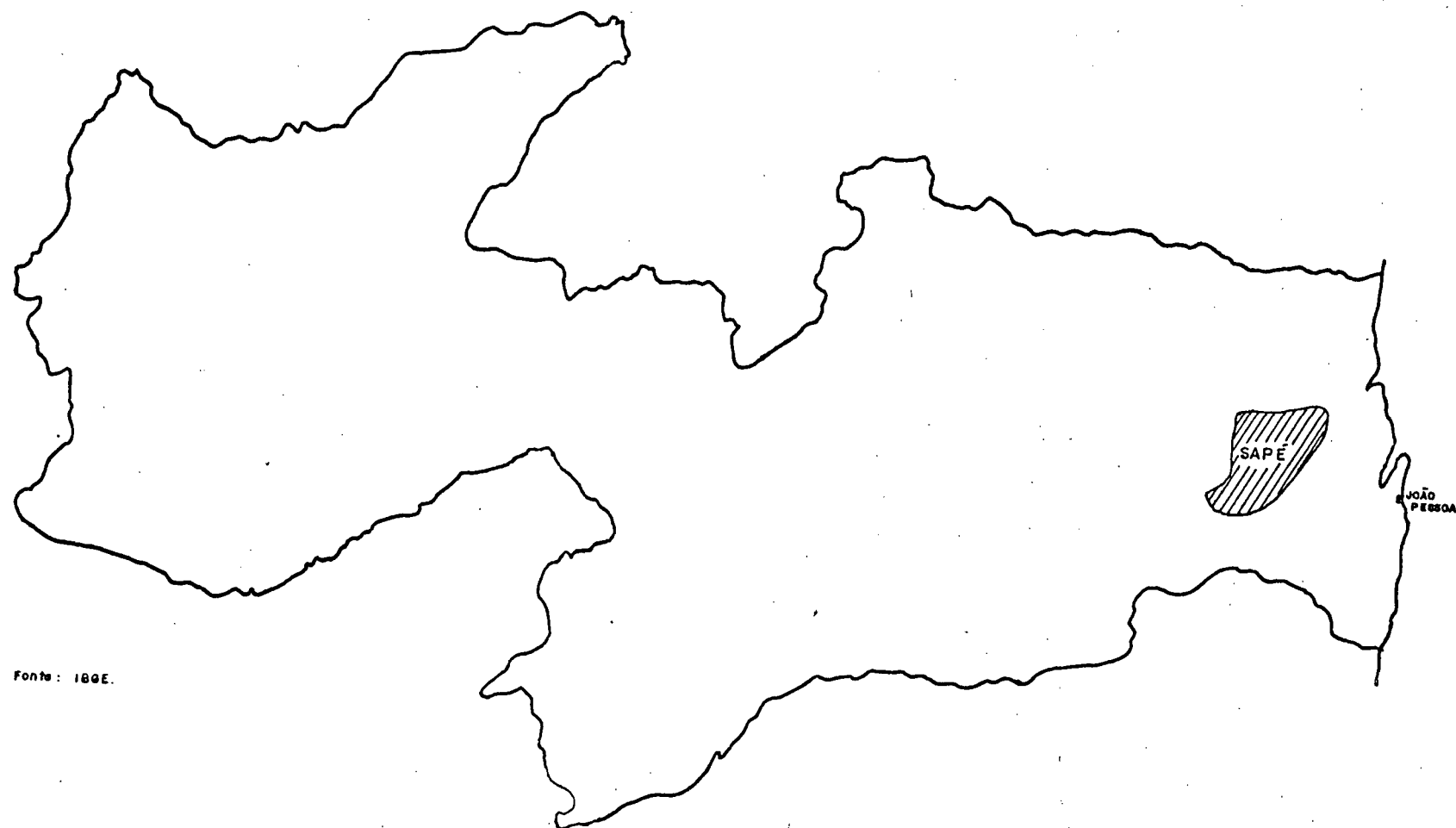
LOCALIZAÇÃO DA VÁRZEA DO RIO PARAÍBA



Fonte: IBGE

MAPA-3

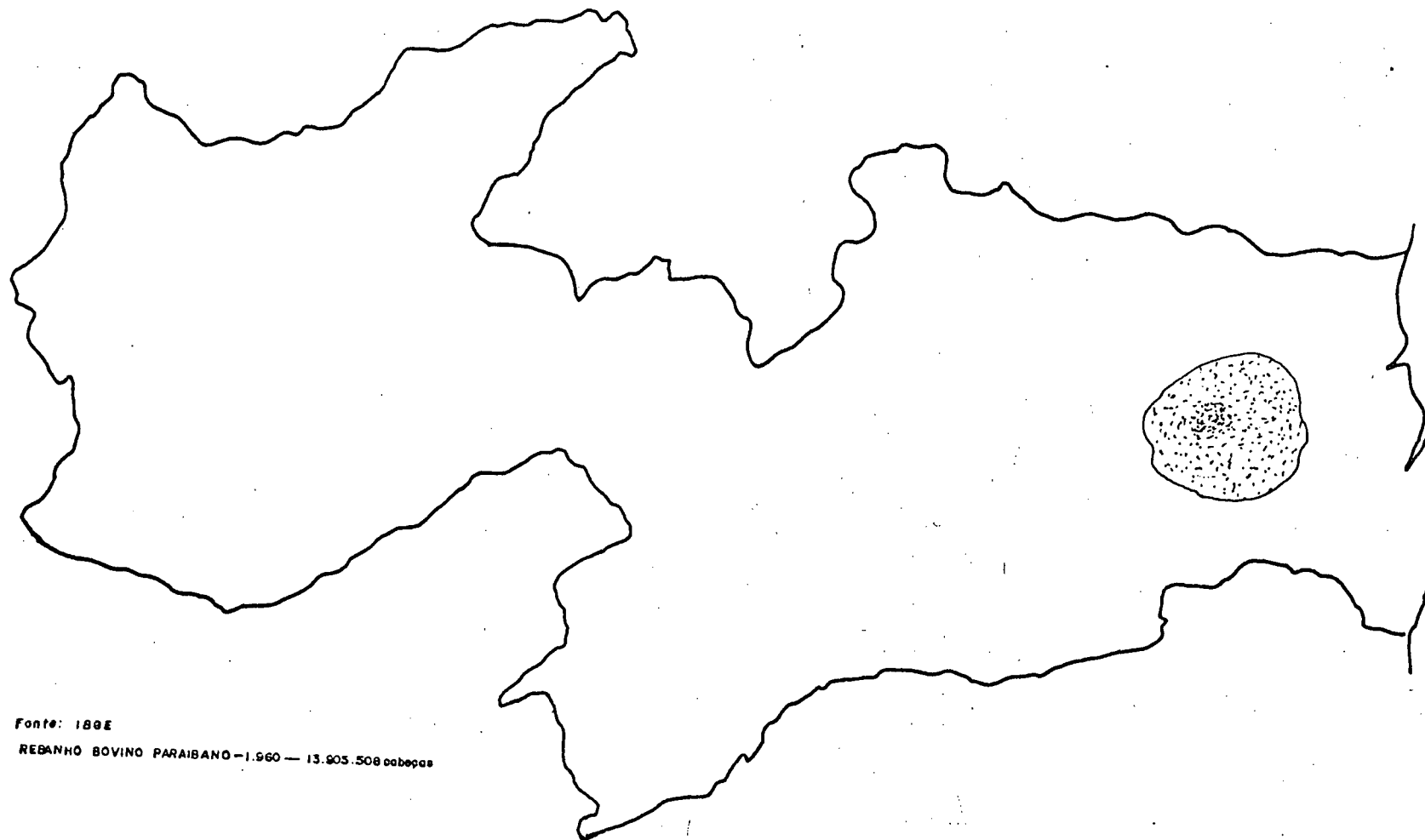
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAPÉ



Fonte: IBGE.

MAPA - 4

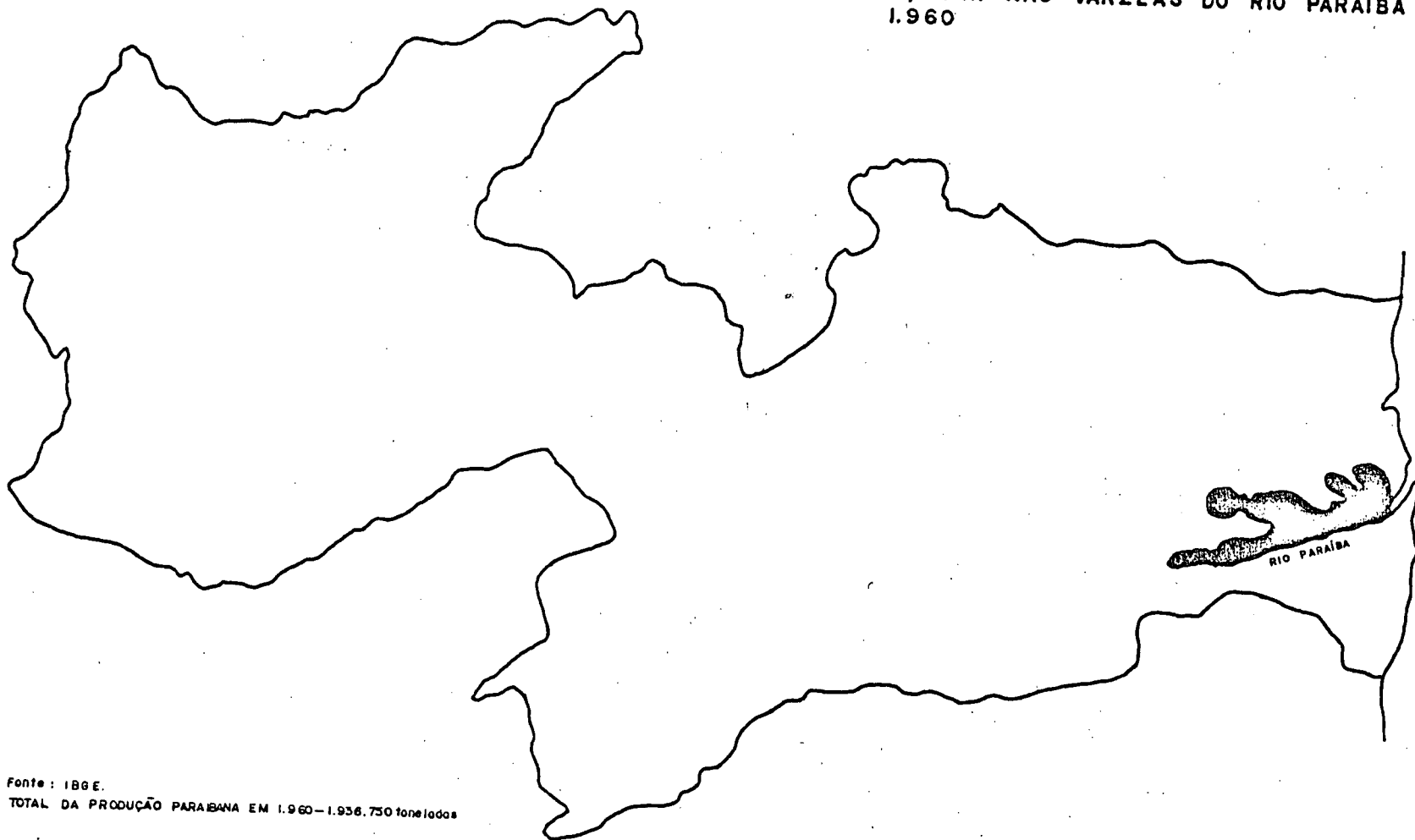
ZONA DE CONCENTRAÇÃO DO GADO BOVINO NA PARAÍBA - 1.960



Fonte: IBGE

REBANHO BOVINO PARAIBANO - 1.960 - 13.905.508 cabeças

MAPA-5 ZONA DE CONCENTRAÇÃO DA CANA DE AÇÚCAR NAS VÁRZEAS DO RIO PARAÍBA
1.960

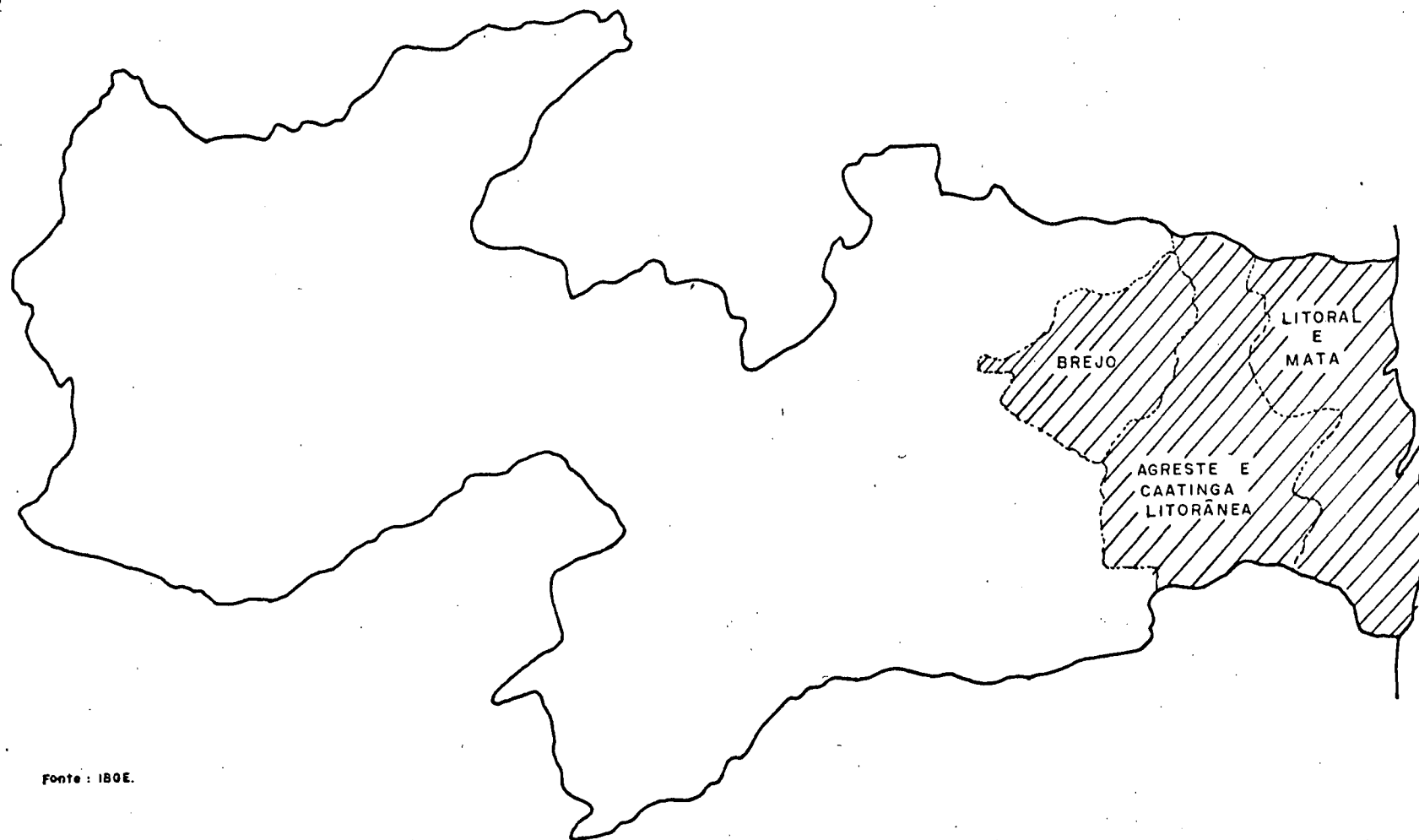


Fonte : IBGE.
TOTAL DA PRODUÇÃO PARAIBANA EM 1.960—1.936.750 toneladas

MAPA-6

ZONA DE EXPANSÃO DAS LIGAS CAMPONESAS PARAIBANAS

16



Fonte: IBGE.

ANEXO 3

CERTIDÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DOS SUSPEITOS
DO ASSASSINATO DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA

BEL. JOSÉ FELICIANO DA SILVA



República dos Estados
Unidos do Brasil

Tabelião Público

COMARCA DE SAPÉ

ESTADO DA PARAÍBA

CERTIDÃO

Fôlha nº-01-

me

Certifico a requerimento verbal do advogado Dr. José Gomes da Silva que, revendo os autos-crime, que a Justiça Pública da Comarca move contra Francisco Pedro da Silva, vulgo "Chiquinho", Antonio Alexandre da Silva, vulgo "Gago" e outros, nêles as fôlhas 146 à 151, consta o DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA DO JUIZ DE PAZ: "Decreta-se a prisão preventiva, quando há indícios suficientes de sua autoria, nos crimes punidos com pena de reclusão por tempo no máximo, igual ou superior a dez anos, com fundamento nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal. - Vistos, etc. Tendo sido recebida a denúncia apresentada pelo representante do Ministério Público, onde são apontados como responsáveis pelo assassinato do popular João Pedro Teixeira, no dia e lugar descritos na denúncia, os ex-soldados Francisco Pedro da Silva, Antonio Alexandre da Silva e os civis Arnoud (sic) Nunes Bezerra, Dr. Agnaldo Velloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antonio José Tavares "vulgo" Antonio Victor, sendo que os três primeiros com decreto de prisão preventiva, decretado por êste Juízo, como incursos nas penas do 121 e 99, combinado com os arts. 44, 45, incisos, letras e artigo 25 do nosso Código Penal. - O art. 25 do Código Penal diz: Quem de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a êste cominadas. - Tanto o crime como o fato ilícito, pode resultar da ação isolada e exclusiva de uma só pessoa, como de uma conduta coletiva, isto é, da cooperação de duas ou mais pessoas. - Mesmo que os concorrentes, além dos que cooperaram diretamente na execução do crime, se tenham limitado a "determiná-lo" ou a "instigá-lo" ou a "facilitar" sua execução, devem responder por êste, porque não só o quizeram, como contribuíram para sua realização, conscientes da própria atividade em comunhão com a atividade dos outros. - No "concurso delinquentium", tôdas as ações são dirigidas à produção de um mesmo evento final, não de modo autônomo mas em tal relação de reciprocidade objetiva, de solidariedade ou adesão de vontades, de identidade ou conexidade de interesses, que constituem no seu conjunto, uma só operação, a vincular, lógica e necessariamente, tôdas elas e cada uma delas pela totalidade do crime único e indivisível. Sob o duplo ponto de vista material e jurídico, única é a série causal, única é a violação do interesse jurídico penalmente tutelado, único é o crime. - Quem emprega qualquer atividade para a realiza-

realização do evento criminoso é considerado responsável pela totalidade d'ele, no pressuposto de que também as outras forças concorrentes entram no âmbito de sua consciência e vontade. - O evento por sua natureza é indivisível e tôdas as condições que cooperam para sua produção se equivalem. - Autor do crime não é somente aquêle que o executa, como também o que determina outrem a executá-lo ou por qualquer modo concorreu para que se executasse. - Responde pelo crime, como se houvera cometido, quem tiver determinado ou instigado o seu autor a cometê-lo, para êle concorrido, ou à sua execução prestado assistência. - A participação pode ser material ou psíquica (moral), intelectual), direta ou indireta. - Na eficácia da determinação ou instigação, nada importa que não tenha sido necessário um longo ou insistente trabalho de persuassão: dadas as circunstâncias, um simples olhar ou aceno expressivo, ou mesmo o silêncio a importar aprovação (por quem tinha o dever jurídico de falar para dissuadir ou de quem exerce ascendência moral sobre o executor), bastará para que se identifique a participação. (Comentários ao Cod Penal de N. Hungria). - O representante do Ministério Público, requereu a prisão preventiva com apoio nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, contra Agnaldo Velloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antonio José Tavares. - " Para se justificar a prisão preventiva não se exige a ocorrência de fatos bastantes à certeza da culpabilidade, o que se requer é apenas a ocorrência de fatos suficientes à presunção de culpabilidade. (Orozimbo Nonato). - " Não pode o juiz deixar de decretar a prisão preventiva requerida pelo Ministério Público, quando se trata de delito inafiançável e existem indícios suficientes de sua autoria". (Waldemar Falcão) - " A prisão preventiva é uma cautela que consiste na detenção do indiciado, antes do julgamento e logo que se manifesta contra êle a suspeita de crime e constatada a existência de fato a que por lei se possa atribuir a virtude de justificar a coação imposta ao paciente e de indícios suficientes que o indigitam como autor. (João Mendes - Proc. Criminal v.1377)." - "Pressuposta a existência de suficientes indícios para a imputabilidade da autoria do crime, a prisão preventiva poderá ser decretada toda vez que o reclame o interesse da ordem pública ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal". (R. Campos - Ac. Trib. de M. Gerais -8/9/59). - Analisado o processo e isto nesta fase quando deixou o âmbito policial para o da justiça, podemos chegar a novas conclusões e tomarmos as necessárias e devidas medidas que nos possa levar a uma elucidação, dos acontecimentos que envolvem várias pessoas e intranquilizam inúmeros lares. - Estudados os depoimentos dos vários elementos ligados a tão rumoroso processo, concluímos que se fazem necessárias providências afim de que a verdade possa aflorar e os verdadeiros culpados recebam o castigo que merecem por determinação da lei e em benefício da sociedade. - Analisemos em particular os

em particular os três denunciados com pedido de prisão preventiva em relação aos fatos: - Antonio José Tavares "vulgo" Antonio Victor. Proprietário da terra onde morava a vítima João Pedro Teixeira, com quem tinha uma ação em Juízo para botá-lo para fora. - Marcara Antonio Victor um encontro com a vítima na tarde do dia 2 de abril em João Pessoa, para juntamente com o advogado com o advogado de ambos discutirem um acordo para solução da questão, ocorreu no entanto que o Antonio Victor não compareceu, tendo no entanto João Pedro comparecido e quando regressava foi morto. - Antonio José Tavares "vulgo" Antonio Victor, sabia portanto que a vítima viria a João Pessoa naquêlê dia. - Na tarde do domingo 1º de abril, pelas 13 horas o Sr. Antonio Victor mandou em sua camionete levar o soldado Antonio Alexandre até o Caré do Vento como pode-se ver no depoimento de fls. 101 de seu irmão Geraldo. - Agnaldo Velloso Borges, proprietário do engenho Recreio de onde saíram os cavalos e as indumentárias de vaqueiros, onde era vaqueiro o Arnoud Nunes Bezerra ou Arnoud Claudino que encontra-se roragido. - Pelos depoimentos nos autos vemos que quem convidou o soldado Chiquinho para juntamente com o soldado Alexandre irem atrás de uma "garrota", depoimentos de fls. 72 e 72v. - Tanto vaqueiro, como cavalos e cocheiras onde os mesmos ficaram são de propriedade de Agnaldo Velloso Borges. O soldado Chiquinho segundo depoimentos nos autos, era pessoa de confiança do denunciado Agnaldo, tendo entrada franca e saída na propriedade e ainda em companhia do sargt. Fonsêca. - Depoimentos há que dizem que algumas vezes era visto o Chiquinho dirigindo veículos do proprietário em causa ou outras vezes fazendo serviços de vaqueiro. - Pedro Ramos Coutinho, proprietário no município de Sapé e Mamanguape onde fica a fazenda Mirirí que serviu de palco a sangrentos episódios que culminaram com a morte de camponeses e empregados da fazenda entre os quais o de nome Manoel Pereira administrador contratado há pouco tempo pelo proprietário e que era tido e havido como veterano pistoleiro. - Segundo o depoimento do soldado Chiquinho, o soldado Alexandre dissera que quem architectou o plano de eliminação de João Pedro fôra o Pedro Ramos que é compadre do soldado Alexandre. As fls. 73 diz o Chiquinho que depois do serviço realizado, saíram conversando os três e o Alexandre "afirmou que o seu compadre e amigo Pedro Ramos não tinha prego para quem acabasse com a vida dêsse João Pedro". - Aí estão pois as relações entre os denunciados com pedido de prisão preventiva pelo Ministério Público e os fatos que resultaram na morte do popular João Pedro Teixeira. - PRISÃO PREVENTIVA - Analisados os fatos e as situações dos requeridos pelo Ministério Público, constatamos que os mesmos perante a lei, se enquadram nas exigências dos artigos 311 e 312 do nosso Código de Processo Penal, segundo a tarta jurisprudência já citada. - ASSIM sendo e considerando que os ele-

considerando que os elementos existentes no processo são suficientes para que possamos formar convicção que nos autorize com apoio na lei a decretar a prisão preventiva requerida pelo Ministério Público; considerando que os fatos e os fundamentos jurídicos citados são o suficiente para deliberarmos, resolve este Juízo deferir o pedido da Promotoria, e decreta a PRISÃO PREVENTIVA contra os indiciados Antonio José Tavares "vulgo" Antonio Victor, Dr. Agnaldo Velloso Borges e Pedro Ramos Coutinho, já qualificados na denúncia. - Expeça-se contra os mesmos mandados de prisão em duplicata que devem ser entregues as autoridades competentes. Expeça-se precatória para a Capital, onde residem os denunciados Dr. Agnaldo Velloso Borges e Pedro Ramos Coutinho. - Designo o dia 11/6/62 para em Cartório pelas (9) horas serem interrogados os denunciados - Francisco Pedro da Silva, Antonio Alexandre da Silva e Arnaud Nunes Bezerra. - Oficie-se a Penitenciária Modelo em João Pessoa requisitando-se os ex-soldados e expeça-se precatória para a comarca de Pilar, onde tem residência Arnaud Nunes Bezerra. Intime-se. Sapé 5 de junho de 1962. (as) Walter Rabêlo Pessoa da Costa". Era o que se continha em dito decreto de prisão preventiva, aqui bem e fielmente copiado do próprio original; dou fé. Eu, Analice Bandeira Cavalcante, Escrevente Compromissada, que fiz datilografar e subscrevo.

Sapé, 14 de junho de 1962.

Em testº (*230*) da verdade.

Analice Bandeira Cavalcante

Analice Bandeira Cavalcante

Esc. Compromissada



ANEXO 4

MANIFESTO DA FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR
AO POVO DA PARAÍBA

Ao povo da Paraíba

— MANIFESTO —

Frente de Mobilização Popular

MANIFESTO

A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR, em nome dos operários, camponeses, estudantes, intelectuais e de todas as forças populares empenhadas na luta de emancipação nacional, se dirige ao povo da Paraíba para esclarecer a verdade dos trágicos acontecimentos desenrolados no município de Mari. Os latifundiários e seus agentes políticos estão mobilizando todos os recursos imagináveis de propaganda e de mistificação para deturpar os fatos e convencer a opinião pública de que as lutuosas ocorrências foram resultado de agressão deliberada dos camponeses, quando foram eles os responsáveis diretos pelo assassinio dos dez cidadãos que de lado a lado tombaram na luta. Não dispondo de jornais nem de emissoras, as forças progressistas aqui representadas recorrem a este manifesto para esclarecer:

1 — O CONFLITO NÃO SE DEU EM TERRAS DA FAZENDA SANTO ANTÔNIO ou de qualquer outra das propriedades dos Ribeiros. Os camponeses se encontravam preparando a terra para plantio de milho e feijão na propriedade do sr. Nezinho de Paula que nisso havia consentido depois de entendimentos com o presidente do Sindicato Rural de Mari. Iniciado o trabalho de preparo da terra, que transcorreu pacificamente durante a segunda e terça-feira, os camponeses foram surpreendidos na quarta, pela manhã com a aproximação de um grupo de pessoas, que se transportara até ali num jeep da Usina São João. Esse grupo era constituído do sr. Fernando Gouveia, do agrônomo José Daniel e filho, dois segurtos, um dos quais portando metralhadora e três vigias da Usina, todos fortemente armados.

2 — OS POLICIAIS QUE PARTICIPAVAM DO GRUPO NÃO PERTENCIAM AO DESTACAMENTO DE MARI mas de Santa Rita. Foram levados ao local em caráter particular, aliciados pelos dirigentes da Usina São João. Os camponeses são abordados pelo sr. Fernando Gouveia, à frente do grupo, que indaga

ameaçadoramente pelo chefe, com o qual tinha contas a ajustar. Prontamente se apresenta o camponês Antônio Galdino, presidente do Sindicato Rural de Mari, estabelecendo-se então uma discussão violenta.

De repente parte do grupo agressor uma rajada de metralhadora. Os camponeses que se haviam acercado do grupo, alvoroçados pelo perigo e arrebatados pelo instinto de defesa, usando os instrumentos de trabalho — foices, enxadas, e facas — se precipitaram impetuosamente contra os agressores, resultando mortos e feridos de ambos os lados. Quando parte da multidão emocionada já se retirava, surge novo ataque, agora de um grupo de policiais vindos de Mari, com a participação ostensiva de Derval de tal, que instigava os policiais ao massacre.

3 — OS CAMPONESES REPELEM O NOVO ATAQUE e utilizam em sua defesa as armas tomadas ao primeiro grupo de agressores. A fúria sinistra dos latifundiários e usineiros da várzea, acostumados à impunidade, prepotência delituosa e ao mandonismo político oriundo da estrutura feudal em decomposição veio explodir em arrogâncias e insultos, ameaças e provocações ao Governador do Estado, às autoridades da República e ao povo paraibano, num ajuntamento espúrio e acintoso realizado defronte do Palácio da Redenção. Tudo isso evidencia mais uma vez que os conflitos que vêm enlutando a Paraíba e derramando o sangue do povo são consequência da atuação prepotente, delituosa e odienta dos usineiros e latifundiários da várzea.

4 — A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR SE SOLIDARIZA COM A DOR QUE ATINGE as vítimas ocasionais do conflito, deplorando a atitude machiavélica dos usineiros e latifundiários que não pouparam a boa fé e os sentimentos de gratidão dos seus funcionários administrativos, levando-os ao sacrifício de lutas injustas e criminosas que apenas correspondem aos seus interesses mesquinhos. Rubens Regis e agora Fernando Gouveia são vítimas dos processos usados por esses homens que transformam cidadãos e pais de família em instrumentos do ódio irracional que votam aos camponeses.

ADALBERTO BARRETO — Presidente da Frente de Mobilização Popular e da Associação Paraibana de Imprensa

JOAO RIBEIRO FILHO — Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria

ASSIS LEMOS — Federação das Ligas Camponezas

RIVALDO CIPRIANO — Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação

LUIZ BERNARDO — Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

LUIZ HUGO GUIMARAES — Presidente do C.G.T.

FIGUEIREDO AGRA — Presidente da Frente Parlamentar Nacionalista

RAIMUNDO NONATO BATISTA — Presidente da União dos Portuários do Brasil

JOSE RODRIGUES LOPES — Presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba

LINDUARTE NORONHA — Comando dos Trabalhadores Intelectuais

TARCISIO FERNANDES — Pela Ação Popular

ABDIAS VILAR — Presidente da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba

HUMBERTO VICENTE ARAÚJO — Presidente da UPES

ANEXO 5

TRECHO DO DEPOIMENTO DE FRANCISCO JULIÃO
AO CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

FRANCISCO JULIÃO
(depoimento)

entrevistador: Aspásia Camargo

levantamento bibliográfico e roteiro: Aspásia Camargo

conferência da transcrição e sumário: Nara A. de Brito

texto: Maria Tereza Lopes Teixeira

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

duração: 6h50m

local: Yxcatepec (Morelos), México

data: dezembro de 1977

fitas cassete: 7 (sete)

páginas datilografadas: 173

SUMÁRIO

1ª Entrevista: vida profissional; origem familiar; o trabalho no campo; a profissionalização e o Direito; o início das causas jurídicas no campo; o trabalho de Antônio Cícero de Paula; os foreiros e a origem do cambão; a estratégia utilizada nas ações judiciais; a organização dos camponeses; deputado estadual pelo PSB; formação política; participação no PR; Barbosa Lima Sobrinho; os fornecedores de cana; os usineiros e o governo de Agamenon Magalhães; atuação política de Agamenon; ruptura com o PR; formação das primeiras Ligas Camponesas; a Liga de Vitória; a expansão das Ligas; Congresso de Salvação do Nordeste; apoio a Cid Sampaio; desapropriação de Galiléia; rompimento com Cid Sampaio; participação de Clodomir de Moraes nas Ligas; liderança nas Ligas; relacionamento entre a Igreja e as Ligas; atuação política do padre Melo; a liderança intermediária nas Ligas; a Liga de Sapê; organizando as Ligas no Sertão; a marcha a Juazeiro; as Ligas e os ativistas não-camponeses; infiltrações e divergências no movimento; deputado federal em 1962; guerrilha; os padres na liderança do movimento; relacionamento entre as Ligas e o PC; o Congresso de Belo Horizonte; a ULTAB e as Ligas; as Ligas e a organização dos sindicatos; as Ligas no Congresso de Belo Horizonte; importância do Congresso de Blo Horizonte; encontro com João Goulart; participação na Frente Parlamentar Nacionalista.....

1 a 131

2ª Entrevista: ligações com a Frente Parlamentar Nacionalista; encontro com João Goulart; divergências com Jango; oposição ao presidencialismo; crítica à proposta de reforma agrária de João Goulart; trabalho desenvolvido por Miguel Arrais e Leonel Brizola; posição política do padre Melo; relações com a Igreja e o PC; conflitos nas Ligas, sindicatos e Igreja; Gregório Bezerra; atuação do PC em Pernambuco; influência da Revolução Cubana sobre a popularidade do movimento; religiosidade e marxismo; os objetivos das Ligas; a greve de 1963 em Pernambuco; o conflito de Barreiros; prisão e asilo político; desentendimentos com Jânio Quadros; crise do governo Goulart; invasões de terras; relacionamento com Miguel Arrais.....

131 a 173

1ª Entrevista: 5.12.1977

A.C. — Dr. Julião, eu queria iniciar a nossa conversa por um período de sua vida que acho extremamente rico e importante, que é aquele em que o senhor, quando sai da universidade, inicia a sua experiência profissional e começa a atuar como advogado dos camponeses da região próxima a Recife. Eu gostaria que nos transmitisse o que foi a sua experiência com esses camponeses, como se desenvolviam as causas que o senhor defendia, que destino, que encaminhamento em geral tomavam, e qual foi o seu papel no sentido de apoiá-los juridicamente.

F.J. — Muito bem. É uma história um pouco larga e vou tentar sintetizá-la. Quando decidi estudar leis, estudar direito, evidentemente eu não estava ainda motivado por essa idéia de defender os camponeses, de ser um advogado de camponeses. Eu estudei direito porque não podia estudar medicina. A minha vocação era a medicina. E eu queria ser um cirurgião, viver em um hospital, fazer operações. A mim, isso me parecia muito interessante. No entanto, para se estudar medicina era necessário freqüentar aulas práticas de anatomia, de laboratório. Estudando direito, eu iria somente fazer as provas e, naturalmente, freqüentaria um ou outro professor que me parecesse mais interessante.

Querendo ser independente, adquiri com um colega um pequeno colégio e comecei a dar classes. O resultado é que acabei estudando direito e, na faculdade, comecei a sentir o problema das idéias, a ter uma participação discreta. Sempre fui um aluno assim, muito discreto, e passei quase que como uma sombra pela universidade. Mas as idéias começaram, naturalmente, a influir no meu pensamento.

Além do mais, é preciso buscar as raízes. Vim do

ganhar mais camponeses para a coisa. E então eu não aceitava o presente, isso para demonstrar ao camponês que, em verdade, o que eu queria era que despertassem, que tivessem um sentido de unidade, que compreendessem que o nosso trabalho era realmente um trabalho de entrega. Bem, essa é a coisa.

A.C. — E os líderes? O senhor ia falar sobre a liderança intermediária. Às vezes, a gente tem um pouco de dificuldade em saber o nome das pessoas, dos heróis anônimos dessa luta. Nós conhecemos, por exemplo, o Zezé da Galiléia. Quem era ele?

F.J. — O velho Zezé da Galiléia era um homem analfabeto, falava muito pouco, era baixinho, e sempre foi considerado o presidente da sociedade. Ele sempre estava à frente da sociedade. Era muito honrado, de uma grande dignidade, muito sério, havia sido administrador da Galiléia, e passou, com toda a massa camponesa, à direção da sociedade, com uma serenidade, uma compostura, uma dignidade imensas. E morreu assim. Foi preso, passou muitos vexames, já velho, mas nunca absolutamente claudicou. O comportamento dele sempre foi magnífico.

A.C. — Ele teve um papel importante na criação das ligas?

F.J. — Não na criação das ligas. Ele teve um papel importante como coordenador e continuador. Nunca perdia a paciência nem a esperança. Zezé era isso: um homem de grande esperança e de grande paciência. Minha admiração pelo Zezé não vinha do fato de ele ser um ativista ou um grande quadro, no sentido de organizar e tal, mas por estar sempre disposto a participar, sempre pronto a ir a qualquer lugar e a estar presente, embora a sua presença parecesse a de um bonzo. Ele falava muito pouco, dizia muito pouco. Agora, era muito

sensato. Quando o Zezé dava uma palavra, aquilo era produto de uma grande elaboração. Foi uma figura extraordinária, por esse comportamento, essa dignidade, essa seriedade. Era um velho admirável.

Havia outros, como João Pedro Teixeira, que foi de Sapé. Era um pastor protestante, com uma grande vocação para trabalhar com os camponeses. Era também um homem de poucas palavras, mas que trabalhava sério, comprometido. Em geral, os pastores protestantes tiveram um papel muito importante nas ligas camponesas, precisamente quando a Igreja começou a atacar o movimento, e muitos curas passaram a condená-lo. Então, os camponeses começaram a ficar muito inquietos e preocupados, porque tinham muitos problemas religiosos, e os pastores protestantes, nesse momento, foram convocados por mim. Eu os convoquei.

Chamei-os e disse: "Olhem, há um vazio que vocês precisam encher. Muitos camponeses não querem absolutamente perder a sua alma, esperam a salvação, e a Igreja os está ameaçando de não batizar, de não dar a extrema-unção, de não casar etc. Eu gostaria de que vocês fossem lá. Vocês também são oprimidos aqui. Às vezes, querem fazer uma capelazinha, o padre vem e põe abaixo ou apedreja. Vocês são perseguidos, eu sei. Vocês são tão perseguidos quanto os camponeses. Venham para cá. Tragam a sua Bíblia, as suas rezas e venham cantando". E eles foram.

Às vezes, a gente tomava um caminhão, e vinham os pastores protestantes, com outros protestantes. Eu, no meio deles, e eles, cantando os seus hinos. Lá, eles pregavam a Sagrada Escritura, em geral o Velho Testamento, que é muito bom para isso. Para o problema camponês, os profetas são melhores do que os apóstolos, estão muito mais ligados à terra,

fazer a reunião em Recife. Eu estava tratando de convencer Miguel Arrais de fazer em Recife um grande congresso latino-americano de camponeses, para unificar todo o pensamento camponês latino-americano. Eu tinha muitas idéias, que estavam aflorando no meio de toda essa *débâcle*, essas lutas, essas facções, essas penetrações etc. Eu não deixava de ser um motor em funcionamento.

A.C. — Agora, em Sapê, com o Assis Lemos, em que termos se deu a divergência?

F.J. — Em Sapê, o Assis foi lançado candidato para contrapor-se à candidatura de Elisabete. Elisabete saiu e não tinha, naturalmente, a experiência de Pedro Teixeira. Ela acompanhava e apoiava o marido, porém não tinha experiência, e houve momentos em que foi conduzida por alguns elementos paraibanos que teriam uma postura tremendamente sectária.

O meu trabalho, para que eu próprio me elegeisse, foi feroz, foi tremendo. Muitas vezes, eu tinha que diluir os discursos que os meus próprios companheiros, a começar pelo padre Alípio de Freitas, faziam nas grandes concentrações. Eram discursos que faziam estremecer, de um sectarismo feroz. E eu falava por último e demorava muito, para ir diluindo, diluindo, diluindo, até restabelecer a normalidade e tirar o medo da gente. A gente ficava com medo dos discursos, que eram de um sectarismo e de uma violência inconcebíveis. Eu dizia sempre para os companheiros, quando, por exemplo, invadiam uma propriedade: "Aonde estão as bazucas, os tanques, os aviões, as armas modernas para vocês poderem manter isso aqui? Vocês estão tocando no tabu do sistema, que é a propriedade privada. Aonde estão essas coisas? Vocês então pensam que vão combater com essas velhas espingardas ou com discursos ou manifestos?"

Você pode imaginar o que era ter que voltar correndo do Rio de Janeiro ou de Brasília, para, muitas vezes, tirar os camponeses de uma propriedade cujo dono estava feliz, porque era a oportunidade que tinha para expropriar as suas terras, que ele sabia que haviam perdido o valor. Eu, naturalmente, era contra tudo isso. Mas havia esse problema, que eu próprio encontrei.

Então, na Paraíba, lançaram o Assis. Ele, naturalmente, tinha uma máquina muito poderosa, mais bem organizada. E a liga estava anárquica, infiltrada, de forma que a campanha de Elisabete foi conduzida por uma faixa própria. Tive que fazer a minha em faixa própria, porque não podia fazê-la através de um partido. Ela se candidatou pelo Partido Socialista, e eu fiz campanha em faixa própria. Em Campina Grande, por exemplo, fizemos uma concentração fabulosa, formidável, com Elisabete, com um candidato a senador, que era Irineu...

[FINAL DA FITA 4-B]

F.J. — Então surgiu essa oportunidade de lançar a candidatura de Elisabete, na Paraíba. Para senador, apoiamos Irineu Joffily, ao mesmo tempo que fazíamos a campanha em favor de Miguel Arrais, para governador. Candidatei-me a uma cadeira de deputado federal em Pernambuco, de forma que eu fazia a campanha na Paraíba e em Pernambuco em faixa própria, quer dizer, uma campanha das ligas camponesas. Evidentemente, na Paraíba, o problema chegou a situações mais extremas. O movimento se dividiu bastante, porque os próprios companheiros que conduziam a campanha de Elisabete eram muito sectários, tinham uma linguagem muito violenta. Quando falavam nas concentrações, usavam uma linguagem tão violenta que perdiam votos. Quem queria votar não podia, porque era o camponês analfabeto.

quem não a tivesse ali, mas em casa, que também a destruísse, porque ela significava a excomunhão. E, claro, muita gente tinha medo.

E tinha o IBAD, também empenhado em uma campanha feroz. E havia ameaças. Prendiam, por exemplo, muitos de meus eleitores. O próprio padre Laje foi preso, e meu irmão também. Essa gente não tinha imunidades; eu tinha. Mas isso ocorreu também em virtude da violência da campanha. Havia muitos companheiros que radicalizavam de tal forma que eu tinha que matizar, que tratar de desmanchar esse radicalismo, para não assombrar a massa de eleitores. Então, tive que fazer, em primeiro lugar, uma campanha em faixa própria. Não era possível ir à tribuna com Miguel Arrais.

Chamei Miguel e expliquei: "Olhe, Miguel, não posso fazer a campanha com você. Há problemas aqui dentro e, então, é melhor que eu faça em faixa própria". Depois, Arrais reconheceu: "Devo a minha eleição a duas pessoas aqui em Pernambuco. Primeiro, a José Hermírio de Marais, que deu o dinheiro para a campanha e que, depois, foi um fator de equilíbrio como candidato a senador, porque era um grande industrial em São Paulo e usineiro em Pernambuco. Segundo, a você, que realmente atraiu o voto mais radical. A diferença, na minha vitória, foi de 15 mil votos. Verifico, na apuração, que apareciam muitas chapas aqui no Recife onde só tinha o meu nome e o seu: Miguel Arrais para governador, e Julião para deputado. Foram uns 16 mil votos, de maneira que acredito que esse voto radical, que você conseguiu canalizar, através da sua campanha em faixa própria, foi a diferença de que eu necessitava para ganhar de Cleofas. Cleofas veio do interior com uma grande votação e, em Recife, foi demolido". Isso me explicava Arrais, conversando.

Bem, foi uma luta realmente feroz. Claro, tive muitos

votos. Eu esperava ter uns 20 mil votos, e acabei com 16 mil, imediatamente acima de Pelôpidas, que também foi candidato. Curiosamente, devo essa vitória também às bases do Partido Comunista em Recife. Em Recife, tive dez mil votos, e o candidato do partido, com toda a máquina funcionando, obteve 2.500 votos. Enfim, obtive uma votação quatro vezes maior do que a dele. Depois é que fui informado de que muitos elementos de base do partido diziam: "A gente vota nos candidatos do partido para governador, para vice-governador, para deputado estadual, para senador, mas para deputado federal, vamos votar em fulano, porque, se esse homem perder o mandato, vai para a cadeia. E ele é o único homem que defende o camponês aqui. Nós mesmos nunca tivemos um candidato nosso que defendesse os camponeses. E a gente não pode perder essa voz; por isso, votamos nele. Nessa parte, desobedecemos ao partido". E muitos me buscavam para me dizer isso. Eram sapateiros, remendeiros, essa gente humilde. Assim, tive uma votação boa, e isso foi o que me deu a reeleição.

No entanto, Elisabete foi derrotada por Assis, por essa coisa toda. Se ela fosse uma pessoa com certa experiência política ou se fosse o marido dela, se fosse o João Pedro Teixeira, creio que poderia ganhar essas eleições, mesmo com toda essa coisa que o Assis fez. Mas, em Sapê, ele podia ter tido uma votação extraordinária. Há também aquele negócio do machismo do Nordeste, votar em uma mulher... Todas essas coisas contribuíram. E ela era uma oradora que, quando falava, radicalizava mais do que os próprios companheiros. Usava uma linguagem feroz. Ela estava profundamente ferida, saindo de uma situação terrível com a morte do marido. Então, tinha uma linguagem muito dura.

A.C. — "O latifúndio é o diabo".

trabalhista. É toda uma cadeia, que adquiriu mais dinâmica a partir de 55, com Juscelino Kubitschek.

As metas desenvolvimentistas de Kubitschek propiciaram uma situação mais dinâmica para o movimento camponês, ou para que os camponeses tivessem uma voz dentro desse imenso país, onde estavam, até então, praticamente marginalizados. Agora, com o surgimento das ligas camponesas no Nordeste, a imprensa, os meios de comunicação e as diversas lideranças lhe deram tamanha importância que o movimento teve mais ressonância do que deveria. Sempre considerei que o movimento camponês, de certo modo, foi muito mais propalado do que a força que ele tinha. É possível que...

A.C. — ... que isso mostre a sua própria força.

F.J. — Sim; é possível que a Revolução Cubana tenha contribuído muito para isso. Foi uma revolução eminentemente agrária, que partiu de uma luta guerrilheira em uma serra, luta que depois se propagou. A base de Fidel Castro era realmente o camponês sem terra, que a arrendava para plantar cana. Esse foi o soldado principal de Fidel Castro. Isso teve também uma grande repercussão. Quando Fidel Castro triunfou, a liga camponesa já existia, e é possível que haja uma ligação.

Eu mesmo fui a Cuba várias vezes e senti a força, o peso, a importância que tinha o movimento de Fidel Castro. Isso, de certo modo, me influenciou. Creio que, naquela fase, isso não foi bom para o movimento camponês, porque levou-o a um radicalismo, que poderia haver sido evitado para ampliar mais as bases do movimento. Poderíamos ter seguido uma linha mais tradicional, utilizando aqueles instrumentos etc. Mas é muito difícil, pois só depois que passa a coisa é que podemos analisá-la com mais serenidade. Hoje, já podemos fazer esse tipo de análise, mas, naquele tempo, era difícil,

porque estavam todos empolgados e entusiasmados pela Revolução Cubana. Era uma coisa nova que surgia nesse continente, depois de tantas décadas de silêncio e de aplastamento.

O fato é que o congresso de Belo Horizonte é como que a soma de tudo isso. Se eu tivesse que buscar raízes, buscava-as em Bonifácio, em Nabuco, na Revolução Cubana, nas ligas, e no Kubitschek. São quantidades aparentemente heterogêneas, mas que não creio que o sejam tanto. Você pode somar tudo isso e desembocar no grande congresso de Belo Horizonte. Para dar uma visão ampla, um pouco a vôo de pássaro, eu diria que o congresso foi a consequência de tudo isso.

Da mesma forma, digo sempre que a liga é uma visão política já mais organizada de todas aquelas rebeliões camponesas no Nordeste — os cangaceiros, os beatos, a Cabanada e todos esses movimentos. Se a gente fosse buscar as raízes das ligas camponesas, deveria buscá-las aí. Não foi por acaso que a liga nasceu em Pernambuco; não foi por acaso que surgiu no Nordeste. O Nordeste tem uma tradição de lutas camponesas muito importante, e a gente deve buscar a liga como a consequência, a soma de tudo isso. Naturalmente, em uma dimensão muito mais avançada, muito mais organizada, sem aquele sentido anárquico e desesperado dos grandes movimentos que propiciaram o nascimento de cangaceiros e beatos. Há que buscar essa coisa. Então, digo que é a soma de tudo isso.

O mais importante é que as diversas correntes que atuaram dentro desse congresso — e que dentro dele se chocaram — foram capazes de sensibilizar setores que até então estavam um pouco divididos em relação ao movimento camponês, de tal forma que as conclusões do congresso foram positivas e o congresso acabou sendo unitário. Em verdade não podemos dizer que aí se estabeleceram, se polarizaram duas correntes. Com todos os debates que houve, o congresso acabou sendo